

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Fonte:

<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/590>. Acesso em: 29 out. 2024.

Referência

GOMIDE, Caroline Siqueira et al. (org.). **Extensão, ciência e educação**: diálogos de conhecimentos e saberes. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2024.151 p. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/590>. Acesso em: 29 out. 2024.



EDITORA



UnB

EXTENSÃO, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

**Diálogos de conhecimentos
e saberes**

Caroline Siqueira Gomide
Otilie Eichler Vercillo
Clarice Aparecida dos Santos
Eduardo Bessa

(organizadores)

 **EXTENSÃO
INSURGENTE**



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA

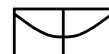


UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

EXTENSÃO, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

**Diálogos de conhecimentos
e saberes**

Caroline Siqueira Gomide
Otilie Eichler Vercillo
Clarice Aparecida dos Santos
Eduardo Bessa

(organizadores)



Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultora de produção editorial	Marília Carolina de Moraes Florindo
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira
Coordenação de Design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Beatriz Gomes Gaspar
Diagramação	Beatriz Parente Barreto de Abreu
Foto de capa	Secom/UnB

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

E96 Extensão, ciência e educação [recurso eletrônico] : diálogos de conhecimentos e saberes / (organizadores) Caroline Siqueira Gomide ... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2024.
151 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-057-2.

1. Extensão universitária. 2. Ciência. 3. Educação. I. Gomide, Caroline Siqueira (org.).

CDU 374.72 (817.4)

Sumário

Apresentação 9

Reinaldo Miranda, Cynthia Bisinoto e Marcelo Bizerril

Introdução 11

Democratização e comunicação da ciência 13

Divulgação científica em mídias sociais

Projeto Minuto Geosfera: notícias do Planeta Azul 15

Anete Maria de Oliveira, Stéphanie Vitória Valoz Saturnino, Joaquim Ferreira Lopes, Letícia Macedo dos Santos, Adriana de Sousa Carneiro, Felipe Canova Gonçalves, João Vitor, Jorge Santos, Gisele Gondim e Guilherme Gehr

Divulgação científica no rádio e podcast: NA e PARA a periferia Facilita! 21

Bruna Lara de Andrade Reges, Daniele de Souza Rodrigues e Eduardo Bessa

Projeto e ações que aproximam ciência e escola

O ensino de ciências e o desafio da aproximação universidade-escola 27

Jeane Cristina Gomes Rotta e Louise Brandes Moura Ferreira

Produção e Intercâmbio de Cultura, Arte e Comunicação 33

Programa Terra em Cena: Dez anos de extensão, pesquisa e atuação Programa terra em cena 35

Adriana Gomes Silva, Felipe Canova Gonçalves, Kelci Anne Pereira, Rafael Litvin Villas Bôas, Simone Menezes da Rosa e Viviane Cristina Pinto

Educação e comunicação comunitária na FUP

Programa de extensão Educação e comunicação comunitária na FUP 43

Felipe Canova Gonçalves e Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

Xadrez na Universidade

Clube de xadrez da FUP 49

Nelson Adriano Ferreira de Vasconcelos, Rosylane Doris de Vasconcelos e Talita de Jesus Lima

Educação Ambiental e Meio Ambiente 57

Projeto de extensão educação ambiental no Parque Sucupira na luta por um parque para todos

Projeto de extensão educação ambiental no Parque Sucupira 59

Regina Coelly Fernandes Saraiva e Olgamir Amancia Ferreira de Paiva

Quatro anos de coleta seletiva na FUP

Recicla FUP 69

Elaine Nolasco e Maria Cristina de Oliveira

Experiências e aprendizados com compostagem na universidade

Projeto de compostagem na UnB Planaltina 79

Luiz Felipe Salemi e Emily Sabrina Figueiredo Maciel

Reciclagem de óleo na comunidade

Projeto Biogama/FUP 85

Priscilla Coppola de Souza Rodrigues e Otilie Eichler Vercillo

Diversidade, gênero e raça 93

Coletivo de professores negros e professoras negras da FUP: da gênese às estratégias formativas 95

Elizabeth Maria Mamede da Costa, Paulo Gabriel Franco dos Santos e Thatianny Alves de Lima Silva

Mulheres cientistas: desafios, mitos e resistência cotidiana
Projeto mulheres cientistas 103

*Thatianny Alves de Lima Silva, Susanne Taina Ramalho Maciel,
Caroline Siqueira Gomide, Elizabeth Maria Mamede da Costa
Lyvian Cristina da Ponte e Sousa Sena, Cynara Caroline Kern,
Elisabeth Andreoli de Oliveira, Debora Cynthia Alves de Souza e
Lorena de Cássia Dias da Silva*

**Educação e Sistemas Educativos Estadual,
Municipal ou Federal 111**

**Projeto Socioeducação e Desenvolvimento Humano: relato de uma
vivência colaborativa**

Projeto “Socioeducação e Desenvolvimento Humano” 113

Cynthia Bisinoto, Sílvia Ferreira, Quezia Sabino e Victória Galeno

A experiência do curso Escola da Terra

Programa Escola da Terra 121

*Eliene Novaes Rocha, Adriana Gomes Silva, Caroline Siqueira Gomide,
Clarice Aparecida dos Santos, Felipe Canova Gonçalves
Nathan Carvalho Pinheiro, Rafael Litvin Villas Bôas e Rogério Ferreira*

Projeto EJA na Universidade

Programa de extensão Projeto EJA na Universidade 129

Djiby Mane e Tállyta Abrantes do Nascimento

Mediações possíveis em tempo de inclusão

Projeto educação e psicologia 135

*Juliana Eugênia Caixeta, Maria do Amparo de Sousa, Paulo França Santos,
Samuel Loubach da Cunha e Raimunda Leila José da Silva*

Empreendedorismo e inserção profissional na comunidade

**Programa de extensão empreendedorismo e inserção profissional
na comunidade 143**

Fernanda R. Nascimento, Rafael Barcelos Santo e Cesar do Amaral

Considerações Finais 149



Figura 1
Fonte: Secom/FUP

Apresentação

É com grande orgulho que apresentamos o livro *Extensão, Ciência e Educação*. Desde sua inauguração em 2006, o *campus* de Planaltina demonstrou uma vocação para a atividade extensionista. No decorrer dos anos, sem perder a excelência e a ousadia no ensino, na pesquisa e na gestão, o *campus* seguiu destacando-se dentre as unidades acadêmicas da Universidade de Brasília com maior vigor extensionista. Nos últimos anos, a extensão da FUP foi fortalecida com o destacamento de recursos próprios e editais de extensão, e ainda passou a ser a primeira unidade da UnB a instalar o seu próprio colegiado de extensão.

O trabalho comprometido do colegiado de extensão, liderado pelos professores Rafael Villas Bôas, Caroline Gomide e Otilie Eichler Vercillo, resultou no aumento significativo das ações de extensão no *campus*, somando mais de sessenta em 2019.

A publicação em livro da amostra das ações de extensão da FUP é um marco importante que certamente irá reverberar na sociedade, fortalecendo a percepção positiva do papel da universidade pública, como também motivando internamente a criação de novos projetos e programas e o fortalecimento dos atuais.

Reinaldo Miranda (Diretor da FUP 2020-2024)

Cynthia Bisinoto (Vice-diretora da FUP 2020-2024)

Marcelo Bizerril (ex-diretor da FUP 2016-2020)

Introdução

Este livro tem como objetivo principal sistematizar reflexões e experiências de atuação das ações de extensão realizadas até o ano de 2020 pela Faculdade UnB Planaltina (FUP).

Historicamente, o campus apresenta grande vocação extensionista. Nos últimos anos, com importante apoio do Decanato de Extensão da UnB e da direção do campus, essa prática se fortaleceu com a ampliação das ações. Esse fortalecimento passou a ocorrer especialmente a partir de 2017, quando se configura o colegiado de extensão da FUP, o primeiro dentre todas as unidades da Universidade de Brasília (UnB), que hoje conta com colegiado em diversas unidades.

Em razão da grande quantidade de ações de extensão, este livro apresenta apenas parte dos projetos e programas realizados até o ano de 2020. Esperamos poder continuar com publicações, contendo sistematizações, reflexões e experiências da extensão da FUP para seguir o diálogo de conhecimentos e saberes e apresentar diversos outros grandes projetos e programas que atuam na unidade.

As ações de extensão da UnB podem ser projetos, programas (que envolvem três ou mais projetos), eventos e cursos, sendo que os dois últimos frequentemente se configuram em ações pontuais, mas também podem ter continuidade, como é o caso dos torneios de xadrez, Novembro Negro, Jornada Universitária da Reforma Agrária, Jornada de Debates na Mineração, entre outros.

Além desses envolvimento, a extensão da FUP participa anualmente do aniversário do campus, festa junina, Agrob Brasília, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, UnB perto de você e do maior evento de extensão da Universidade de Brasília – a Semana Universitária (Semuni), que completou 20 anos em 2020. É na semana universitária que vários projetos apresentam atividades no mesmo período, formando um circuito científico-cultural, composto por oficinas, minicursos, apresentações, exposições, feiras e mostras. A FUP está aberta para visitação de escolas em diversas atividades, já tivemos a presença de mais de 920 estudantes de escolas do GDF durante uma edição da Semuni.

É com esse ânimo de atuação que esperamos que este livro contribua, não apenas para registro e sistematização de experiências, mas como troca e diálogo de conhecimentos e saberes entre comunidades, universidades, escolas e movimentos sociais.

Os textos foram estruturados em cinco eixos de atuação, de acordo com temáticas principais e são denominados:

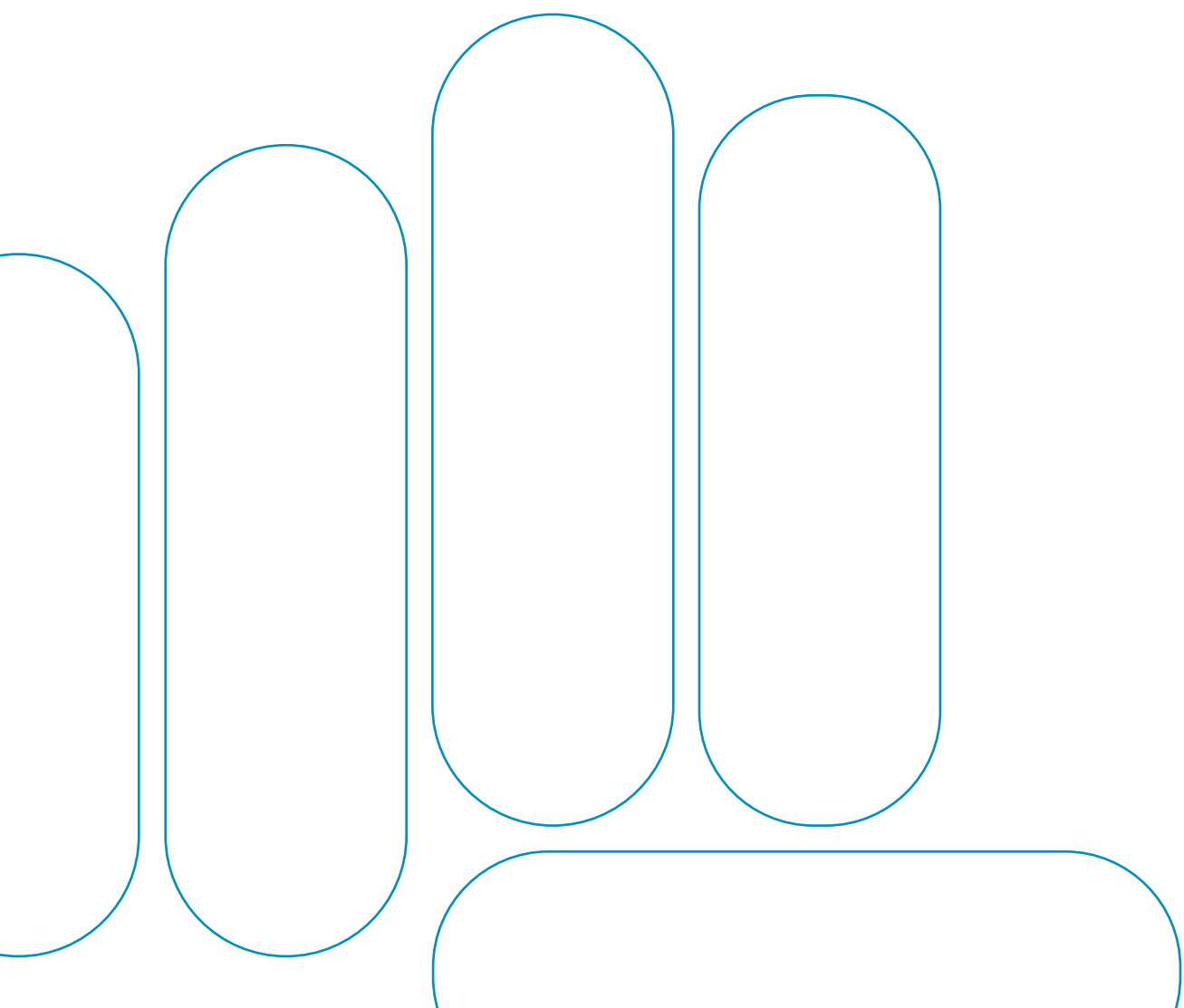
1. democratização e comunicação da ciência;
2. produção e intercâmbio de cultura, arte e comunicação;
3. educação ambiental e meio ambiente;
4. diversidade, gênero e raça;
5. educação e sistemas educativos estadual, municipal ou federal.



Figura 2
Fonte: Secom/FUP

Democratização e comunicação da ciência







Divulgação geocientífica em mídias sociais

Projeto Minuto Geosfera: notícias do Planeta Azul



Anete Maria de Oliveira

Sthéphany Vitória Valoz Saturnino

Joaquim Ferreira Lopes

Letícia Macedo dos Santos

Adriana de Sousa Carneiro

Felipe Canova Gonçalves

João Vitor Jorge Santos

Gisele Gondim

Guilherme Gehr

Apresentação

O “Minuto Geosfera: notícias do Planeta Azul”, projeto de extensão da Faculdade Planaltina da Universidade de Brasília (FUP/UnB), ativo desde o final do ano de 2017, se caracteriza como um veículo de divulgação de conteúdos geocientíficos presentes no cotidiano do brasileiro e divulgados por meio das redes sociais do Facebook e Instagram e, mais recentemente, no YouTube. O projeto tem, pelo lado científico, a participação de professores, estudantes e egressos da UnB das áreas de Ciências Naturais, Geologia e Estatística, bem como de profissional da área de Cinema e Desenho na elaboração de seu conteúdo e, pelo lado social, a interação da sociedade usuária das referidas mídias.

As informações veiculadas pelo projeto são previamente selecionadas de fontes geocientíficas, cuja linguagem técnica-científica é transposta para uma linguagem coloquial, de fácil compreensão para um público leigo com escolaridade mínima de nível médio ou inferior. Essas informações são apresentadas na forma de postagens fotográficas e/ou audiovisuais de curta duração, acompanhadas por texto explicativo e contextualizadas à realidade brasileira, com ênfase nos impactos ambientais antropogênicos, conceituação

geocientífica e avanços tecnológicos, além de compartilhamento de informações de outras fontes de divulgação geocientíficas.

Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é levar ao público brasileiro informações geocientíficas relevantes para uma melhor compreensão do funcionamento dos processos naturais do meio físico, produzidas nas universidades nacionais e internacionais e em centros de pesquisas renomados. Para tanto, procura-se reformular os conceitos básicos das geociências a respeito dos impactos ambientais antropogênicos, a fim de torná-los compreensíveis ao público com escolaridade de nível médio ou inferior. Pretende-se que os brasileiros que acessam às redes sociais do Facebook e Instagram ou o canal do YouTube fiquem habilitados e alcancem conhecimento geocientífico por meio de uma linguagem coloquial, caso queiram, para intervir nas questões públicas ambientais que dizem respeito a práticas sustentáveis com uso eficiente dos recursos naturais.

Ainda, capacitar e habilitar multiplicadores, estudantes de graduação e profissionais em Ciências Naturais, Geologia, Estatística e Cinema, que participam do presente projeto, atuando na produção e divulgação geocientífica em redes sociais, com vistas a uma educação sustentável, como preconizado pela Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU, 2015)

Histórico

Os crescentes impactos ambientais causados pelo mau uso de recursos naturais (Ward *et al.*, 2016), além de pesquisas constantes e a aplicação em sala de aula das abordagens de aprendizagem mais efetivas para o entendimento dos complexos fenômenos naturais na FUP/UnB (Oliveira, 2016; Costa *et al.*, 2017, 2018), foram basilares para dar início ao projeto, que conceitualmente é um projeto de extensão, mas também configura um laboratório de pesquisas em aprendizagem e divulgação de geociências.

O planejamento do projeto baseou-se tanto na (i) Psicologia da Aprendizagem (Lefrançois, 2008), como nos (ii) princípios da Arteterapia (Allessandrini, 2003), nas pesquisas das neurociências (Carvalho; Villas Boas, 2018) em educação, (iii) na demanda pelo uso de redes sociais (Cetic, 2020) e no interesse por temas ambientais geocientíficos (CGEE, 2019) dos brasileiros. Foram definidas as seguintes premissas para sua execução:

1. linguagem para pessoas com letramento científico de no mínimo ensino médio;
2. informações audiovisuais de curta duração com, no máximo, um minuto e 59 segundos, fator determinante para denominação do projeto como “Minuto Geosfera”;
3. utilização de recursos que estimulam diretamente a imagética, em escrita e imagens, e a percepção auditiva;
4. utilização de uma linguagem que despertasse a afetividade e interatividade.

Para suprir todas essas premissas, buscou-se produzir vídeos autorais dos mais diversos assuntos geocientíficos, publicados nas redes sociais do Facebook e Instagram. Foram escolhidos esses veículos devido à alta demanda pela população brasileira por essas redes, segundo *ranking* produzido por *site* especializado (IMME, 2020) e pela possibilidade de variados meios de interatividade que essas mídias oferecem (Ariel; Avidar, 2015).

Os dois primeiros anos de atividade do projeto foram utilizados essencialmente para enfrentar as adversidades que poderiam impedir a aplicação de seus objetivos, o que resultou num baixo número de postagens. No final do ano de 2019, com a capacitação de seus participantes e colaboração de novos voluntários na edição de vídeos, se tornou possível a elaboração de vídeos com o emprego de imagens e trilhas sonoras gratuitas, disponibilizadas na internet. Com o advento do isolamento social, em março de 2020, a edição de vídeos com novas imagens, autoria dos próprios integrantes do projeto, foi adiada por tempo indeterminado.

Atualmente, na segunda edição do projeto (2020-2022), sua efetividade se baseia na organização sistemática de bancos de dados com informações geocientíficas de *sites* e artigos confiáveis; imagens e vídeos gratuitos; na programação e roteirização antecipada das postagens; na pesquisa e análise constante das redes sociais e das postagens do próprio projeto; e na discussão semanal das atividades.

A programação atual, em fase de testes, compreende quatro postagens semanais, em dias diferentes, sobre um mesmo tema geocientífico – qualquer tema que aborde a história geológica da Terra – segundo um cronograma previamente discutido. As postagens apresentam diferentes abordagens sobre o tema semanal, quais sejam:

1. curiosidades que questionam o seguidor com perguntas semelhantes a um “*Você Sabia?*”;
2. informações de projetos que buscam mitigar impactos ambientais sobre o tema em questão;
3. pesquisas científicas atuais do tema;
4. geoturismo.

Pretende-se que, em uma delas, as informações sejam transmitidas por meio de vídeo autoral com imagens cedidas pela internet, o que tem ocorrido desde o reinício do projeto. Em todas as postagens, a contextualização com o cenário nacional ou internacional e a preocupação com a imagem e linguagem são cuidadosamente elaboradas e padronizadas, com o intuito educativo e de alcance do público.

Resultados alcançados

Para a análise dos dados do Facebook e Instagram, excluídas as análises do Youtube no momento, foram identificadas quatro categorias: a) número de seguidores; b) gênero; c) faixa etária e, d) engajamento. Todos esses dados estão disponíveis por meio de métricas nas plataformas utilizadas. No decorrer dos dois primeiros anos, a variação no número de

seguidores refletiu as adversidades enfrentadas por eles. No início, o número de seguidores foi alto, mas reduções e pausas nas postagens levaram à diminuição do número de seguidores.

Já no ano de 2020, após o retorno do uso destas redes, o projeto conquistou novos seguidores. Atualmente, as redes sociais do Minuto Geosfera contam com cerca de 541 seguidores no Facebook e 212 no Instagram. Esses números refletem, essencialmente, o resultado do planejamento da segunda etapa do projeto e foram analisados num período aproximado de dois meses.

Os resultados obtidos pela análise das ferramentas métricas dessas redes mostram, inicialmente, a importância da constância na produção de conteúdos nessas ambiências. No entanto, essa afirmação está em averiguação pelos testes em andamento.

A maioria dos seguidores alcançados é composta por mulheres, com cerca de 58%, tanto no Facebook quanto no Instagram. Possivelmente o motivo para tal seja o fato de que as mulheres são mais ativas nas plataformas da internet, segundo a rede ConnectAmericas (2015). No entanto, ainda são necessárias mais pesquisas que justifiquem essa afirmativa.

Ao se tratar da faixa etária dos seguidores, as métricas apresentaram que, de modo geral, tanto no Facebook (34%) quanto no Instagram (40%), os seguidores possuem de 25 a 34 anos. Tal resultado pode ser explicado pelo fato de que o Minuto Geosfera tem como seguidores estudantes universitários da área de geologia e afins, professores ou, até mesmo, pessoas leigas que se interessam por assuntos do meio ambiente.

O engajamento é uma variável, utilizada pelas plataformas sociais, que compreende o envolvimento, a interação e o relacionamento que os seguidores possuem com as redes em questão (Araújo; Vieira, 2014). Por isso, essa foi uma importante ferramenta para analisar o desempenho das publicações do projeto Minuto Geosfera, tanto no Facebook como no Instagram. Somente baseadas na totalidade das publicações em conjunto, realizadas entre os dias 30 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020, observa-se que as postagens no Facebook obtiveram um total de 19.993 alcances, 22.860 impressões e 674 reações, comentários e/ou compartilhamentos, enquanto, no Instagram, houve um somatório de 2.293 alcances, 362 curtidas, 16 comentários, 85 visitas ao perfil e 2.727 impressões. A respeito dos *stories*, foram 43 arquivos publicados nas redes sociais, com um total de 159 visualizações no Facebook e 1.163 visualizações no Instagram.

Por meio da análise individual das publicações, notou-se que as postagens constituídas por vídeo ou foto possuem um maior alcance. Jensen (2008), no livro “Aprendizagem baseada no cérebro: o novo paradigma do ensino”, determina que cerca de 90% das informações chegam à mente devido a estímulos visuais, visto que, quase 40% dos nervos do cérebro estão interligados a retina. Além disso, estudos recentes revelam que 65% das pessoas são aprendizes visuais (Jensen, 2008).

Os resultados parciais podem ser encontrados nos endereços virtuais do projeto no Facebook e no Instagram sob o nome de Minuto Geosfera.

Perspectivas futuras

Ao final de 2022, espera-se que os variados testes de divulgação e alcance que estão sendo avaliados indiquem as melhores estratégias de divulgação geocientífica nas redes sociais estudadas e que os participantes estejam melhor capacitados para serem multiplicadores dessas atividades em suas vidas estudantis e profissionais.

Dentre as propostas futuras, estão sendo estudadas estratégias de melhor engajamento do público, principalmente com comentários e perguntas na resolução de problemas ambientais específicos que possam surgir. Ainda, pretende-se que, de alguma forma e num futuro a ser planejado, o público seguidor do Minuto Geosfera engaje-se mais com sugestões de publicações e, até mesmo, na participação e elaboração das postagens.

Referências

ALLESSANDRINI, Cristina. D. A microgênese na oficina criativa. *Psicopedagogia*, São Paulo, v. 20, n. 63, p. 270-291, 2003. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/290/a-microgenese-na-oficina-criativa>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ARAÚJO, Ronaldo. F. Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1-16, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45937>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ARIEL, Yaron; AVIDAR, Ruth. Information, interactivity, and social media. *Atlantic Journal of Communication*, v. 23, p.19-30, 2015. Disponível em: <http://ruth-avidar.com/wp-content/uploads/2015/10/ArielAvidarAtlantic.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CARVALHO, Carlos. R. M. *et al.* Unindo IHC e negócios através do uso de personas: um estudo de caso no mercado de aplicativos móveis. *In: IHC+ CLIHC*. 2011. p. 100-104.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros: percepção pública da C&T no Brasil*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/estudoscgee>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. *Três em cada quatro brasileiros já utilizam a Internet, aponta pesquisa TIC Domicílios 2019*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/tres-em-cada-quatro-brasileiros-ja-utilizam-a-internet-aponta-pesquisa-tic-domicilios-2019/> Acesso em: 29 fev. 2024.

CONNECT AMERICAS. *As mulheres lideram a revolução das redes sociais*. 2015. Disponível em: <https://connectamericas.com/pt/content/mulheres-lideram-revolu%C3%A7%C3%A3o-das-redes-sociais-0>. Acesso em: 24 jan. 2024.

COSTA, Samara. A.; OLIVEIRA, Anete. M.; RIBEIRO, Alice. M. Ressignificando o ensino de geologia com uma abordagem em CTS: textos científicos produzidos por professores de Ciências Naturais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (ENPEC)*, 11, 2017, Florianópolis. Anais [...]. Niterói: ABRAPEC, 2017. p. 1-10.

COSTA, Samara A.; OLIVEIRA, Anete M.; SANTUCCI, Rodrigo. M. O processo de elaboração de um Guia de atividades práticas experimentais em Geologia para professores da educação básica. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO E HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA (EnsinoGEO)*, 8, 2018, Campinas. Anais [...]. Campinas: Unicamp; Sociedade Brasileira de Geologia, 2018. p. 464-471.

VOLPATO, Bruno. *Ranking das redes sociais: as mais usadas no Brasil e no mundo, insights e materiais gratuitos*, 2020. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

JENSEN, Eric. *Aprendizagem baseada no cérebro: o novo paradigma do ensino*. Londres: Corwin Press, 2008.

LEFRANÇOIS, Guy. R. *Teorias da Aprendizagem*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OLIVEIRA, Anete. M. Avaliação mediada na otimização da aprendizagem em geociências em cursos universitários em licenciatura. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA: AS GEOTECNOLOGIAS E O SÉCULO XXI*, 48, 2016, Porto Alegre. Anais [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2016. p. 5790-5790.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

WARD, James D.; SUTTON, Paul C.; WERNER, Adrian D.; COSTANZA, Robert; MOHR, Steve H.; SIMMONS, Craig T. Is decoupling GDP growth from environmental impact possible? *PLoS ONE*, v. 11, n. 10, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0164733>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Divulgação científica no rádio e podcast: na e para a periferia

Facilitaí!

*Bruna Lara de Andrade Reges
Daniele de Souza Rodrigues
Eduardo Bessa*

Figura 3



O que é o Facilitaí?

Em março de 2019, foi ao ar o primeiro episódio do Facilitaí, naquele momento um programa de divulgação científica na rádio Utopia FM, produzido pelo grupo de projeto de extensão (PET) Ciências. O Facilitaí tem a missão de fazer uma ponte entre quem produz ciência e quem se interessa por ela na periferia.

Assim, nossos programas ao vivo têm uma hora de duração e trazem entrevistas com autores de artigos científicos recém-publicados por professores, alunos de graduação e pós-graduação ou por técnicos, geralmente do próprio campus de Planaltina. Também produzimos programas sobre iniciativas de extensão e sobre a própria estrutura do nosso *campus*.

O programa de rádio, veiculado às terças-feiras em horário nobre para o rádio, de 18 a 19 horas, chega principalmente até motoristas e passageiros do transporte coletivo a caminho de casa e, também, a donas de casa preparando o jantar. A rádio Utopia é uma rádio comunitária, hoje sediada dentro do campus de Planaltina, com cobertura por uma área de 120 mil habitantes e audiência estimada em 30 mil ouvintes, segundo seu coordenador, Leônio Matos Gomes.

A Rádio Utopia, criada em 1998 por moradores da cidade de Planaltina-DF, mantém uma atuação marcante nos movimentos sociais e culturais da região. Desde 2006 existe uma parceria entre a Rádio Utopia e a FUP/UnB em projetos de comunicação, cultura e educação. Como a Rádio Utopia tem, como um dos seus objetivos principais, a valorização da diversidade cultural e ambiental, nada mais coerente que desenvolver projetos que estabeleçam uma relação entre esse objetivo e os dos seus parceiros. O Facilitaí contribuiu e corroborou com o viés educacional que a Rádio Utopia preza e valoriza.

Assim, o programa permitiu levar informações ao ouvinte comum de maneira objetiva, desmistificando a ciência e fazendo com que esta fosse percebida como parte do cotidiano, desde os aspectos mais simples aos mais complicados. Quem ouve o programa é estimulado, por meio da audição, a imaginar as situações descritas, tornando assuntos complexos parte da realidade.

No ano de 2020, com a interdição do campus de Planaltina decorrente da pandemia de covid-19, fomos afastados do estúdio. Aproveitamos a oportunidade para concretizar o desejo de que o Facilitaí perdurasse por mais tempo do que sua uma hora de apresentação na rádio e, além disso, ultrapassasse os limites de Planaltina. Assim, transformamos parte das entrevistas veiculadas na rádio em episódios de *podcast* e iniciamos a gravação de novos episódios de tema aberto e uma série especial, com foco no coronavírus.

Nosso programa vale-se de estratégias de *storytelling* para tornar a narrativa mais instigante e aproximar o ouvinte do cientista (Dahlstrom, 2014). Em geral, começamos apresentando o entrevistado de forma personalizada e não puramente academicista. Em seguida, discutimos o trabalho, indicando sua significância no campo de pesquisa, sua produção e suas novidades.

Por fim, damos espaço para os participantes darem suas opiniões e recomendações, propondo aos ouvintes filmes, livros, *podcasts*, seriados, etc. Muitas vezes, os pesquisadores fazem recomendações não relacionadas ao tema discutido. Essa é uma oportunidade inigualável de humanizar o cientista entrevistado e torna a conversa bem mais descontraída.

Outra estratégia que utilizamos é ter uma pessoa leiga entre os entrevistadores. É muito importante ter um entrevistador informado, que irá fazer as perguntas mais aprofundadas e detalhadas, mas é igualmente rico ter um leigo para trazer a conversa para o nível adequado, o que instituímos a partir do bordão que dá nome ao programa. A cada jargão ou explicação muito complicada que o entrevistado apresenta, nós pedimos encarecidamente: “facilita aí, vai!”

Para que divulgar ciência na periferia?

O objetivo do projeto é levar conhecimento científico à periferia. Discutiremos a importância dessa ação a seguir. Mas, antes, gostaríamos de falar da importância de divulgar ciência em geral.

A ciência, na maior parte do mundo, é feita utilizando recursos públicos, no entanto, seus resultados raramente ficam disponíveis para o povo que a financia com seus impostos. Artigos científicos são publicados em revistas fechadas, acessíveis apenas a assinantes. Mesmo para aqueles que possuem acesso ao estudo, existe a questão da barreira linguística: a maioria das áreas científicas não publica em português. O inglês é, em geral, a língua oficial. Ainda que a língua não seja um entrave, o linguajar frequentemente é: cientistas se comunicam entre si em um dialeto particular, incompreensível para a maioria das pessoas. O resultado disso é que muita gente não entende ao certo o que um cientista faz e, conseqüentemente, desvaloriza seu trabalho (Bessa, 2015).

Existem muitas formas de preservar um *status quo* dominante em nossa sociedade da informação, e ser o detentor do saber é uma delas. Assim, não dar acesso ao conhecimento científico é uma maneira de manter a estrutura da sociedade. Alternativamente, tornar o conhecimento científico disponível à periferia é uma forma de subverter essa ordem e dar oportunidades às camadas desfavorecidas.

Na última década, a periferia deixou de ser privada de uma série de oportunidades (Machado, 2019). As oportunidades econômicas foram as mais marcantes, com um intenso aumento do consumo de viagens, automóveis, eletrodomésticos e outros bens de consumo. O aumento do acesso à universidade e à cultura também foram marcantes (Bizerril, 2020), o que resultou numa profunda mudança do público que frequenta as universidades brasileiras. Estas mudanças fizeram com que a população das periferias se interessasse mais pelo conhecimento científico, por exemplo, levando-a a consumir este tipo de informação, mas também expondo uma indisponibilidade da divulgação científica em um linguajar apropriado para este novo público.

A ciência e os novos *campi* da universidade também se beneficiam da divulgação científica. Já discutimos que, ao dialogar com o público, a ciência se torna mais valorizada. Ter o apoio de uma elite intelectual e econômica minoritária é importante, mas ter o apoio de uma massa de pessoas onde está verdadeiramente a maioria da população brasileira é ainda mais crucial. A expansão da universidade resultou em muitas instituições novas ou em instituições tradicionais com novos *campi* periféricos, como é o caso da FUP, onde nosso programa é produzido. Demonstrar, por meio da divulgação científica, o valor da pesquisa desenvolvida nessas novas unidades é fundamental para torná-las convincentes e dignas de reconhecimento público.

Portanto, os objetivos de nosso programa são:

1. prestar contas da ciência que é produzida no *campus* de Planaltina para o público que a fomenta;

2. desafiar o *status quo* social dando à população periférica o acesso à informação científica;
3. produzir conteúdo de divulgação adequado ao consumidor da periferia;
4. valorizar a ciência, especialmente aquela produzida em nosso *campus*.

Divulgação científica pela periferia e para a periferia

A periferia precisa consumir ciência e a melhor maneira é por meio da divulgação científica. Se elementos básicos de sobrevivência já chegam com dificuldade à periferia, o conhecimento científico, na forma de divulgação científica, é ainda menos presente. Com o caminho aberto até a ciência, oportunidades são criadas e aproveitadas. Além disso, o reconhecimento na ciência é o primeiro passo para o entendimento de si e do mundo e todos merecem ter essa chance. Se reconhecer na ciência e entender o seu lugar no mundo permite entender que mecanismos nos colocaram ali, o que, por sua vez, permite nos mover, ganhar novos papéis sociais e mais representatividade.

Para alguém que mora na periferia existem prioridades e, geralmente, ser alfabetizado cientificamente não é uma delas. Em geral, as preocupações são mais urgentes e de ordem prática.

A divulgação científica deve ter o compromisso de revelar para essas pessoas que a ciência pode ajudar a lidar exatamente com esses problemas práticos e urgentes. A ciência pode auxiliar a colocar comida na mesa todo dia.

A ponte entre a comunidade periférica e o mundo científico pode ser feita pela universidade, por meio de projetos que usam ferramentas próprias da comunidade em que se pretende atuar. Isso não é nada fácil se não houver representatividade periférica na universidade, o que tem sido conquistado ultimamente. Ganhar a confiança de um público pode ser feito de fora para dentro, mas leva tempo. Inserir pessoas que fazem parte desse público no que você quer oferecer é uma estratégia bem mais rápida e eficiente. Assim, a periferia e o ambiente acadêmico precisam se entender para alcançar uma comunicação efetiva. Esta comunicação, que deve ser honesta e respeitosa de ambos os lados, resultará em benefícios mútuos.

É importante que a divulgação científica chegue na periferia, mas a representatividade é igualmente importante. A representação é um dos processos sociais produzidos com base em características de grupos sociais, podendo ser gênero, raça/etnia, classe, sexualidade entre outros (Teixeira, 2009). Paralelamente, as minorias sociais costumam não ser representadas por grandes mídias, mas vale lembrar que o conceito de minoria social não envolve questões quantitativas e, sim, o fato de que tais grupos não tenham participação significativa junto ao poder e exista uma falta de legitimação social quanto ao seu potencial (Franco *et al.*, 2017).

É importante que a divulgação científica seja feita por pessoas que conhecem na pele a realidade de seus interlocutores, assim a adaptação do conhecimento para aquela realidade se dará de forma mais efetiva. Além disso, quem realiza divulgação científica se torna modelo para que cada vez mais as pessoas periféricas entendam que a ciência também é

para elas e ocupem tais espaços, seja como consumidor do conteúdo ou como cientista. Franco *et al.* (2017) afirmam que “sem a representatividade jovens, periféricos, por vezes incorporam a própria ideologia hegemônica que os subjuga enquanto minorias sociais”.

O que já conquistamos com o Facilitaí?

Até o momento, em que escrevemos esse capítulo, já foram produzidos 30 programas de rádio e 19 episódios de *podcast* por nossa equipe. As pesquisas de mais de 40 cientistas foram apresentadas ao público, beneficiando-se da visibilidade do projeto. Com as facilidades da internet, nosso programa hoje atinge ouvintes muito além de Planaltina, estando disponível na plataforma *Spotify*.

É difícil medir a audiência na rádio de forma precisa, mas recebemos algumas avaliações positivas da coordenação da emissora Utopia FM, que tem audiência de cerca de 30 mil ouvintes. No *podcast*, até o momento, já tivemos mais de 200 acessos em nossos episódios.

Por fazermos parte de um grupo PET sediado em uma universidade, outro foco de preocupação está na formação de recursos humanos. O Facilitaí já preparou 20 universitários para operar uma emissora de rádio, preparar roteiros e conduzir entrevistas, editar arquivos de som e lidar com programas ligados à produção, edição e promoção de *podcasts*. Em termos profissionais, isto tem proporcionado experiências distintas e complementares da formação acadêmica tradicional, contribuindo para futuros trabalhadores mais criativos e competentes no mercado.

Próximos passos

O Facilitaí já atingiu várias conquistas, mas isso só nos motiva a querer que ele vá ainda mais longe. Ao mesmo tempo que aproveitamos a série sobre covid para trazer participantes da USP, Estadual de Goiás e Fiocruz, queremos cada vez mais valorizar o nosso *campus* e a nossa universidade. Convidados de grande visibilidade atraem novos ouvintes que, cativados, irão descobrir nossos colegas da FUP.

Também desejamos aumentar a visibilidade de nossa produção. Isso será conquistado com a longevidade do programa, a regularidade dos novos episódios e com a propaganda. Estamos vinculando o Facilitaí a outras ações que o PET Ciências desenvolve, como nossas redes sociais e um grupo de *Whatsapp* que tira dúvidas sobre a covid, disponível para a população de Planaltina. Também estamos oferecendo nossos episódios para professores que buscam material de qualidade sobre ciências para suas novas aulas na modalidade remota. Parcerias com outros *podcasts* e iniciativas de divulgação científica também têm sido fundamentais para tornar nosso programa mais conhecido.

Falando em outras iniciativas de divulgação, o Facilitaí tem sido uma incubadora de novas ideias de divulgação científica. Estão sendo gestadas, pelo menos, duas iniciativas de divulgação científica por meio de vídeos curtos, idealizadas por participantes do nosso programa. Outro

podcast, desvinculado ao Facilitaí, foi criado pela Daniele Rodrigues, A “*Voyeur* de animais coloridos”, que aborda temas como comportamento animal, seleção sexual e conservação.

Divulgadores desta equipe também estão responsáveis pela versão on-line do tradicional festival *Pint of Science* em Brasília, um evento de divulgação científica de origem inglesa que faz bastante sucesso no Brasil. Para além do programa de rádio e do *podcast*, nossos desejos são de continuar e ampliar a formação de divulgadores científicos em várias frentes, seja dentro do grupo PET Ciências, seja fora.

Referências

BESSA, Eduardo. O que é divulgação científica? In: ARNT, Ana M.; FRANÇA, Cecília.; BESSA, Eduardo (org.). *Divulgação científica e redação para professores*. Tangará da Serra: Editora Ideias, 2015. p. 15-18.

BIZERRIL, Marcelo X. A. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. *Tempos e Espaços em Educação*, v. 13, n. 32, p. e-13456, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/13456/10707>. Acesso em: 24 jan. 2024.

DAHLSTROM, Michael F. Using narratives and *storytelling* to communicate science with nonexpert audiences. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 111, n. 4, p. 13614-13620, 2014. Disponível em: https://www.pnas.org/content/111/Supplement_4/13614. Acesso em: 24 jan. 2024.

FRANCO, David S. *et al.* Entre a inserção e a inclusão de minorias nas organizações: uma análise crítica sob o olhar de jovens trabalhadores. *E&G Economia E Gestão*, Belo Horizonte, v. 17, p. 43-61, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/15596>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MACHADO, Rosana P. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rota de fuga da crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

TEIXEIRA, Níncia C. R. B. Discurso publicitário e a pedagogia do gênero: representações do feminino. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 6, n. 17, p. 37-48, nov. 2009. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/165>. Acesso em: 24 jan. 2024. 6 dez. 2020.



Projeto e ações que aproximam ciência e escola

O ensino de ciências e o desafio da aproximação universidade-escola



*Jeane Cristina Gomes Rotta
Louise Brandes Moura Ferreira*

O projeto de extensão “O Ensino de Ciências e o Desafio da Aproximação Universidade-Escola” foi criado em 2006 na Faculdade UnB de Planaltina (FUP), com o objetivo de promover o interesse dos estudantes da educação básica pela ciência. As atividades propostas são desenvolvidas em parceria entre os licenciandos e professores do curso de graduação em Ciências Naturais da FUP, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da UnB e professores e alunos da educação básica. A difusão e socialização do conhecimento produzido no âmbito acadêmico estão na base da concepção de extensão universitária que acreditamos, bem como a troca entre o conhecimento popular e o científico, propiciando, assim, mútuos benefícios advindos das relações entre esses saberes (Rotta *et al.*, 2013).

Ao longo destes quatorze anos de atividades do projeto, tivemos a participação de aproximadamente 30 escolas públicas da região de Planaltina e Sobradinho do Distrito Federal. Em algumas dessas escolas, a parceria é fortalecida pela realização de atividades práticas que são renovadas todo o ano, principalmente devido à presença de ex-alunos da FUP que hoje lecionam na rede pública de ensino. Portanto, o principal elo entre o projeto e as escolas acontece com a participação dos egressos do curso de Ciências Naturais que atuam nestas instituições.

Desde a sua criação em 2006, noventa e nove licenciandos já auxiliaram nas realizações de diversas ações que incluíram, além das atividades nas escolas, visitas monitoradas à FUP, cursos de extensão, participação nas Semanas Universitárias, atividades em celebração do aniversário da FUP e de Planaltina, bem como o desenvolvimento de três trabalhos de conclusão de curso, duas dissertações de mestrado e quatro artigos publicados em periódicos. Atualmente, onze estudantes participam das atividades, sendo que uma delas recebe uma bolsa do Decanato de Extensão da UnB (Figura 5).

As primeiras atividades desenvolvidas pelo projeto visavam a realização de experimentos de ciências a partir da demanda dos professores das escolas. Esta proposta inicial ocorreu no sentido de promover iniciativas que auxiliassem na superação das dificuldades para o ensino e aprendizagem das Ciências. Dificuldades essas que existem, frequentemente, por conta de um ensino que privilegia fórmulas, cálculos e a memorização de conceitos muito abstratos.

Neste contexto, os experimentos pedagógicos realizados nas aulas de ciências podem promover a apropriação dos conteúdos científicos, principalmente quando a metodologia didática utilizada favorece o diálogo e uma postura investigativa dos estudantes. Entretanto, a experimentação é uma estratégia didática pouco utilizada nas escolas devido a diferentes fatores que podem estar relacionados à falta de estrutura da escola para a realização destas atividades ou ao despreparo dos docentes.

Nesta perspectiva, os alunos e professores da educação básica visitavam a FUP para a realização de práticas experimentais que dialogassem com o seu cotidiano e os aproximassem das ciências. Posteriormente, os licenciandos também começaram a visitar as escolas devido às dificuldades dessas instituições conseguirem transporte para a FUP. Além de experimentos, os licenciandos participantes do projeto desenvolviam atividades que eram solicitadas pelos professores da escola.

A metodologia que embasa a realização das atividades é a proposta por Abegg e Bastos (2005), que fundamenta a prática na Investigação-Ação escolar, centrada em encontrar resolução de problemas que os docentes indicam e que emergem de suas práticas em sala de aula. Portanto, após o pedido para a realização de uma atividade pelo docente da escola, a equipe do projeto se reúne, discute e realiza a proposição de uma atividade. Estas reuniões ocorrem no Laboratório de Apoio as Pesquisas e o Ensino de Ciências (Lapec I) da FUP.

Neste ambiente, as responsáveis pelo projeto e os extensionistas têm a oportunidade de refletir pedagogicamente sobre as atividades práticas. Concomitantemente, todos levantam questões sobre a experimentação e podem tanto compartilhar a própria elucidação quanto tentar antecipar perguntas que os estudantes poderão fazer. Este momento de aprendizagem é privilegiado, pois, muitas vezes, os licenciandos percebem que matérias já estudadas, que julgavam conhecer bem, eram na verdade muito mais complexas e desafiadoras que pensavam, sendo a experimentação o catalizador para tal. Isso possibilita que revejam os conteúdos sob a ótica da experiência pessoal com o próprio objeto do conhecimento, algo enriquecedor em si mesmo.

Um segundo aspecto significativo do trabalho em grupo é a experiência dialógica: ao fazerem perguntas e colocações uns para os outros, os extensionistas sem perceber estão a operar num outro nível da atividade científica que é a colaboração entre os pares. Nesses momentos, os professores responsáveis pelo projeto incentivam os licenciandos a se engajarem em atividades que estão na base do raciocínio científico, tais como a observação e seu registro, a realização de inferências, o controle de variáveis, a exemplificação, o levantamento de hipóteses e o uso de modelos.

Desta forma, os extensionistas interagem e se comportam de maneira análoga a dos cientistas. Neste contexto, aproveitamos para discutir sobre a importância da metodologia

investigativa na realização de um experimento e nos atentamos para o cunho pedagógico desta atividade. Portanto, esclarecemos para os licenciandos, futuros professores, que a experimentação escolar tem natureza diferente a da utilizada pelos cientistas em seus laboratórios.

No decorrer desses anos de atividades, já recebemos das escolas diferentes demandas. As mais frequentes são para a realização de experimentos que auxiliem os estudantes na apropriação de conceitos ensinados nas aulas. Uma das solicitações das escolas foi a construção artesanal de um destilador (Figura 4) com material do cotidiano e de baixo custo para a destilação simples de uma mistura homogênea de anilina verde para alimentos com água e, posteriormente, com outra mistura homogênea de água e sal (Rotta *et al.*, 2013).

Muitos professores têm dificuldades para realizar experimentos nas escolas, devido à ausência de material, de vidrarias específicas e de um laboratório convencional. Neste sentido, o projeto tem auxiliado esses docentes com propostas de experimentos simples e com materiais que podem ser encontrados facilmente. Além disso, os experimentos podem ser realizados em sala de aula e não geram resíduos tóxicos ao meio ambiente e que necessitam de um descarte próprio.

Figura 4: destilador artesanal para separação de misturas



Além dos benefícios já conhecidos do uso de materiais de baixo custo para atividades experimentais em sala de aula, nosso projeto mostra que o raciocínio científico também pode ser ensinado e exercitado “fora” do contexto da aula experimental, o que nem sempre é óbvio e se consegue sem um bom preparo, daí o trabalho de fazer os experimentos com os licenciandos antes de irmos à escola. Neste contexto, salientamos a importância ímpar de que o ambiente dialógico que se dá nos encontros no Lapec I seja reproduzido na escola onde os estudantes são sempre incentivados a fazerem perguntas.

Uma concepção que se manifestou de maneira recorrente em todos esses anos de projeto foi a curiosidade acerca da figura do cientista e das características da ciência. A grande maioria dos estudantes acredita que um cientista é uma pessoa que “usa jaleco de laboratório”, é “homem branco e velho” e por fim um “gênio”. Raramente os estudantes identificam uma mulher como cientista ou uma pessoa negra. Essas pré-concepções são

consistentes com os mais de trinta anos de pesquisa sobre imagens de cientista, desde a investigação seminal de David Chambers (1983), com desenhos infantis de cientistas.

Dado esse contexto, foram realizadas algumas atividades para desmitificar a figura de cientista, como a apresentação de *slides* sobre a vida de diferentes cientistas (pessoas de diferentes etnias, gêneros e idades), buscando explicitar que o cientista não é apenas aquele que trabalha em laboratório ou vive só. Muitos têm família e suas descobertas são decorrentes de grupos de pesquisas e embasadas em pesquisas de outros cientistas (Melo; Rotta, 2020).

Posteriormente, os estudantes visitaram o *campus* da FUP e conheceram diferentes professores pesquisadores desta instituição, ou seja, cientistas em seu local de trabalho. Os discentes ficaram entusiasmados e fizeram várias perguntas aos professores. Ao buscar desmistificar a visão de cientista, o projeto auxilia os estudantes da escola a ter a percepção de que qualquer pessoa pode ser um cientista e que eles podem realizar pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. O projeto também proporcionou aos licenciandos que participaram das atividades a compreensão que a extensão universitária pode favorecer a ampliação do conhecimento dos estudantes sobre essas questões que estão ausentes dos currículos escolares (Melo; Rotta, 2020).

Atualmente, visamos desenvolver vídeos de experimentos de ciências que estão disponíveis em três canais do YouTube. Estas produções têm como objetivo divulgar experimentos simples e a discussão dos fenômenos observados, bem como auxiliar na apropriação dos conceitos científicos. Os conteúdos dos vídeos são editados pela bolsista do projeto. No entanto, esta iniciativa ainda precisa ser aprimorada e nosso próximo objetivo consiste na criação de um *site* que divulgue as ações do projeto e disponibilize os vídeos.

A partir deste contexto, acreditamos que atividades extensionistas que integram ensino, pesquisa e extensão vão além de práticas assistencialistas. Esta integração favorece a troca de conhecimentos entre os autores envolvidos no âmbito extensionista, propiciando a formação continuada de professores de Ciências (Santos; Farias; Rotta, 2019). Ao mesmo tempo que permite aos licenciandos uma formação inicial mais abrangente, a oportunidade de vivenciar o contexto escolar e aprender com os professores dessas escolas (Farias, 2020).

Figura 5: foto da equipe atual: estudantes de graduação, de mestrado e professores da FUP que participam do Projeto.



Referências

ABEGG, Ilse; BASTOS, Fábio P. Fundamentos para uma prática de ensino-investigativa em Ciências Naturais e suas tecnologias: exemplar de uma experiência em séries iniciais. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 4, n. 3, 2005. Disponível em: http://reec.webs.uvigo.es/volumenes/volumen4/ART7_Vol4_N3.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

CHAMBERS, David W. Stereotypic images of the scientist: the draw a scientist test. *Science Education*, v. 67, n. 2, p. 255–265, 1983. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sce.3730670213>. Acesso em: 24 jan. 2024.

FARIAS, Viviane A. A formação de professores de ciências naturais e as contribuições de um projeto de extensão universitária. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38811>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MELO, Juliana R.; ROTTA, Jeane C. G. Atividades de extensão e as concepções de cientistas de alunos do sexto ano do ensino fundamental. *Extensão & Cidadania*, v. 8, n. 13, p. 301-316, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/7110>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ROTTA, Jeane C. G.; RAZUCK, Renata C. S. R.; VIVEIRO, Alessandra A. ; PORTO, Franco S. A experimentação em um projeto de extensão universitária: contribuições para a formação de professores de ciências. *Ciências em Foco*, v. 6, n. 1, p. 29-38, 2013. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9915>. Acesso em: 24 jan. 2024.

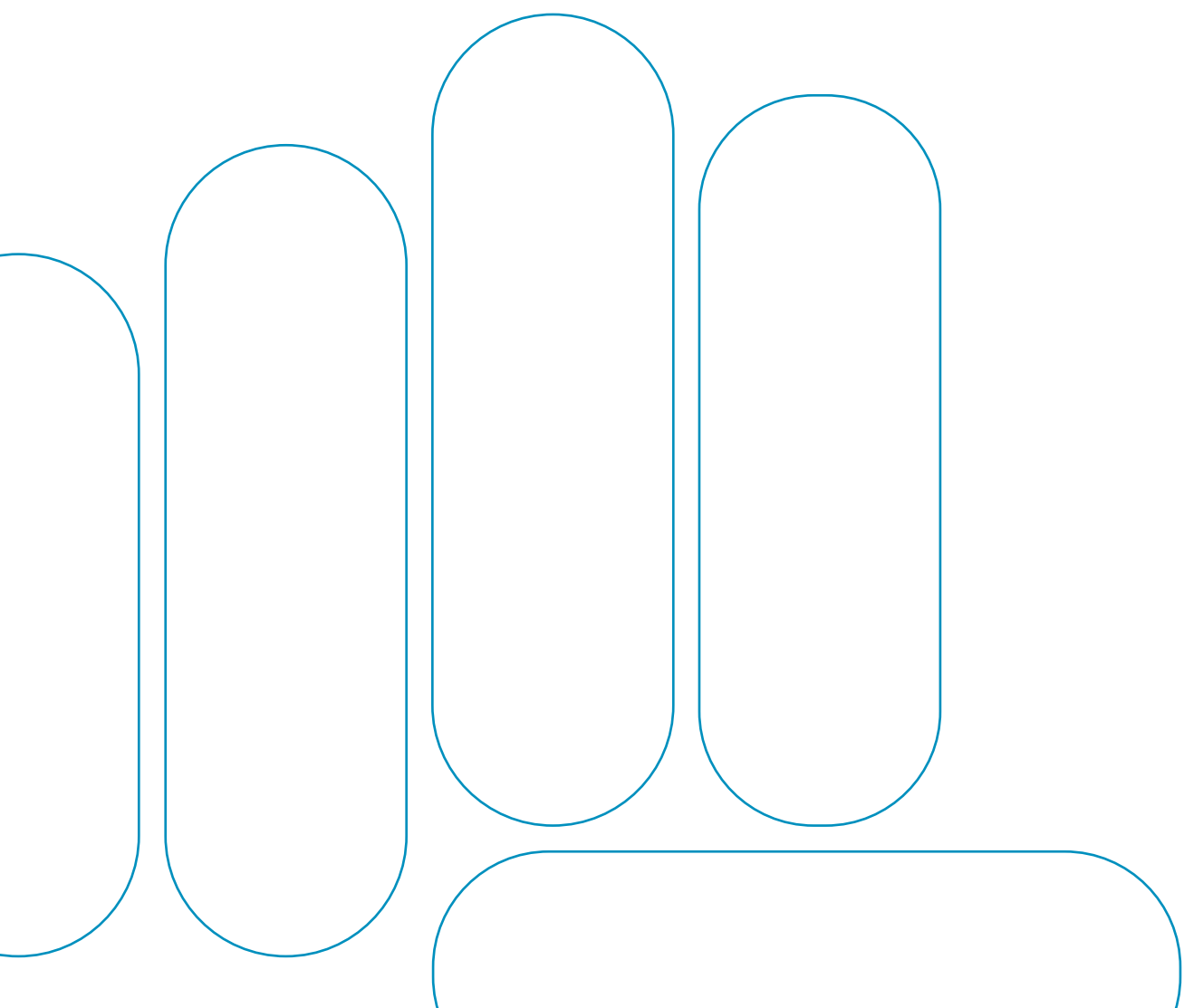
SANTOS, Edeltrudes; FARIAS, Viviane A.; ROTTA, Jeane C. G. A formação inicial e continuada de professores de ciências naturais e a extensão universitária da Faculdade UnB de Planaltina. *Ciências em Foco*, v. 12, n. 1, p. 96-104, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9895>. Acesso em: 24 jan. 2024.



Figura 6
Fonte: Domínio Público

Produção e Intercâmbio de Cultura, Arte e Comunicação





Dez anos de extensão, pesquisa e atuação

Programa Terra em Cena

*Adriana Gomes Silva
Felipe Canova Gonçalves
Kelci Anne Pereira
Rafael Litvin Villas Bôas
Simone Menezes da Rosa
Viviane Cristina Pinto*

O Terra em Cena surge em 2010, como um projeto de extensão da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade de Brasília (UnB), para articular as atividades teatrais desenvolvidas nos tempos da pedagogia da alternância, Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). Desde 2013, o projeto passa a trabalhar de forma sistemática com a linguagem audiovisual.

Figura 7: arte comemorativa dos Dez anos do Coletivo Terra em Cena.



Autora: Simone Rosa

Em 2016, amplia seu raio de ação institucional: se torna um grupo de pesquisa – cadastrado no diretório de grupos do CNPq – e um programa de extensão do campus de Planaltina da UnB.

O programa Terra em Cena está vinculado a outros programas de extensão do campus de Planaltina da UnB, como os programas “Resistência Kalunga: comunidade e universidade”, “Educação e Comunicação Comunitária – FUP”, bem como os projetos “Mulheres Cientistas: desafios, mitos e resistência cotidiana” e “Escola da Terra”, e a ele se vinculam, também, dois projetos de extensão do campus de Bom Jesus da Universidade Federal do Piauí (UFPI): “Cenas Camponesas: teatro, formação humana e organização social” e “Arte, comunicação e agroecologia: práxis para (re)existir diante da pandemia”.

O ano de 2020 marca a primeira década de existência do Terra em Cena, enquanto coletivo de pesquisa e atuação. Nos inspiramos nas experiências que articularam projetos populares de sociedade a partir de processos de educação, cultura e comunicação popular, tais como: o Movimento de Cultura Popular (MCP), de Pernambuco; os Centros Populares de Cultura (CPCs), da União Nacional dos Estudantes (UNE); a parceria entre o Centro do Teatro do Oprimido (CTO), de Augusto Boal e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que deu origem à Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré.

Ao longo desses anos, organizamos espaços de formação, pesquisas e produções em teatro e vídeo, publicações, seminários, mostras e debates, com uma dimensão programática, que busca incidir nas dinâmicas culturais da sociedade.

Objetivos e histórico

O Terra em Cena organiza-se com o objetivo de socializar os meios de produção das linguagens teatral e audiovisual para a classe trabalhadora, fomentar processos de formação de multiplicadores em comunidades rurais e quilombolas e consolidar uma rede de produção e circulação teatral e audiovisual latino-americana, com foco na experiência do teatro e do vídeo político popular e na organização cultural da sociedade.

São princípios e estratégias do Terra em Cena: trabalho em parceria com os movimentos sociais do campo e quilombolas; luta social como matriz formativa; formação a partir da socialização dos meios de produção; articulação entre estética e política, visando à formação em perspectiva emancipatória e arte e cultura articuladas com a organização social em prol da construção do poder popular.

Figura 8: Mostra Terra em Cena e na Tela, Faculdade UnB Planaltina, 2013.

Fonte: acervo do coletivo

As/os professoras/es, educandas/os da LEdoC, egressas/os do curso e membros das comunidades que participam do coletivo passaram a formar grupos em suas comunidades e territórios. Assim nasceram: o elenco do “Terra em Cena”, no campus de Planaltina da UnB; o “Arte Kalunga Matec” e o “Vozes do Sertão Lutando por transformação” (VSLT), em Cavalcante (GO) e no Território Kalunga; o grupo “Consciência e Arte” em Planaltina de Goiás (GO), no assentamento Itaúna; o “Arte e Cultura em Movimento”, em Formosa (GO), no assentamento Virgilândia; o “Arte e Resistência Jovem”, em Flores (GO), no assentamento São Vicente; e o “Cenas Camponesas” (UFPI). Tais grupos formam, atualmente, a Rede Terra em Cena, mantida viva por meio de encontros sistemáticos durante a Mostra Terra em Cena e na Tela, com quatro edições realizadas nos anos de 2013, 2017, 2018 e 2019.

A partir de temas geradores que surgiram em resposta às demandas locais, diversas peças foram desenvolvidas pelos elencos do coletivo Terra em Cena. Como exemplo de peças de Teatro Fórum, citamos as seguintes montagens: “Contra que? Contra quem?” (2010), pelo elenco sediado na FUP, do Terra em Cena; “Luta pela sobrevivência” (2012), pelo Arte e Cultura em Movimento; “A invasão do agronegócio”, pelo grupo Consciência e Arte; “Se há tanta riqueza por que somos pobres?”, pelo VSLT; “Luta nossa, camponesa” e “Fazendeiros e Posseiros”, pelo “Cenas Camponesas”.

Tais experimentos cênicos foram apresentados em escolas do campo, em comunidades camponesas e quilombolas e nos *campi* de universidades. Desse modo, buscamos ampliar o debate sobre problemas coletivos da vida no campo e, na perspectiva da pedagogia socialista, gerar processos de informação, formação e organização social nos territórios.

Além de peças no formato de Teatro Fórum, os grupos trabalham com outras modalidades do Teatro do Oprimido, como Teatro Imagem e Teatro Invisível e produzem peças de teatro épico e com montagens de cenas de agitação e propaganda. O coletivo Arte Kalunga Matec encena há sete anos a peça épica “História da resistência quilombola e do povo Kalunga”. O elenco do Terra em Cena, sediado na FUP, formado por professoras/es, educandas/os da LEdoC e militantes de movimentos sociais, realizou adaptações de peças emblemáticas do teatro político e popular, como “Mutirão em Novo Sol” (2012) e “Mundo enterrado” (2018), de Vianinha (pelo CPC), e de peças

do coletivo soviético Blusa Azul, inéditas no Brasil, como “O trabalho doméstico e a operária” e “Os mais atuantes contra todas as doenças” (2018).

De 2016 a 2018, o elenco do Terra em Cena desenvolveu a montagem do Coletivo Blusa Azul, visando ampliar as experiências de pesquisa cênica e audiovisual, estabelecendo diálogo entre dois sistemas sociais periféricos: o russo da segunda década do século XX e o brasileiro da segunda década do século XXI. O teatro se colocou, tanto na Rússia, com o Blusa Azul, quanto no Brasil, com o Teatro de Arena, e, depois, com o Centro do Teatro do Oprimido, como uma linguagem de aproximação entre atores e espectadores, permitindo que em países em que impera o analfabetismo e a desinformação, se proliferassem o conhecimento, a formação de público e a organização cultural da sociedade a partir da linguagem teatral.

A linguagem audiovisual passou a integrar organicamente os trabalhos do Terra em Cena a partir de 2013, quando coordenamos um projeto de formação em audiovisual para a juventude rural, financiado pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea), em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude e o Ministério das Comunicações do Governo Federal. Produzimos, como resultado do projeto, cinco documentários em diferentes territórios da reforma agrária e quilombolas de Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. Desta experiência, acumulamos reflexões sobre o potencial da linguagem audiovisual na Educação do Campo em diversos aspectos. A linguagem passa a ser entendida, como um meio de elaboração da memória coletiva; recurso político de elaboração dos problemas e exposição de denúncias; pesquisa e elaboração de narrativas a serem utilizadas no trabalho escolar; articuladora da interface com as linguagens teatral, musical e a literatura e suporte de análise crítica para a identificação dos padrões hegemônicos de representação da realidade, operados pela Indústria Cultural.

Figura 9



Fonte: acervo do coletivo, 2020.

Desde então, produzimos documentários, vídeo-cartas, intervenções para cenas e experimentos em televisão. Entre dezembro de 2016 e 2018, realizamos cinco episódios de um programa de TV, chamado “Revoluções”, com o intuito de registrar a dinâmica das

lutas populares estudantis, camponesas, indígenas, quilombolas, feministas e antirracistas, que eclodiram em resistência ao golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial, que provocou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Por meio do programa, veiculado pela TV Comunitária do DF, pesquisamos o potencial revolucionário das lutas insurgentes e registramos os indícios dos avanços do neofascismo, que hoje protagoniza a política brasileira, tendo no atual presidente da república seu principal expoente.

Também desenvolvemos experimentos de interface entre as linguagens teatral e audiovisual, como no vídeo “*De pé para lutar, escravos colonizados*”, criado a partir da montagem da peça do coletivo soviético Blusa Azul e produzido em parceria com o Coletivo Semente (Gama, DF) e colaborações com a Estudo de Cena (SP), com apoio do Fundo de Apoio à Cultura do DF, e no vídeo “*Coletivo Fuzuê: Teatro Universitário em tempos de restrição*”, um trabalho colaborativo entre o Terra em Cena e o Coletivo Fuzuê (UFSJ).

Portanto, a linguagem audiovisual soma-se ao Terra em Cena na construção de uma Cultura Política, como matriz formativa da LEdoC da UnB, e possibilita desencadear processos de práxis social pelos egressos e comunidades, seja na atuação com as linguagens artísticas, seja no reconhecimento enquanto sujeitos políticos e/ou na auto-organização e no trabalho coletivo como princípios educativos desenvolvidos por meio da Pedagogia da Alternância nos espaços formativos de TC e TU.

Em paralelo à ação capilar para dentro das comunidades, o Terra em Cena busca fortalecer parcerias com outros coletivos de teatro político no Brasil. Em 2014, pesquisadores do grupo participaram do primeiro Seminário Internacional Teatro e Sociedade, que reuniu na cidade de São Paulo coletivos de teatro político, grupos de pesquisa de universidades, pesquisadores e militantes. Em 2015, organizamos na UnB o segundo Seminário Internacional da Rede Teatro e Sociedade, que reuniu uma centena de pessoas de coletivos e pesquisadoras/es de diversos estados do Brasil, da Argentina e do Uruguai.

Também em 2015, o Terra em Cena publicou com outros parceiros o livro “Teatro político, formação e organização social”, conferindo ao material uma dupla função: a revisão histórica do percurso que o teatro político faz no Brasil; e o sentido prático de manual, com explicação, esquemas de conceitos e formas e de um conjunto de técnicas e jogos teatrais, visando à apropriação didática pelos leitores e participantes de oficinas.

No Terra em Cena, compreendemos as esferas do ensino, pesquisa e extensão como indissociáveis. Nessa trajetória, produzimos doze artigos (2013-19), um relatório de pós-doutorado (2017), seis teses (2009-19), dezoito dissertações (1995-2019) e quatro monografias de especialização (2012-2014), dez TCCs pela UnB (2007-2019) e dois TCCs pela UFPI (2019). Essa produção está sistematizada em nosso *blog* no endereço: <http://terraemcena.blogspot.com>.

Dois objetos sobressaem, recortados no conjunto das pesquisas: a experiência do Terra em Cena como dinamizador e mediador de processos formativos (de ensino e extensão), envolvendo teatro político e vídeo popular, seja em rede, seja na LEdoC; e o esforço de interpretação da realidade atual, nos posicionando e interpretando a história.

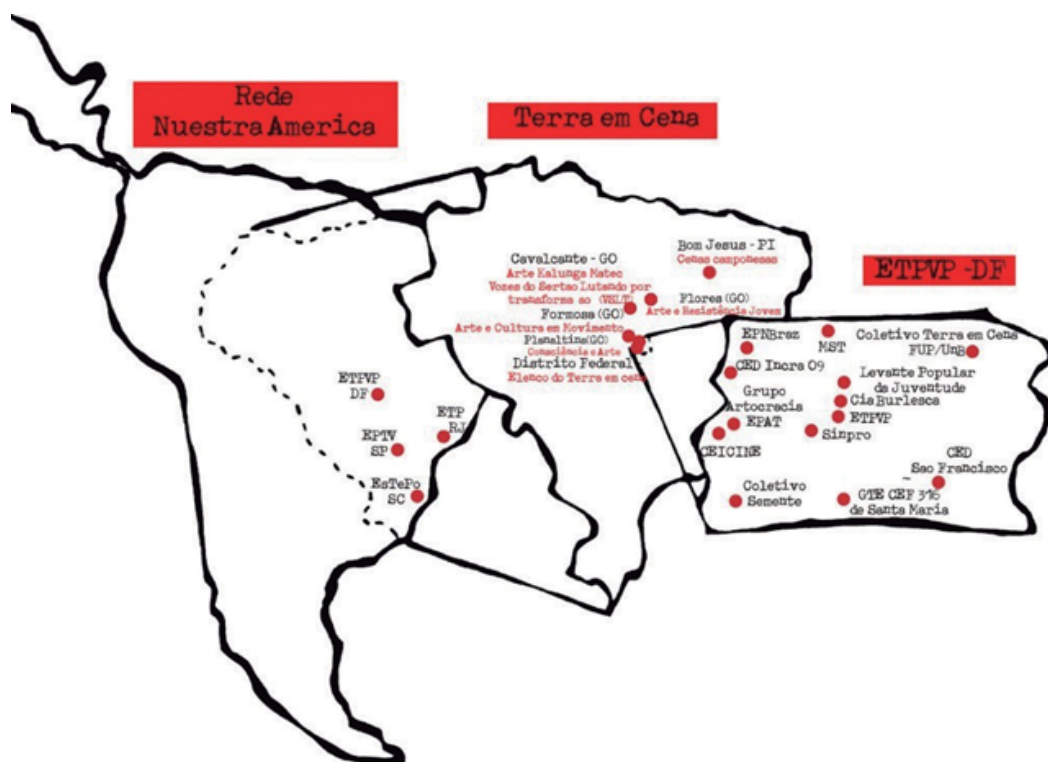
Para reunir os grupos ligados ao Terra em Cena, os parceiros de movimentos sociais e seus coletivos de teatro e audiovisual, organizamos quatro edições da mostra “Terra em cena e na tela: produção teatral e audiovisual da educação do campo”, entre 2013 e 2019. No contexto das mostras, além de intercambiarem experiências e metodologias de formação em teatro e audiovisual, os grupos apresentam seus trabalhos, estabelecem vínculos com outros coletivos e dialogam com escolas e movimentos que assumem a arte em sua agenda programática de educação e incidência social.

As mostras expõem parte de um processo criativo e diverso, desenvolvido pelos coletivos, tanto em seus aspectos formais quanto no âmbito dos conteúdos: a crítica à mineração industrial, à crítica ao agronegócio, passando por discussões sobre gênero, geração, raça e território camponês, até chegar ao diálogo com agroecologia e organização popular. Neste conjunto, o ponto de convergência é gerado diante do esforço comum em entender a cultura como um direito de todos, uma forma de conhecimento do real e de aprofundamento nas questões da existência humana.

Em 2017, inauguramos a Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do Distrito Federal (ETPVP-DF), como um projeto de extensão dentro do programa Terra em Cena, em parceria com coletivos de teatro e vídeo e com movimentos sociais do campo e da cidade. Desde então, temos desenvolvido uma série de formações e experimentações articuladas em uma rede local e internacional, a Rede Latino-americana de Escolas de Teatro e Vídeo Político Popular *Nuestra América*.

Além de ampliar a formação de multiplicadores para outros públicos e territórios e fomentar a produção teatral e audiovisual às lutas sociais contemporâneas, a ETPVP-DF pretende fortalecer redes de intercâmbio e circulação da produção cultural de movimentos sociais, coletivos artísticos e grupos de pesquisa em espaços comunitários, escolas, universidades e sindicatos. Os intercâmbios com outros coletivos e escolas de teatro e vídeo político popular têm gerado reflexões sobre formas organizativas, processos de produção e resultados estéticos do trabalho, enquanto meio de formação, comunicação e organização cultural. Ao longo destes três anos de existência, a ETPVP-DF formou uma rede composta por mais de doze coletivos, escolas públicas, movimentos sociais e sindicatos que se capilarizam nos territórios, conforme mostra o mapa das articulações neste ano:

Figura 10: mapa das articulações vigentes em 2020.

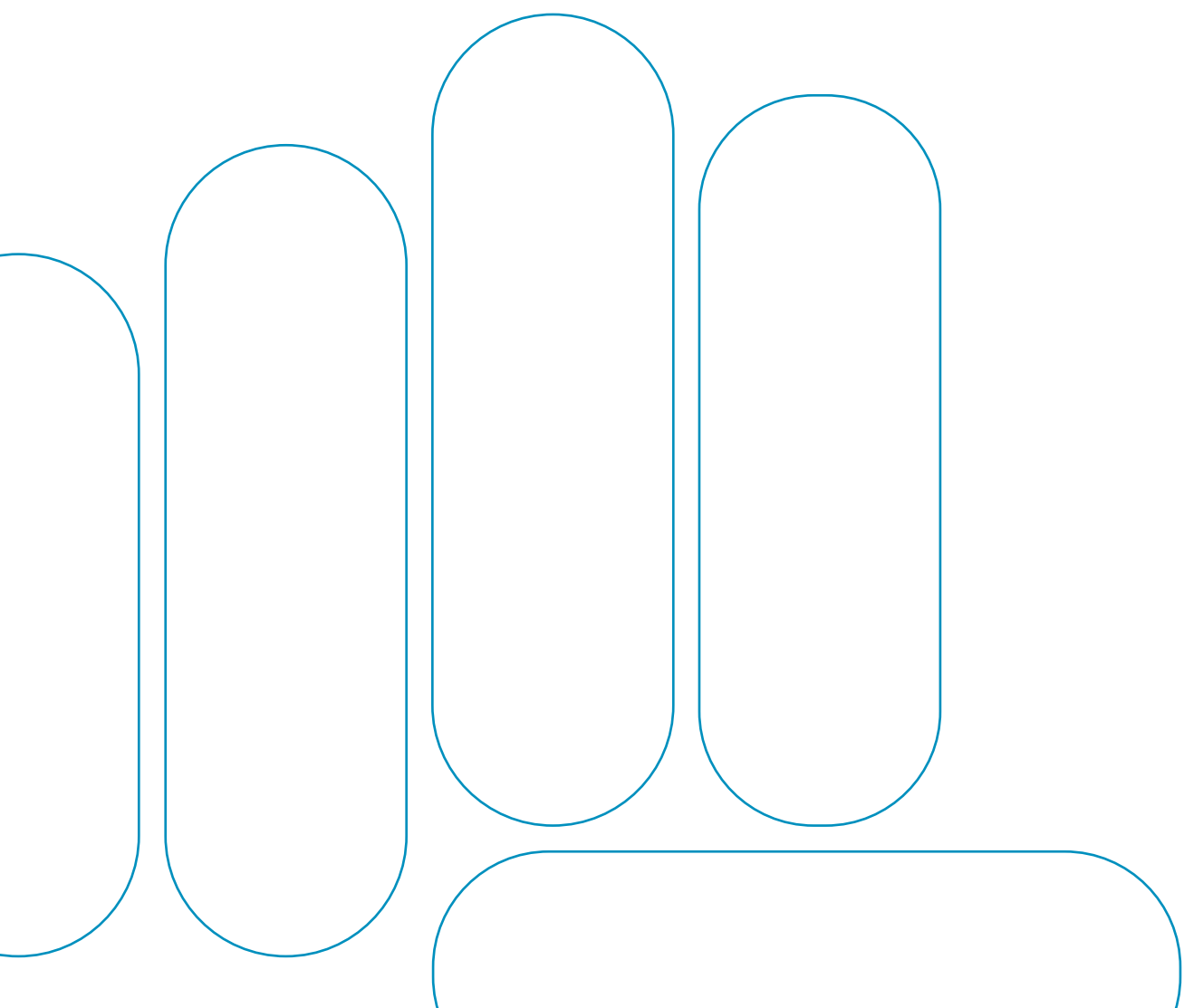


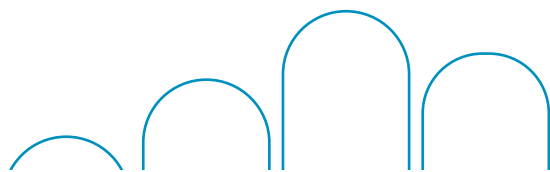
Fonte: acervo do coletivo.

Em 2020, a ETPVP-DF pretendia realizar um ciclo de formação para sua rede do DF. Entretanto, diante do contexto da pandemia da covid-19, realizamos o *Seminário Virtual da Rede Nuestra América*, com sete encontros das escolas que compõem a rede e articulações estratégicas, como o Coletivo Fuzuê (UFSJ), a Escola *La Tortuga* (Espanha), o Coletivo Jovens diante da Emergência Nacional (México), o Movimento Pátria Grande (Argentina), e professores, estudantes, militantes e coletivos de diversos estados brasileiros. O objetivo do Seminário foi promover um espaço de diálogo e intercâmbio entre as pesquisas de integrantes das escolas da Rede e pesquisas sobre eixos comuns de estudo, como o teatro e vídeo político e popular e a práxis da cultura em perspectiva contra-hegemônica.

Perspectivas futuras

Em 2020, iniciamos as comemorações pela nossa primeira década de existência. Pretendemos circular depoimentos de integrantes e ex-integrantes do grupo, bem como de egressos da LEdoC, que hoje atuam como professoras/es de escolas do campo ou em movimentos sociais, divulgar imagens de nossos trabalhos e circular as pesquisas que foram produzidas pelos integrantes do grupo, alimentando o grande esforço de organização do trabalho coletivo e envolvendo as dimensões estéticas, políticas e pedagógicas que o articulam.





Educação e comunicação comunitária na FUP

Programa de extensão Educação e comunicação comunitária na FUP

*Felipe Canova Gonçalves
Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril*

As ações na interface entre Educação e Comunicação Comunitária existem na FUP desde 2008, com o intuito de promover iniciativas articuladas entre as dimensões do ensino, extensão e pesquisa. Na extensão, em diferentes projetos e no atual programa, foi pensada uma aproximação entre a educação ambiental e popular, a leitura crítica da mídia e a comunicação comunitária, aos poucos se direcionou à formação, exibição e produção de audiovisual e à criação de experimentos radiofônicos, atuando principalmente em comunidades de Planaltina-DF.

Nossos objetivos, gradualmente construídos nessa caminhada de doze anos, são:

1. Transferência dos meios de produção da linguagem audiovisual e linguagem radiofônica para a comunidade acadêmica da FUP, escolas públicas do DF e GO e comunidades urbanas de Planaltina-DF e de seu entorno rural.
2. Estimular processos de leitura crítica da mídia, sobretudo com enfoque na relação entre Universidade e sociedade. Essa dinâmica envolve também, para além da análise de produções dos meios de comunicação dominantes, a socialização de repertório contra-hegemônico em audiovisual e rádio sobre temas fundamentais para a compreensão de conflitos sociais e políticos relacionados ao cotidiano das comunidades envolvidas no programa de extensão.
3. Desenvolver um trabalho conjunto com outras linguagens artísticas desenvolvidas no *campus* de Planaltina, fomentando estas práticas culturais, sobretudo a linguagem teatral e as artes visuais como murais e grafites.

O projeto, como os próprios objetivos apontam, tem dois segmentos como público-alvo principal: os estudantes da Faculdade UnB Planaltina em seu período de graduação e as/os moradoras/es das comunidades ligadas à FUP, que dialogam conosco nas escolas, nas associações de bairro, nos movimentos sociais e nos coletivos culturais e artísticos.

Breve histórico

As experiências nos campos da educação ambiental e popular marcaram a FUP desde sua fundação, vindas com as práticas e trajetórias dos pesquisadores que somaram esforços na construção do *campus*. Logo no segundo ano de implementação do *campus*, quando ainda tínhamos apenas a Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP), surge o Laboratório de Educação e Comunicação Comunitária (Lecom), como espaço de pesquisa e extensão.

Sua atuação inicial volta-se a um ponto de suporte para a criação de experimentos comunicacionais, como, por exemplo, as iniciativas desenvolvidas no *Programa Lobos da Canastra*, voltadas à proteção do lobo guará e à preservação ambiental na Serra da Canastra-MG (Bizerril *et al.*, 2011). Nesta iniciativa, o Lecom desenvolveu o projeto Cine-Lobo, com exibição de filmes educativos e de produção audiovisual, no qual foram elaborados quatro filmes sobre a relação conflituosa do lobo com criadores de galinha, sobre a saúde na área rural e resgates de tradições culturais, bem como a valorização das riquezas locais.

De modo análogo, outra iniciativa desenvolvida pelo Lecom foi a produção em 2011 de um vídeo a respeito do Parque Sucupira, localizado nas imediações do campus da FUP. O vídeo-documentário “Sucupira: a união faz o parque” foi realizado por meio do projeto de extensão “Comunicação ambiental na educação formal e não formal da Faculdade UnB Planaltina (FUP)”, que trabalhou ferramentas de comunicação e metodologias participativas para o envolvimento comunitário.

A produção do vídeo demonstrou, como aponta artigo da época, a articulação entre os dois públicos-alvo de nossas ações de extensão, acima mencionadas, tanto “como ferramenta para formação do extensionista na promoção de um maior entendimento em relação às questões socioambientais, ao papel da educação ambiental e da extensão universitária” (Bizerril *et al.*, 2012, p. 66), quanto como ferramenta de mobilização da comunidade do entorno do parque e das instituições locais ligadas à temática ambiental.

A busca por articulações e parcerias levou o Lecom a aproximar-se, nesta época, da rádio comunitária Utopia FM – associação constituída em 1998 por pessoas radicadas há muitos anos em Planaltina e que mantém uma atuação marcante nos movimentos sociais e culturais da região – e o Programa de Extensão Comunicação Comunitária (ComCom) da Faculdade de Comunicação do *campus* Darcy Ribeiro.

Ainda no âmbito das parcerias, a participação do Lecom no projeto “Formação de Educadores do Campo para o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação, para análise e produção audiovisual e trabalho com a juventude rural do Centro Oeste”, convênio UnB/Pronera/Ministério das Comunicações/Secretaria Nacional da Juventude em 2012-2013, colocou o trabalho em educação e comunicação comunitária da FUP em vínculo direto com a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) e suas comunidades rurais de inserção, como acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária e o território quilombola Kalunga. Surge neste contexto, também, a parceria do Lecom com o

Programa de Extensão Terra em Cena, criado em 2010 para fortalecer o trabalho com a linguagem teatral e audiovisual nos territórios de atuação da LEdoC/UnB.

Esta iniciativa estruturou um longo processo de formação, com duração de dois anos, para estudantes da LEdoC, do qual resultaram cinco documentários em comunidades distintas e uma profunda reflexão sobre o potencial da linguagem audiovisual – que levou inclusive a uma mudança na matriz curricular da área de Linguagens, Artes e Literatura do referido curso. Cabe ressaltar que esse processo culminou em saldos formativos relevantes para estudantes e comunidades de inserção da Educação do Campo, como também para os formadores envolvidos no projeto.

A formulação de um tripé norteador para o trabalho com audiovisual na FUP emerge neste contexto e, até hoje, baliza os esforços do Lecom, com as seguintes características: a autonomia na produção de forma integral, a compreensão do potencial da linguagem para a vida do estudante e para sua comunidade e “o uso da linguagem como forma de pesquisa em processo: considerando a atuação do integrante do projeto como professor e pesquisador em formação” (Gonçalves, 2019, p.146). Outro saldo relevante diz respeito a um maior direcionamento da atuação da extensão do *campus* para o território quilombola, a partir dessa experiência.

A aprovação da disciplina optativa Educação e Comunicação Comunitária nas instâncias colegiadas da FUP abriu a ligação com o ensino, elo até então pendente. No ano de 2017, a criação do Projeto de Extensão de Ação Contínua (Peac) Laboratório de Educação e Comunicação Comunitária FUP – produção e exibição de audiovisual e duas edições da disciplina ministradas em semestres sucessivos levaram a uma nova etapa de articulações e acúmulos, como vemos em quatro elementos principais: articulação da disciplina Educação e Comunicação Comunitária da FUP com a disciplina Comunicação Comunitária do *campus* Darcy Ribeiro, formando uma turma única *intercampi* para produção de relevantes experimentos, tanto comunicacionais, como também de organização pedagógica; o ingresso de monitores e bolsistas que eram moradores e lideranças locais nas comunidades de atuação na disciplina (Mestre D’Armas, acampamentos e assentamentos do MST, Vale do Amanhecer, entre outras). A presença destes estudantes no planejamento e condução da disciplina trouxe uma dinâmica mais ativa de envolvimento na vida comunitária, bem como o engajamento dos mesmos nas lutas sociais contribuiu na aproximação entre comunicação comunitária e uma concepção e uma práxis da comunicação popular; a entrada do professor voluntário e pesquisador em Teatro Comunitário Wellington Oliveira, bem como as participações de outros professores e lideranças comunitárias tornou possível avanços como a maior articulação com escolas públicas do entorno da FUP e experimentos com a linguagem artística do Teatro do Oprimido nas práticas pedagógicas e um aprofundamento dos vínculos com as comunidades de inserção. Para além dos saldos da disciplina, o Lecom se consolida neste período como ponto de apoio permanente à realização de audiovisual na FUP, com a elaboração de dois Trabalhos de Conclusão de Curso em forma de vídeo e

o programa de TV *Revoluções*, produzido em conjunto com o Terra em Cena e veiculado na TV Comunitária Cidade Livre do DF.

O Lecom ainda apoia outras disciplinas ofertadas na FUP que tratam de temas convergentes com a atuação do projeto, como a análise crítica das mídias e a produção comunitária de audiovisual e de mídias para rádio. As mais recorrentes parcerias são com as disciplinas “Universidade, sociedade e democracia” na graduação e “Comunicação e Educação Ambiental” na pós-graduação. Como passo mais recente nesta caminhada, as ações em educação e comunicação comunitária foram reorganizadas no Programa de Extensão “Educação e Comunicação Comunitária – FUP” em 2019, dado o entendimento do histórico de suas articulações e potenciais desdobramentos. Há uma aproximação contínua com a rádio comunitária Utopia FM, atualmente instalada no *campus* da FUP, coletivos ligados ao movimento hip-hop de Planaltina, bem como a continuidade de parcerias consolidadas do Lecom junto à Educação do Campo e os movimentos sociais do campo.

Depoimentos dos nossos estudantes

Entendemos que uma das formas mais interessantes de compreender os resultados de iniciativas de extensão, ensino e pesquisa – especialmente quando tratamos de educação e comunicação comunitária – é trazer um diálogo com os sujeitos que vivenciaram os processos acima descritos, apresentando sua reflexão crítica. Desta forma, selecionamos alguns depoimentos e reflexões de nossos extensionistas ou estudantes de nossas disciplinas, previamente publicados em diferentes artigos ou monografias. Os depoimentos a seguir ilustram diversos potenciais do projeto, do desenvolvimento pessoal dos estudantes a partir de vivência dos processos de pesquisa e produção de conteúdos em comunicação, e do impacto dos produtos junto às comunidades, por meio do aumento da visibilidade e da autoestima.

Sobre a produção do vídeo sobre o Parque Sucupira, uma extensionista, do curso de Gestão Ambiental, afirmou ter ampliado sua visão sobre os conflitos socioambientais:

As questões ambientais são extremamente complexas, pois vão além da simples temática dos impactos gerados pela ação humana no ambiente natural. Envolvem aspectos sociais e econômicos que se refletem no enaltecimento do status individual que, em casos diversos, sobrepõem-se ao interesse coletivo. A elaboração do vídeo *Sucupira: a união faz o parque*, permitiu observar que o trabalho com questões ambientais exige conhecimento dos atores sociais envolvidos e dos conflitos oficiais e extraoficiais estabelecidos, de maneira mais aprofundada (Bizerril *et al.*, 2012, p. 68).

O impacto das produções audiovisuais junto às comunidades camponesas é exemplificado por um estudante da licenciatura em Educação do Campo:

Esse trabalho teve grande significado pra comunidade no meu ponto de ver, porque até então a comunidade Virgilândia não possuía um registro da história do assentamento, agora temos o documentário *O Antes do Agora* que conta a história de como começou até nos dias de hoje. Através dos trabalhos ao longo das etapas para construção do documentário

passamos um recado para os moradores da comunidade, a importância do trabalho coletivo. Práticas que a comunidade hoje não dá valor. Que através do coletivo formados pelo@s educand@s da Licenciatura em Educação do Campo, hoje vários já formados, damos mais esse passo. E agora a comunidade possui pessoas que podem desenvolver essa linguagem (Wolff *et al.*, 2013, p. 33 *apud* Gonçalves, 2019, p. 170).

São recorrentes os depoimentos, ao final das disciplinas associadas ao Lecom, que exaltam a importância das experiências de pesquisa de campo e de produção em comunicação como forma de dar sentido concreto às diversas ações vivenciadas na universidade, como é o caso dessa estudante do curso de Pedagogia:

Nessa disciplina, tivemos a oportunidade de desenvolver projetos que estimulavam o envolvimento da comunidade nos meios de comunicação comunitária, como rádio novela, vídeos, *fanzine*. Visitamos vários lugares de Planaltina como: o Vale do Amanhecer, o Mestre D'Armas e um assentamento sem-terra, lugares que são marginalizados na nossa cidade e, com e para a comunidade, elaboramos e executamos projetos que incentivavam novas formas de se comunicar. Nessa disciplina, percebi a importância de a Universidade estar próxima das comunidades (Lima, 2019, p. 18).

Perspectivas futuras

A comunicação é um eixo estruturante da sociedade e, portanto, tem fundamental importância no contexto da universidade. A análise crítica da comunicação e a elaboração de produtos a partir do diálogo com as artes e a cultura tem potencial de grande alcance, tanto para a comunidade acadêmica quanto para os territórios com os quais a universidade interage.

Nesse sentido, o Lecom tem perspectivas promissoras no campo da defesa do projeto de Universidade pública, democrática e inclusiva, da solidariedade e de uma cultura de direitos. Especificamente, as ações mais imediatas são de seguir aproximando a Comunicação Popular e Comunitária com a educação superior, aprofundando o legado de Paulo Freire em ambas temáticas.

Finalmente, a criação de conteúdos sobre a universidade e os territórios passa pela consolidação da rádio comunitária no *campus*, como direito à comunicação e o fortalecimento do *campus* como espaço de produção e exibição audiovisual.


Referências

BIZERRIL, Marcelo X. A.; ALMEIDA, Andreia; BORGES, Marcelo; ASSIS, Tamiris. *A elaboração de um vídeo e a formação ambiental do extensionista: o caso do Parque Sucupira*. Participação, Brasília, n. 19, set. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/2339>. Acesso em: 29 de jan de. 2024.

BIZERRIL, Marcelo X. A.; SOARES, Carla C.; SANTOS, Jean P. Linking community communication to conservation of the maned wolf in central Brazil. *Environmental Education Research*, v. 17, p. 815-827, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1264915/mod_resource/content/1/bizerril%20environmentaleducationresearch_manedwolf.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

GONÇALVES, Felipe C. Linguagem audiovisual e Educação do Campo: práxis e consciência política em percursos audiovisuais. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/36800/1/2019_FelipeCanovaGon%C3%A7alves.pdf. Acesso em: 29 de jan de 2024.

LIMA, Ane C. *Futebol das quebradas*: a promoção do desenvolvimento e a construção de práticas inovadoras de atendimento socioeducativo. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22662>. Acesso em: 24 jan. 2024.



Xadrez na universidade: Ensino, prática do jogo e sua perspectiva na extensão integrada à formação integral

Clube de xadrez da FUP

Nelson Adriano Ferreira de Vasconcelos

Rosylane Doris de Vasconcelos

Talita de Jesus Lima

Apresentação do projeto

O Clube de Xadrez da FUP busca articular, por meio do xadrez, a integração acadêmica, cultural e esportiva da Faculdade UnB Planaltina em diálogo com a comunidade interna e externa, integrando os seus três segmentos (professores, estudantes e técnicos), fortalecendo sua política de lazer, bem como a realização de atividades junto à comunidade, no horizonte de indissociabilizar ensino, pesquisa e extensão como elementos que dão sentido à Universidade contemporânea.

Esta práxis dialógica é organizada a partir da orientação no projeto de extensão para os integrantes e os parceiros da proposta, buscando oferecer aos que dela participam variada experiência acadêmica formativa, que encontrará desdobramentos no seu percurso formativo, ao mesmo tempo em que contribui com a perspectiva de aproximação e integração entre Universidade e comunidade.

A coordenação do projeto é feita pelos professores Rosylane Doris de Vasconcelos, Rogério Cesar dos Santos e pelo técnico-administrativo Ivonaldo Vieira Neres, tendo como coordenador pedagógico o professor Nelson Adriano Ferreira de Vasconcelos.

Objetivos principais

Os objetivos do projeto são: contribuir para o cumprimento do princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; promover uma experiência formativa integral com aproximações científicas, culturais e interdisciplinares; contribuir para a qualificação da formação de professores na região de Planaltina; promover atividades que estabeleçam relação entre Universidade e Sociedade, reciprocamente transformadoras; promover atividades pelas quais os futuros profissionais formados pela FUP protagonizem atividades formativas, esportivas e culturais junto às escolas e à comunidade em geral.

Público-alvo

O projeto dissemina a prática enxadrística, bem como seu estudo teórico-metodológico e prática de ensino na FUP e demais espaços educativos de Planaltina, especialmente em escolas públicas, constituindo seu público-alvo.

Histórico e resultados alcançados

O Projeto “Clube de Xadrez da FUP” tem, como seu antecedente histórico, um outro projeto de extensão, desenvolvido a partir de 2014, chamado “Eureka: integração de saberes em Ciências”, cujos resultados se entrelaçam com os do Clube de Xadrez, uma vez que mantiveram o mesmo público-alvo e formato.

O Eureka foi desenvolvido até 2018 em duas etapas e organizou-se em três frentes de abordagem: a primeira delas foi a do teatro, que tratou de motivar a construção de uma peça de teatro com bonecos, cujas personagens, roteiro e cenário foram construídos por estudantes do curso de Ciências Naturais, para ser apresentada em escolas públicas da região. A temática abordada foi sustentabilidade e meio ambiente.

Também foram realizadas oficinas em parceria com o curso de Licenciatura de Educação do Campo, especificamente com o grupo coordenado pelo professor Rafael Litvin Villas Boas, na perspectiva do Teatro do Oprimido e ofertadas para a comunidade interna e externa da FUP.

O Eureka replicou e acolheu no campus o 47º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro com a Exibição do filme BRASIL S.A., promovendo o debate com o diretor Marcelo Pedroso e a mediação da Professora e cineasta Érika Bauer.

A segunda frente de trabalho do *projeto Eureka* abordou o ensino de Ciências em temas como meio ambiente, corpo humano, animais e ecologia, utilizando-se de jogos didáticos de cartas (estilo ‘Trunfo’), produzidos e doados pela professora Nurit Bensusan, bióloga parceira do projeto, que possibilitou sua aplicação junto às salas de aula de Ciências em Planaltina. Os extensionistas, primeiramente, pesquisavam os temas, produziam planos de aula, ministrando-as para estudantes das séries finais da rede e nas quais os referidos jogos eram estratégia metodológica.

Figura 11: Estudantes em atividade de divulgação do projeto.



Fonte: Rosylane Doris de Vasconcelos.

A terceira frente do *projeto Eureka* foi a do xadrez. Foram realizados oficinas, cursos e grupo de estudos com interessados que, após essa etapa, preparavam-se pedagogicamente para desenvolver oficinas de xadrez básico em escolas da rede.

A imagem abaixo demonstra atividades de divulgação do projeto, incluindo as várias edições do projeto “*FUP na rua*” e “*UnB perto de você*”. Suas ações foram divulgadas nas redes sociais da UnB, na UnBTV e nas comunidades de xadrez.

A terceira frente produziu tanta demanda interna e externa, que o projeto, já a partir de sua segunda etapa iniciada em 2017, especializou-se no ensino de xadrez, constituiu acervo (por investimento próprio) de tabuleiros, peças e relógios profissionais, com a capacidade de atender 40 enxadristas simultaneamente, além de pequena biblioteca especializada e camisetas personalizadas para os professores enxadristas atuantes nas escolas de Planaltina.

Figura 12: espaço Judit Pólgar – FUP



Fonte: Rosylane Doris de Vasconcelos

Figura 13: Torneio de Xadrez da Faculdade UnB Planaltina.



Fonte: Rosylane Doris de Vasconcelos

O projeto conquistou, ainda, a utilização de um espaço permanente para guardar os materiais e desenvolver suas diversas atividades didáticas e esportivas, no Laboratório de Pesquisa e Ensino de Ciências (Lapec 1), coordenado pela professora Jeane Cristina Gomes Rotta. Recebeu o apoio da direção da FUP para os eventos e torneios realizados e para o transporte dos estudantes até as escolas onde é realizado o trabalho de campo.

O projeto ampliou o seu espaço no *campus* e há um local que conta com quatro mesas de cimento e banquetas, com tabuleiros oficiais pintados e para os quais é possível emprestar conjuntos de peças na biblioteca. É frequentado pela comunidade interna para jogos. Está localizado no prédio Paulo Freire e é conhecido como espaço Judit Polgár, importante enxadrista húngara, campeã mundial e escritora. O Eureka também estimulou o estudo, treino e participação em plataformas de xadrez online, promovendo jogos e torneios locais e externos

Figura 14: palestra e simultânea de xadrez com Adriano Valle – 2018.



Fonte: Rosylane Doris de Vasconcelos

O Projeto, em suas duas etapas, atendeu a 42 estudantes da FUP, contando com a participação de outros cursos da UnB, incluindo estudantes do *campus* Darcy Ribeiro e possibilitando o ensino básico de xadrez sistematicamente em cinco escolas de Planaltina para 524 alunos.

Consolidado o projeto, com demanda interna e externa crescente, o Eureka transformou-se no “Clube de Xadrez da FUP”, dando continuidade aos resultados alcançados por seu projeto originário. A partir de sua criação em 2019, o Clube atendeu 38 estudantes dos quatro cursos de graduação da FUP, bem como 122 alunos de quatro escolas participantes, contando com a parceria da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, da Secretaria de Educação do Distrito Federal. No total, foram atendidos 80 estudantes de graduação e 646 alunos da rede pública em cinco escolas.

Desde o início dos trabalhos de ensino de xadrez na FUP em 2014, uma importante parceria foi realizada com a Federação Brasileira de Xadrez, na pessoa do professor Antônio Villar Marques de Sá, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Desde o princípio dos trabalhos, o projeto recebeu seu apoio e assessoria, incluindo a promoção semestral e a arbitragem do Torneio de Xadrez da UnB Planaltina – evento já tradicional na comunidade e que envolve o público interno, sendo prestigiado por estudantes das escolas, famílias e por enxadristas profissionais.

O Torneio já está em sua nona edição, realizada em novembro de 2019. Os torneios são oportunidades de aprimoramento, popularização do jogo e de fortalecimento da comunidade de xadrez. Outra parceria foi com a Academia Xadrez Valle, criada pelo mestre da Federação Internacional de Xadrez, 11 vezes campeão brasileiro, Adriano Valle. A FUP o recebeu por duas vezes em 2018 para palestras para os professores da rede e para simultâneas de xadrez, dinâmica na qual o campeão joga com dez enxadristas simultaneamente.

Um dos resultados do trabalho do projeto de xadrez foi a fundação do Clube Capablanca da Faculdade UnB Planaltina, em 16 de maio de 2019, uma ação independente de estudantes e servidores da FUP para jogos, treinos e estudos. Após sua fundação, passou a integrar oficialmente a comissão organizadora do Torneio de Xadrez da FUP. O Clube tem promovido torneios internos de xadrez na FUP, sessões de cinema e treino livre do jogo para seus participantes e convidados

Além destas frentes de trabalho, o projeto, desde sua etapa anterior, desenvolve atividades de estudos e divulgação do xadrez. É constantemente convidado a ministrar oficinas em momentos de acolhimento dos estudantes recém-ingressos, na *Semana Universitária da UnB* e para alunos da rede pública que visitam o *campus*.

O projeto produziu tabuleiros de xadrez e peças para doação às escolas participantes a partir de materiais recicláveis. Como atividade rotineira, o clube recebe os recém-ingressos dos cursos da FUP que manifestam interesse em estudar e aprender a jogar xadrez com os colegas veteranos. No segundo semestre de 2019, foram ofertadas turmas para iniciantes e uma de xadrez avançado, em todos os dias da semana, em diversos horários, com duração de uma hora. O projeto é desenvolvido de forma a envolver seus integrantes (antigos e novos) em reuniões de treino, discussões sobre filmes, preparação para torneios de xadrez,

leituras de livros e textos e jogos on-line. Deste grupo, surgem os novos professores que levam o projeto para as escolas, como ferramenta de ensino pedagógico e de socialização.

Figura 15: tabuleiro alternativo produzido no projeto.



Fonte: Rosylane Doris de Vasconcelos

Duplas de professores enxadristas do projeto têm cerca de seis semanas para realizar o planejamento em conjunto com a escola e aplicar as aulas uma vez por semana. O desafio é desenvolver uma atividade que leve o aluno a jogar, explorando possibilidades interdisciplinares. As aulas são ministradas pelos estudantes da FUP, sempre que possível acompanhados de professores observadores, que auxiliam nas atividades, preparando-se para assumir turmas nos semestres seguintes.

As turmas do ensino fundamental são divididas em grupos de 20 alunos, totalizando até 40 alunos por período. As aulas têm duração média de uma hora. O projeto tem capacidade de atendimento de até 400 alunos por semestre. Entretanto, pela incompatibilidade entre as escolas e a universidade, ora pela dificuldade de formação de turmas para aulas, ora pela dificuldade dos estudantes da FUP em participar dos horários solicitados pela rede, em função de não serem compatíveis com os horários das atividades acadêmicas, não foi possível usufruir de toda a capacidade do projeto.

Quanto ao processo de avaliação, foi compromisso do projeto promover a reflexão acerca do andamento e dos resultados provisórios, para replanejamento e continuidade dos trabalhos, a partir da análise das experiências nas escolas relatadas pelos estudantes-professores e pelos professores responsáveis por acompanhar a execução do projeto. Os extensionistas compartilhavam suas experiências com os colegas, procurando soluções coletivas para eventuais dificuldades.

Os representantes das escolas se reuniam presencialmente na FUP, duas vezes a cada semestre, acompanhados por um representante da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina e expunham suas experiências com a oferta de turmas, as principais dificuldades, bem

como os resultados observados com os estudantes que passaram pelas oficinas, destacando a relação deste aprendizado em diálogo com outras disciplinas e a melhoria no rendimento geral dos alunos, seu nível de concentração, convivência e interesse nas atividades escolares.

Perspectivas futuras

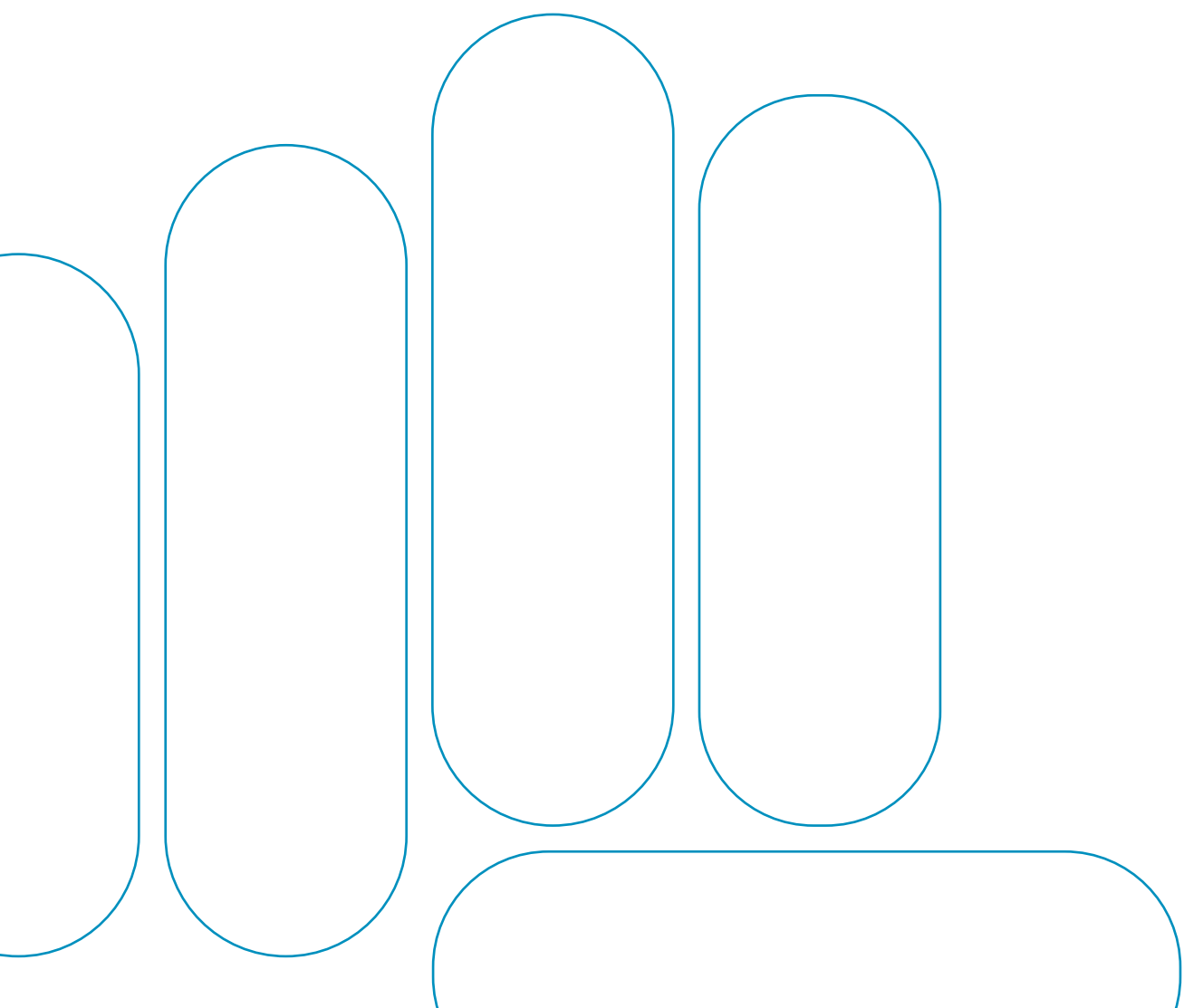
Segundo levantamento feito pelo projeto no final de 2019, em conjunto com a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, verificou-se que existe demanda de muitas escolas interessadas e disponíveis para ingressar no Projeto Clube de Xadrez da FUP. Por isso, as perspectivas futuras são de manutenção e ampliação do projeto – incluindo as parcerias atuais – e exploração de novas possibilidades de atuação junto à comunidade de Planaltina, divulgando o xadrez como ferramenta pedagógica transdisciplinar e incentivando a prática enxadrística na Universidade e nas escolas na perspectiva de formação humana integral integrada ao ensino.



Figura 16
Fonte: Domínio Público

Educação ambiental e Meio ambiente





Projeto de extensão educação ambiental no Parque Sucupira na luta por um parque para todos

Projeto de extensão educação ambiental no Parque Sucupira

*Regina Coelly Fernandes Saraiva
Olgamir Amancia Ferreira de Paiva*

Figura 17



O projeto de extensão de ação contínua Educação Ambiental no Parque Sucupira, criado em 2010 na Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), surgiu com o propósito de promover uma conscientização ambiental no que TANGE ao uso e preservação do Parque Ecológico Sucupira,¹ em Planaltina, no Distrito Federal (DF). À época da criação do projeto, o Parque

¹ O Parque Sucupira foi criado pela Lei nº 1.318/96 como Parque Recreativo Sucupira. Com a recategorização promovida pelo Sistema Distrital de Unidades de Conservação do DF (SDUC, Lei Complementar nº 827/2010), passou a ser designado Parque Ecológico Sucupira. Os Parques Ecológicos são unidades de conservação de uso sustentável e têm a função de conservar amostras dos ecossistemas naturais, da vegetação exótica

encontrava-se em estado de absoluto abandono pelos poderes públicos, permeado por muitos conflitos socioambientais. Tinha uma criação apenas formal, “na letra da lei”: a área não funcionava concretamente como parque e nem atendia aos fins para os quais foi criado.

O projeto, ao longo de dez anos de existência, tem realizado um intenso trabalho educativo, agindo junto aos atores locais de Planaltina, especialmente professores e estudantes da rede pública de ensino, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e outros parceiros, para garantir a implantação do Parque.

Este texto pretende descrever, brevemente, alguns aspectos que marcaram a trajetória do projeto Educação Ambiental no Parque Sucupira nesses anos de atuação, articulações e mobilizações em prol do Parque.

Para nós, é também um texto comemorativo, pois aproveitamos aqui para sistematizar Dez anos de muita luta para a efetividade do Parque Sucupira, como área ambientalmente protegida e voltada para a promoção da qualidade de vida dos moradores de Planaltina. Trazemos, ainda, aspectos da extensão universitária, como parte fundamental do processo formativo de mais de 40 estudantes extensionistas da FUP que ajudaram a construir o projeto.

O texto está dividido em três partes: na primeira, apresentamos o Parque Ecológico Sucupira, suas peculiaridades, aspectos sócio-históricos, características ambientais (flora, fauna e corpos hídricos) e outros aspectos. Na segunda parte, descrevemos as ações do projeto de extensão Educação Ambiental no Parque Sucupira, destacando atividades, sua trajetória e caminhos trilhados. Na terceira, tecemos observações sobre ações do projeto e sua contribuição na formação dos estudantes extensionistas.

Parque Ecológico Sucupira

A ocupação humana de um território determina as características socioculturais e históricas que este lugar vai assumir. As terras interiores do Brasil, ou terras do sertão, foram palco de muitas intervenções humanas que datam de centenas de anos atrás e que chegam aos dias atuais traduzindo a ação de homens e mulheres sobre o território.

Em Planaltina, cidade do Distrito Federal, esse processo foi marcado por momentos bastante diferenciados: Planaltina era parte do sertão, nascida em meio ao Cerrado e cercada por muitas nascentes, a cidade passou por muitas transformações até virar a Região Administrativa VI do DF (Saraiva, 2013). A necessidade de proteger o Cerrado remanescente, encontrado em abundância em Planaltina, levou o governo do Distrito Federal, mediado pela ação de parlamentares, a criar na década de 90, em 2002 e 2005, nove parques ambientais,² entre eles o Parque Recreativo Sucupira.

e paisagens de grande beleza cênica; propiciar a recuperação dos recursos hídricos, edáficos e genéticos; recuperar áreas degradadas; incentivar atividades de pesquisa e monitoramento ambiental e estimular a educação ambiental e atividades de lazer e recreação em contato harmônico com a natureza.

² Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pípiripau (1996), Parque Recreativo Sucupira (1996), Parque Ecológico e Vivencial Lagoa Joaquim de Medeiros (1998), Parque Ecológico dos Pequizeiros (1999), Parque

Criado pela Lei nº 1.318, de 23 de dezembro de 1996, o Parque Sucupira tinha uma área original de 229,80 hectares. Essa área, como veremos, foi alterada em função das pressões e fragilidades em torno da sua poligonal. Inserido na bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu, o Parque abrange o córrego Fumal, o ribeirão Mestre D'Armas e a nascente do córrego Buritizinho. É uma área com abundância de águas e nascentes. Ao Norte, faz limite com a Estação Ecológica de Águas Emendadas (Esecae)³. O Parque Sucupira está localizado na zona de amortecimento da Esecae e tem importante papel na manutenção dessa unidade de conservação⁴.

O Parque Ecológico Sucupira preserva em sua área uma porção nativa de Cerrado com grande diversidade de espécies: sucupira, buriti, jacarandá cascuda, paineira do cerrado, vassoura de bruxa, pau santo, peroba do cerrado, sucupira branca, jacarandá do cerrado, ipê amarelo do cerrado, curriola, pequi, bacupari, murici, sucupira preta, entre tantas outras. A fauna silvestre, principalmente de pequeno porte, e muitas aves (avifauna) estão presentes no Parque: tucanos, periquitos, morcegos, roedores, formigas, cupins, cobras, lagartos, calangos, aranhas e muitos outros.

Devido a esses atributos, o Parque foi criado para atender aos seguintes objetivos:

- conservar amostras dos ecossistemas naturais, da vegetação exótica e paisagens de grande beleza cênica;
- propiciar atividades lúdicas em contato com a natureza;
- atender às necessidades básicas de lazer comunitário dos cidadãos, com a disponibilização de um espaço onde sejam realizadas atividades artísticas, culturais e desportivas;
- estimular a valorização da qualidade de vida da população local, conscientizando as pessoas da necessidade de preservar e conservar o meio ambiente;
- dar oportunidade aos indivíduos de convivência harmônica com a natureza (Lei nº 1.318/96).

O Parque Ecológico Sucupira está integralmente situado na área urbana de Planaltina, entre o Setor Norte (Vila Nossa Senhora de Fátima) e a região Oeste (como prolongamento da Avenida Gomes Rabelo, do Setor Tradicional). Faz limite como o *campus* da Universidade de Brasília em Planaltina e com loteamentos situados no bairro da Estância. No local, encontram-se lotes de destinação rural; antigas chácaras criadas antes da área ser destinada à preservação ambiental. Esses loteamentos fizeram durante muito tempo parte dos conflitos socioambientais, gerando inclusive dificuldades para a implantação do Parque.

Ecológico do DER (1999), Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho (1999), Parque Ecológico e Vivencial da Estância (2002), Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília (2002), Parque de Uso Múltiplo do Vale do Amanhecer (2005). Todos esses parques passaram por alterações a partir da instituição do SDUC. Para maiores informações ver <http://www.ibram.df.gov.br/category/conheca-os-parques/>.

³ A ESECAE integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei N. 9.985/2000) e é uma unidade de conservação de proteção integral.

⁴ Uma zona de amortecimento tem a função de minimizar os impactos negativos sobre unidades de conservação e é fundamental para expandir os atributos e funções ecológicas da UC para além de seus limites geográficos definidos.

A história do Parque Ecológico Sucupira é marcada por diversos conflitos e pressões. Sua criação, em 1996, não garantiu a implantação imediata. O local sofreu desde o início muita pressão para ter outros destinos, especialmente para o atendimento à moradia.

Na década de 90, Planaltina era uma cidade em expansão e seu crescimento urbano pressionou significativamente as áreas destinadas à proteção ambiental, como os parques ecológicos. A localidade que hoje abriga o Parque Sucupira já teve diversas ocupações irregulares: casas clandestinas, loteamentos irregulares, horta comunitária, lixão, local de “desova” de carros, cascalheira para extração de terra. Ainda hoje é possível identificar vestígios de antigas moradias e plantios domésticos (mangueiras, abacateiros, bananeiras), realizados por moradores, quando o lugar ainda não era efetivamente um Parque Ecológico.

Entre 1997 e 2004, a ocupação humana nos limites do Parque Sucupira foi consolidada. Novos parcelamentos e condomínios foram criados para o atendimento de uma população de baixa e média renda. Nesse período, o Parque foi bastante afetado com a redução da sua poligonal e sua área passou por intensa degradação, com a presença de muito lixo, entulhos, aterramento de nascentes, retirada de terra, entre outras situações.

Em 2006, a criação do *campus* da Universidade de Brasília em Planaltina alterou mais uma vez os limites do Parque. A aprovação do licenciamento ambiental para a construção da área universitária foi condicionada à elaboração do Plano de Manejo do Parque pela Universidade. Essa condição garantiu que fosse firmado o compromisso da UnB com a proteção e sustentabilidade da área. A chegada da Faculdade UnB Planaltina trouxe ao Parque grande vitalidade, não somente porque faz limite com a unidade de conservação, mas porque diversos projetos, entre eles o projeto de extensão Educação Ambiental no Parque Sucupira e atividades de ensino passaram a ser desenvolvidos no local por professores e estudantes.

O Parque Ecológico Sucupira foi criado em 1996, mas sua implementação de fato só ocorreu 15 anos depois. Essa implementação foi resultado da história de luta de moradores de Planaltina que enfrentaram diversas tentativas de alterar a destinação da área para outras funções. Movimentos sociais, ONGs, ambientalistas, professores e estudantes da cidade se mobilizaram inúmeras vezes nesse sentido (Cavalcante, 2010).

Em 2011, intermediado pela ação desses atores, pelo projeto de extensão Educação Ambiental no Parque Sucupira e pela FUP/UnB, uma porção da área do Parque Ecológico Sucupira foi efetivada, resultando em uma importante conquista coletiva da e para a comunidade de Planaltina. Veremos, em seguida, que o projeto teve uma participação decisiva nesse processo, promovendo de forma sistemática atividades de educação ambiental no Parque.

A gestão e manutenção do Parque Ecológico Sucupira cabem ao Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e a Secretaria Estado de Meio Ambiente do DF (Sema), em colaboração com a Administração Regional de Planaltina.

Em 2019, foi promovida pelo Ibram uma audiência pública com vistas à delimitação definitiva da poligonal do Parque. A audiência apontou a possibilidade de uma redução significativa da área, retirando de seu perímetro as chácaras situadas em seu limite. Esse fato registra a dificuldade de conciliação entre o governo e os proprietários para a

garantia da destinação do local com área ambientalmente protegida para a garantia das finalidades previstas na Lei de criação da unidade. A implantação total e definitiva do Parque Ecológico Sucupira, com condições para o usufruto coletivo, ainda é uma das principais demandas da comunidade de Planaltina.

O projeto de extensão Educação Ambiental no Parque Sucupira

O projeto de extensão de ação contínua Educação Ambiental no Parque Sucupira completou, em março de 2020, Dez anos de existência com ações educativas voltadas para a promoção da qualidade de vida da população de Planaltina e da sustentabilidade do Cerrado, tendo como espaço de mediação o Parque Ecológico Sucupira. Professoras e estudantes dos cursos de graduação da Faculdade UnB Planaltina, em especial da Licenciatura em Ciências Naturais, Gestão Ambiental e Gestão do Agronegócio, atuam e dialogam para a construção do saber-fazer do projeto.

A ação de extensão nasceu no contexto da luta de atores sociais em Planaltina em prol do Parque⁵. Somando-se a esse trabalho, o projeto protagonizou uma importante articulação e mobilização desses atores, pautada na formação e construção do conhecimento por meio da educação ambiental e na necessidade de fixação definitiva do Parque Sucupira. Dessa pauta, resultou uma intensa realização de atividades no Parque, numa época em que na área não existia nenhum tipo de infraestrutura. O trabalho desenvolvido foi somando parceiros e mobilizando mais professores e estudantes das escolas públicas de Planaltina para participarem das ações formativas no Parque Sucupira. O Centro de Ensino Fundamental No. 04 (CEF 04) e o Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima (CEFNSFAT) participaram e ainda participam ativamente do projeto, envolvendo professores e estudantes do ensino básico. Movimentos sociais, ONGs, ambientalistas, a rádio comunitária Utopia FM 98.1 e outros parceiros também passaram a atuar nas ações promovidas para a preservação ambiental, implantação e efetividade dos objetivos do Parque Ecológico Sucupira.

Nesse sentido, a educação ambiental promovida pelo projeto assumiu uma condição política e comprometida com o pleno funcionamento do Parque, realizando denúncias de ações ilícitas, obras irregulares, despejo de entulhos, presença permanente de lixo, presença de animais e tantas outras ações. Professoras, estudantes e outros parceiros adotaram uma postura irreduzível na defesa e implantação do Parque Ecológico Sucupira como espaço coletivo para o usufruto da comunidade de Planaltina e para a preservação do Cerrado.

O projeto tem como referência os preceitos da Constituição de 1988, em seu Artigo 225, que diz: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

⁵ Destacam-se entre esses atores o grupo “Amig@s do Parque Sucupira”, formado por representantes da Universidade de Brasília, ESECAE, Associação Comunitária Amigos do Centro Histórico de Planaltina, da Rádio Comunitária Utopia FM, professores e estudantes de escolas públicas de Planaltina (Cavalcante, 2010).

A educação ambiental é pensada como ação para a efetividade do direito ao meio ambiente e como condição para a sustentabilidade.

O projeto busca, com suas ações, promover uma relação de equilíbrio entre o homem e a natureza, com a intenção de minimizar os impactos da ação humana no meio ambiente, fomentando a cidadania ambiental (Machado, 2008). Nessa perspectiva, o entendimento é o de que a conquista do direito ao meio ambiente de qualidade pode afetar positivamente a vida da comunidade de Planaltina.

A educação ambiental, eixo formativo central do projeto, é entendida como ação capaz de gerar práticas emancipadoras e comprometidas com uma realidade social pautada na sustentabilidade da vida e do Cerrado. Por isso, o projeto compreende a necessidade de vivenciar o contato com a natureza do Cerrado. Assim, os integrantes (estudantes extensionistas) e os participantes das atividades (professores, estudantes do ensino básico e os parceiros) são estimulados a conhecer as potencialidades da área para a preservação do meio ambiente (flora, fauna e corpos hídricos), bem como a entrar em contato com as problemáticas que envolvem a preservação do Parque, que passam pela recuperação de áreas degradadas, restauração ecológica do Cerrado, resolução de conflitos socioambientais, entre outros aspectos.

As vivências têm a intenção de sensibilizar para a importância do Cerrado, mas também evidenciar que os caminhos para a preservação e fixação do Parque Sucupira são permeados por desafios e pela necessidade de engajamento de todos. Esses aspectos são discutidos e dialogados com os participantes com a intenção de que a experiência/vivência possa contribuir com a construção do direito ao meio ambiente de qualidade como uma conquista coletiva da comunidade de Planaltina.

Para tanto, o projeto, ao longo dos seus dez anos, desenvolveu metodologias e estratégias educativas realizadas por meio de ações como: trilhas interpretativas da biodiversidade no Parque, estimulando interações entre homem e natureza; programas de rádio; uso de mídias sociais como o *site* e *blog*, para divulgação da produção de conhecimento gerado pelo projeto e oficinas ecopedagógicas (Teia da Vida, plantio de mudas, teatro), que consistem em trabalhar com dinâmicas lúdicas para estimular os participantes à compreensão da interação homem e natureza e a construção da consciência para a sustentabilidade.

Sobre as trilhas interpretativas, vale ressaltar o entendimento realizado por Santos (2019), cuja experiência como estudante extensionista do projeto Educação Ambiental no Parque Sucupira resultou em seu trabalho de conclusão de curso. Sua interpretação sobre o trabalho das trilhas traduz a importância e complexidade dessa ação realizada pelo projeto:

As trilhas interpretativas ecológicas aplicadas como metodologia da educação ambiental são um instrumento pedagógico relevante, pois permitem que em áreas naturais sejam criadas salas de aula ao ar livre e laboratórios vivos, despertando o interesse, a curiosidade e a sensibilidade nos participantes. São atividades que possibilitam formas diferenciadas de aprendizado ao proporcionar às crianças contato com a natureza, despertando percepções e sentimentos voltados para a proteção do meio ambiente, como o Cerrado. Por meio das trilhas é possível despertar elementos sensíveis e percepções que promovem um olhar

crítico sobre a natureza e o meio em que se vive, favorecendo mudanças individuais e coletivas (Santos, 2019, p. 14).

Para fomentar ações/reflexões, foram promovidos pelo projeto ao longo dos anos muitos debates, encontros, seminários, pesquisas e diálogos com a comunidade acadêmica da FUP, com moradores da vizinhança do Parque (especialmente do bairro Nossa Senhora de Fátima e Jardim Roriz), com professores e estudantes das escolas públicas parceiras para sensibilizar sobre a importância do Parque. O projeto, desse modo, reforçou o compromisso social assumido pela Universidade de Brasília ao chegar em Planaltina.

O projeto como ação formativa de futuros professores e gestores

A extensão é uma das dimensões formativas da universidade na troca de saberes com a sociedade (De Paula, 2013). Os estudantes universitários da FUP, futuros professores de Ciências Naturais e gestores ambientais e do agronegócio, são convidados a se comprometer com o projeto, compreendendo a relação universidade-sociedade como parte fundamental do projeto de extensão Educação Ambiental no Parque Sucupira.

Essa fundamentação passa pela construção dialógica e coletiva do projeto. As inúmeras ações realizadas com mais de dois mil estudantes das escolas públicas de Planaltina, nos Dez anos de atuação do projeto, se pautaram na compreensão da extensão como construção do conhecimento e da realidade que se deseja. Desse modo, os estudantes são estimulados a ser não somente espectadores da realidade que os cerca, mas interagir e transformar essa realidade. Para isso, o projeto entende que o diálogo em torno da defesa do Parque e o protagonismo dos estudantes nessa construção são fundamentais.

Quando falamos em qualidade de vida e sustentabilidade com os estudantes participantes do projeto, falamos de uma prática coletiva a ser construída por eles, para eles e para a comunidade em que vivem e estudam.

O saber-fazer coletivo é uma marca do projeto. Mais de quarenta estudantes da FUP ajudaram na construção do projeto de extensão Educação Ambiental no Parque Sucupira em seus dez anos de existência. Esses estudantes “colocaram a mão na massa” e foram estimulados a desconstruir a ideia de que o saber é o monopólio do professor; ouvir, falar, dialogar, discutir e construir juntos são eixos formativos centrais do projeto.

O diálogo teoria e prática também fundamenta as ações formativas dos futuros professores e gestores que integram o projeto. Os extensionistas são estimulados a perceber que a realização das ações de educação ambiental precisa ser fundamentada cientificamente e que ciência e ludicidade são caminhos possíveis na construção do saber. Dessa percepção, os extensionistas do projeto desenvolveram/criaram um programa de rádio para divulgar o Parque Ecológico Sucupira e levar a comunidade a se posicionar em relação ao meio ambiente local como parte do seu direito e oficina Teia da Vida, desenvolvida para mostrar às crianças, aos jovens e aos adultos a complexidade da vida e de suas interações ecológicas.

A compreensão de que a realização das trilhas interpretativas da biodiversidade, os programas de rádio e oficinas ecopedagógicas precisa ser elaborada e fundamentada em estudos e pesquisas visa construir uma formação responsável e com método e, que ao serem realizadas, tais atividades geram a possibilidade da produção de conhecimento sobre o Parque Sucupira. Esse reconhecimento, muitas vezes, é permeado por dificuldades, contradições e questionamentos dos estudantes extensionistas, mas ao verem o resultado coletivo conseguem perceber que o processo reflexivo e dialogado proposto pelo projeto são fundamentais para uma melhor experiência formativa.

Este texto permitiu sistematizar, de forma breve, dez anos de atuação do Projeto de Extensão Educação Ambiental no Parque Ecológico Sucupira. Diversas ações foram realizadas, muitos estudantes foram formados e muitos registram suas reflexões em diversos trabalhos de conclusão de curso na Licenciatura em Ciências Naturais, na Gestão Ambiental e na Gestão do Agronegócio. Compreendemos, assim, que o projeto e a UnB deixam uma marca importante na vida desses estudantes.

Infelizmente, ainda não temos a implantação total do Parque. Essa pauta ainda é parte da demanda dos moradores de Planaltina e exige atenção dos poderes públicos. Os desafios nesse sentido ainda são muitos: um deles é a atenção permanente para que os limites do Parque não sofram com novas reduções, penalizando ainda o Cerrado que a área protege.

Muitos legados do projeto de extensão Educação Ambiental no Parque Sucupira poderiam ser listados, entretanto, não podemos deixar de destacar uma das principais conquistas desses dez anos de atuação: a fixação do Parque Ecológico Sucupira.

Um Parque para todos, resultado da luta coletiva do projeto de extensão Educação Ambiental no Parque Sucupira, de professores e estudantes das escolas públicas de Planaltina, estudantes extensionistas do projeto, movimentos sociais, ONGs, ambientalistas, professores da FUP/UnB e tantos outros parceiros que trabalharam para a conquista desse direito.

Dedicamos este texto à Lorena Pereira da Costa, ex-integrante do projeto, in memoriam.

Referências

AGUIAR, Ludmilla M. S.; MACHADO, Ricardo B.; MARINHO-FILHO, Jader. *A diversidade biológica do Cerrado*. In: AGUIAR, Ludmilla M. S.; CAMARGO, Amábilio J. A. In: Cerrado: ecologia e caracterização. Planaltina: Embrapa-C- PAC, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 24 jan. 2024. Artigo 225.

BRASÍLIA. Educação Ambiental: instrumentos ecopedagógicos: tema água / Organização: Equipe de Educação Ambiental do Instituto Brasília ambiental; Programa Ambiente com Ciência. IBRAM, 2018.

BRASILIA. Lei nº1.318, de 23 de dezembro de 1996. Cria o Parque Recreativo Sucupira na Região Administrativa de Planaltina – RA VI. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49272/Lei_1318_1996.html. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASÍLIA. Lei nº 827, de 22 de julho de 2010. Regulamenta o art. 279, I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII, e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=827&txtAno=2010&txtTipo=4&txtParte=>. Acesso em: 29 de jan. 2020.

CARVALHO, Isabel C. M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTE, Juliana F. *Emancipação e participação popular: a gestão participativa no Parque Recreativo Sucupira em Planaltina, DF*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8003>. Acesso em: 29 jan. 2020.

DAMASCENO, Luciene S. Reflexões sobre a contribuição da extensão universitária na formação do professor de ciências naturais: estudo de caso a partir do projeto Parque Sucupira-Planaltina, DF. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/16509>. Acesso em: 24 jan. 2024.

DAS NEVES, Glauber *et al.* Estudo sobre a cobertura vegetal do Parque Recreativo Sucupira, Planaltina – DF. *Espaço e Geografia*, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/346>. Acesso em: 24 jan. 2024.

DE PAULA, João A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão*, v. 1, n. 1, jul./nov. 2013. Disponível em: <http://www.dche.ufscar.br/extensao/Aextensouniversitariahistoriaconceitoepropostas1.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LAYRARGUES, Philippe. P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MACHADO, Maria Helena F. Os novos movimentos sociais e a cidadania ambiental. In: PÁDUA, Elizabeth M. M.; MATALLO Jr., Heitor. *Ciências Sociais, complexidade e meio ambiente: interfaces e desafios*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

NEVES Glauber *et al.* Estudo sobre a cobertura vegetal do Parque Recreativo Sucupira, Planaltina (DF). Espaço e Geografia, v. 17, n.1, 2014. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/346>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PAVIANI, Neires M. S.; FONTANA, Niura M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/%20conjectura/article/view/16>. Acesso em: 24 jan. 2024.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2017.


SANTOS, Maria Eduarda R. S. *Contribuições para as trilhas interpretativas do Parque Ecológico Sucupira sob o olhar de estudantes do Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2019.

SARAIVA, R. C. F. Planaltina: o lugar da fala. In: OLIVEIRA FILHO, J. B.; OLIVEIRA, R. A.; SARAIVA, R. C. F.; GOMES, L. M.; OLIVEIRA, L. P. *Memórias de Gerações*. Fundo Nacional de Cultura. MinC, Brasília, 2013.

SAUVÉ, Lucié. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 10, jul./dez. 1997.

TAMAIIO, Irineu; LAYRARGUES, Philippe P. Quando o parque (ainda) não é nosso. Educação ambiental, pertencimento e participação social no Parque Sucupira, Planaltina (DF). Espaço e Geografia, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/325>. Acesso em: 24 jan. 2024.

VEGA, Luciana B. S.; SCHIRMER, Sirlei N. Oficinas ecopedagógicas: transformando as práticas educativas diárias nos anos iniciais. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande do Sul, v. 20, p. 393-408, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3856>. Acesso em: 24 jan. 2024.



Quatro anos de coleta seletiva na FUP: avanços e desafios após a implantação do projeto

Recicla FUP

*Elaine Nolasco
Maria Cristina de Oliveira*

Apresentação do projeto

A produção de resíduos é uma atividade inerente a todo ser humano ao longo de sua vida.

Como forma de gerenciar esses resíduos, o homem tende a afastá-los para longe de si. No entanto, dado o modelo atual de produção, o consumo vigente no mundo contemporâneo e o crescimento populacional, o volume de resíduos a ser descartado nos grandes centros urbanos é notório, tornando-se um grande desafio o seu correto gerenciamento.

Em ambientes universitários, essa situação não é diferente, tendo em vista que universidades funcionam como pequenas cidades que carecem de serviços de transporte, segurança, alimentação, fornecimento de água, energia e gestão de resíduos sólidos (Marinho *et al.*, 2014; Vagnoni; Cavicchi, 2015; Petersen *et al.*, 2015; Tangwanichagapong *et al.*, 2017). Todos esses serviços são essenciais e produzem reflexos diretos e indiretos no ambiente onde essas instituições estão instaladas.

Assim, as universidades devem assumir a sua responsabilidade ética e legal de gerenciar os impactos causados pelas suas atividades, aplicando técnicas e medidas organizacionais. Muitas universidades já têm aplicado medidas para minimizar os impactos causados pelas suas atividades (Marinho *et al.*, 2014; Petersen *et al.*, 2015; Gallardo *et al.*, 2016), uma delas é o correto gerenciamento de resíduos.

Gerenciar os resíduos não é apenas estabelecer a destinação/tratamento adequados, envolve repensar cada etapa do processo, objetivando minimizar a geração, reutilizar e reciclar os resíduos (Fagnani; Guimarães, 2017). Esse é um dos objetivos estabelecidos

pela Lei Federal 12.305/10, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que atribuiu novas ferramentas à gestão de resíduos sólidos no País. São instrumentos desta lei, dentre outros, a coleta seletiva solidária e a educação ambiental.

Além disso, o Decreto Federal nº 5.940 de 2006, já havia instituído a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Assim, observa-se que ambas as legislações corroboram para a promoção da melhoria da salubridade ambiental através dos objetivos e princípios propostos.

A Universidade de Brasília, além de ser abrangida pelas legislações supracitadas, visa à formação do indivíduo consciente e responsável pelo seu papel de cidadão. Assim, em 2015, por meio dos seguintes projetos de extensão, financiados pelo Decanato de Extensão da UnB (DEX), I) Implantação de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos para o *campus* da Faculdade UnB Planaltina e II) A educação ambiental na implantação da coleta seletiva na Faculdade UnB Planaltina no Distrito Federal; deu-se início a implantação da coleta seletiva na Faculdade UnB Planaltina (FUP). Esses projetos compõem o Recicla FUP (www.reciclaFUP.com.br), um grupo que desenvolve ações de extensão universitária e pesquisa relacionadas ao tema de gerenciamento de resíduos sólidos e conscientização ambiental junto à comunidade acadêmica da FUP.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo apresentar as estratégias adotadas para o gerenciamento sustentável de resíduos sólidos que os projetos referidos acima realizaram no *campus* da FUP ao longo de cinco anos de implantação, destacando:

- a) identificação das fontes geradoras de resíduos no *campus*;
- b) diagnóstico quali-quantitativo dos resíduos gerados;
- c) implantação da coleta seletiva;
- d) ações educativas de sensibilização.

Público-alvo

O público-alvo são os 1.355 discentes dos quatro cursos de graduação e seis cursos de pós-graduação da FUP, além dos 110 docentes e 48 técnicos distribuídos nas áreas administrativas e de demais serviços.

Histórico do projeto (2015-2019)

A coleta seletiva no *campus* surgiu em 2015, a partir de ações estruturadas e executadas pelo então existente Núcleo da Sustentabilidade, ligado ao DEX. Assim, em 2015, quando iniciaram as ações para estruturação do projeto de coleta seletiva na FUP, a primeira iniciativa foi compreender o modelo de gestão adotado à época, além de apresentar e submeter os projetos de extensão para aprovação no DEX.

Após aprovação, deu-se início a execução dos projetos com a aquisição, criação e adaptação dos coletores para a segregação dos resíduos. Nesse mesmo ano, via edital público, foi contratada a cooperativa para a coleta da fração reciclável dos resíduos. Em março de 2016, deu-se início à fase de implantação da coleta seletiva e às primeiras ações de sensibilização da comunidade acadêmica. A seguir, as ações já executadas pelos projetos:

1. Identificação das fontes geradoras de resíduos e classificação quanto à periculosidade – Foi realizada visita às salas do setor administrativo, laboratórios de ensino e pesquisa, restaurante universitário (RU) e alojamento estudantil, entre os anos de 2015 e 2019. Para a classificação quanto à origem e periculosidade, adotou-se como referencial, a ABNT NBR 10.004/2004.
2. Diagnóstico do gerenciamento, Fase 1 – realizada por Durães (2016), e Fase 2 – realizada em 2018, a fim de comparar a geração dos resíduos produzidos no *campus* nos anos de 2015/2016 e 2018/2019. Foi realizada pesagem setorial dos resíduos, por prédio do *campus*, e um diagnóstico da composição gravimétrica dos resíduos.
3. Caracterização quantitativa dos resíduos, Fase 1 – pesagens diárias dos resíduos (segunda à sexta-feira), durante o mês de novembro de 2015, nos prédios da Unidade Acadêmica (UAC), Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP) e alojamento estudantil (Durães, 2016). Já a pesagem dos resíduos do RU foi realizada no período de uma semana, em junho de 2016. Fase 2 – pesagens diárias foram realizadas, durante dez dias consecutivos em setembro de 2018, para os resíduos produzidos na UEP; e, em outubro de 2018, para os resíduos produzidos na UAC. No alojamento não foi realizada a pesagem dos resíduos. Os dados referentes à produção de resíduos no RU no ano de 2018 foram obtidos junto à empresa contratada para operar o restaurante, pois esta mantém controle sobre a produção de resíduos. A partir das informações das Fases 1 e 2, criou-se um banco de dados sobre a geração mensal de resíduos no *campus*, produção de resíduos por unidade geradora e a geração *per capita*.
4. Caracterização Qualitativa/Gravimétrica, Fase 1 – os resíduos gerados no prédio da UAC foram caracterizados através do método de quarteamento (Monteiro *et al.*, 2001). Já os resíduos gerados na UEP foram integralmente caracterizados sem a utilização de qualquer metodologia de amostragem. A caracterização foi realizada duas vezes em cada setor, uma em 2015 e a outra em 2016. Os resíduos de cada prédio foram individualmente pesados e, posteriormente, os sacos foram rasgados para a separação das frações por tipo: papel, papelão, plástico, vidro, lata, tetrapak e isopor. Fase 2 – foi realizada em setembro de 2018 durante dez dias consecutivos para os resíduos produzidos nos prédios da UAC e UEP. A metodologia utilizada foi a de quarteamento. No RU e alojamento, não houve caracterização dos resíduos nesta fase. Após este procedimento, em ambas as etapas, os dados foram utilizados para determinar a composição gravimétrica dos resíduos, que é o percentual de cada um dos componentes identificados em relação ao peso total da amostra.

5. Ações de comunicação e sensibilização – Em março de 2016, com o início da coleta seletiva no *campus*, foram realizadas as primeiras ações educativas. Desde então, práticas educativas são realizadas semestralmente:
- reunião com os funcionários da limpeza e conservação do *campus*, sobre a importância da coleta seletiva e à forma de recolhimento dos resíduos, dentre outros assuntos;
 - palestras com dinâmicas educativas sobre a segregação dos resíduos e sua importância e ações de combate à dengue no evento de “Boas Vindas” aos calouros;
 - exposições orais e/ou teatrais com os alunos regulares, divulgando e reforçando a coleta seletiva; e finalmente visita às salas da administração para reforçar e conscientizar os funcionários sobre as ações da coleta seletiva. É destaque, também, a produção de materiais de instrução como murais, folhetos digitais e faixas educativas. Ainda, em datas comemorativas, como, por exemplo, Aniversário da FUP, Festa Junina, Dia Mundial do Meio Ambiente e Natal, intervenções são realizadas para mobilizar a comunidade acadêmica quanto a não geração de resíduos, além de instruções sobre o descarte correto e o potencial de reaproveitamento e reciclagem dos rejeitos.

Figura 18: produção de materiais educativos na Faculdade UnB Planaltina - decoração de murais sobre a coleta seletiva.



Figura 19: enfeites natalinos confeccionados com material reciclável em 2019.



Resultados alcançados

Diagnóstico do gerenciamento de resíduos

Foi possível verificar que a maioria dos resíduos produzidos pode ser classificada como assemelhados aos rejeitos sólidos domiciliares, sendo que os resíduos perigosos, gerados em laboratórios, são gerenciados no âmbito do Programa Resqui. Esse programa é coordenado pela Comissão de Gerenciamento, Tratamento e Destinação de Resíduos Perigosos da Universidade de Brasília (GRP-UnB). Os demais detritos gerados são descartados nos coletores de orgânicos e recicláveis e recolhidos internamente pelos funcionários da limpeza e, posteriormente, destinados à coleta pelo serviço de limpeza urbana (SLU) e a uma cooperativa de catadores, respectivamente.

Caracterização quantitativa

O volume de resíduos gerados no *campus* foi superior na primeira fase do estudo (3,7t) em relação à segunda (3,2t). Apesar de haver pouca diferença entre ambas as fases, é importante registrar que esse resultado é muito favorável, pois corrobora com a não geração e/ou redução de resíduos, conforme a Lei 12.305/10. O RU é o maior gerador de rejeitos no *campus*, chegou a produzir 2,5t/mês no ano de 2016, demonstrando ser um alvo para trabalhar a redução da geração de despojos e a sua destinação final ambientalmente adequada. Na Fase 1 do estudo, a geração *per capita* foi de 0,092 kg, ou 92 g por pessoa/dia; na Fase 2, a geração *per capita* foi de 0,080 kg por pessoa/dia, ou 80 g por pessoa/dia.

Composição gravimétrica dos resíduos

A composição gravimétrica dos resíduos produzidos entre os anos de 2015/16 e 2018 alterou de forma significativa, pois na Fase 1, a geração de material reciclável era de 67%, enquanto que na Fase 2 a fração reciclável passou a ser de 44%. Tal alteração pode estar relacionada a uma mudança no padrão de consumo da comunidade acadêmica e, também ao funcionamento mais ativo do RU, aumentando a produção de resíduos orgânicos, pois no ano de 2016 essa unidade ainda estava no início de seu funcionamento.

Dentre os materiais recicláveis encontrados, o plástico, papel e o papelão são os elementos em maior concentração, com potencial de valorização para a reciclagem. Os locais de maior geração de resíduos recicláveis são os prédios da UEP e da UAC.

Análise da efetividade das ações de sensibilização da comunidade acadêmica

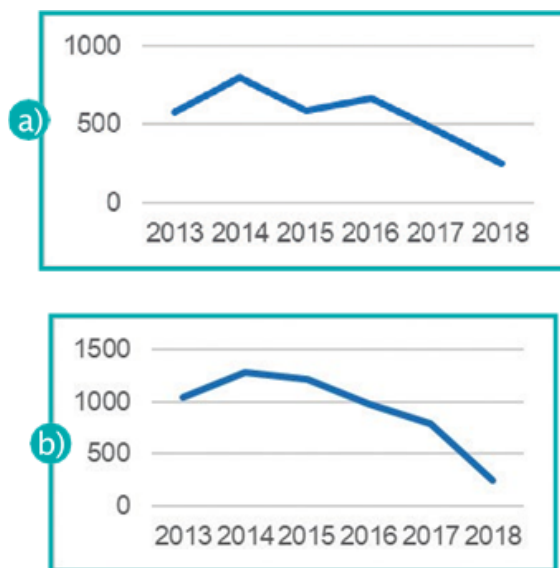
Objetivando avaliar a efetividade das ações desenvolvidas ao longo da existência do Recicla FUP, Almeida (2018) aplicou um questionário à comunidade acadêmica buscando identificar a abrangência e a efetividade das ações do projeto quanto à transmissão de conhecimento sobre o descarte seletivo dos resíduos. De forma geral, foi identificado que murais/cartazes foram as formas de comunicação do projeto que mais sensibilizaram a comunidade acadêmica sobre a coleta seletiva na FUP (50%). Em média, 70,0% dos entrevistados responderam que as ações de sensibilização os ajudaram a realizar o descarte seletivo dos resíduos.

No entanto, é possível observar que, apesar das ações de sensibilização darem suporte para a realização da prática, os indivíduos não estão totalmente motivados a colaborar no processo. Isso indica que as campanhas são realizadas utilizando os canais ideais para levar informação à comunidade, mas não conseguem motivar os participantes.

Ainda referente à efetividade das ações realizadas, na Figura 20 pode-se observar que desde 2015, com o início da implantação da coleta seletiva na FUP, o consumo de papel para impressão e copos descartáveis, utilizados na área administrativa e copa dos servidores, respectivamente, vêm diminuindo gradativamente. A redução do consumo de papel para impressão

também teve, como motivação, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que foi implantado em toda UnB a partir de 2017 e na administração pública federal brasileira.

Figura 20: Consumos de papel de impressão (a) e copos plásticos (b) entre os anos de 2013 e 2018 na Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Distrito Federal.



Perspectivas futuras

O gerenciamento dos resíduos sólidos na FUP já vem sendo efetivado de forma mais próxima do que é recomendado pela Lei 12.305/10, já que a coleta seletiva no *campus* tem sido realizada levando em consideração a separação dos resíduos em recipientes identificados para orgânicos e recicláveis. Ademais, a destinação da fração reciclável já é conduzida a uma cooperativa de catadores. A compostagem da fração dos resíduos orgânicos pode ser indicada como uma alternativa para a correta destinação destes.

Observa-se que os impedimentos para as boas práticas de reciclagem no *campus* foram a falta de motivação pessoal, além do desconhecimento do modo de fazer o descarte seletivo dos resíduos. Sendo assim, para um maior engajamento da comunidade acadêmica, e conseqüentemente mudança de comportamento dos indivíduos no sentido de serem participantes ativos do processo, é fundamental que as ações educativas de sensibilização sejam contínuas e permanentes.

Apesar do pouco tempo, a implementação da coleta seletiva tem demonstrado quão difícil o processo pode ser, principalmente devido a fatores como falta de conscientização, apoio financeiro e de institucionalização.

Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 10.004: resíduos sólidos: classificação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004, 71p.

ALMEIDA, Filipe R. *Avaliação das práticas de sensibilização adotadas para a coleta seletiva solidária no campus da Faculdade UnB Planaltina (FUP)*. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25992>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos*; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de ago. 2010. Seção 1, p. 3.

DURÃES, Pedro H. V. *Diagnóstico dos resíduos sólidos gerados no campus da faculdade UnB de Planaltina/DF*. 2016. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14153/1/2016_PedroHenriqueVieira-Duraes.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.

FAGNANI, Enelton E.; GUIMARÃES, José R. Waste management plan for higher education institutions in development countries: the continuous improvement cycle model. *Journal of Cleaner Production*, v.147, p.108-118, jan. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652617300872>. Acesso em: 2 dez. 2020.

GALLARDO, Antonio.; EDOALCÓN, Natalia; CARLOS, Maria.; RENAU, Marta. The determination of waste generation and composition as an essential tool to improve the waste management plan of a university. *Waste Management*, v.53, p.3-11, abr. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0956053X16301763>. Acesso em: 24 jan. 2024.

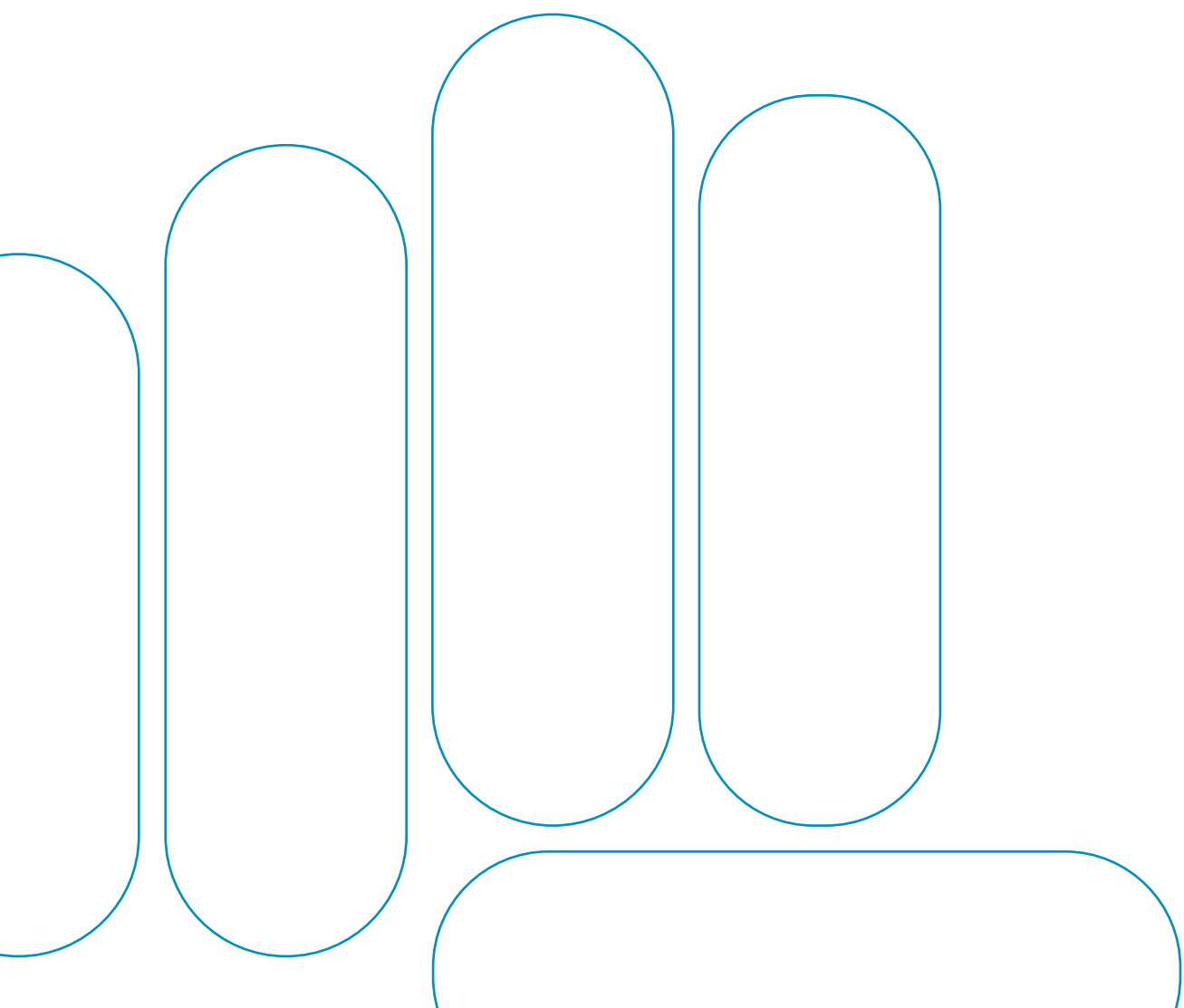
MARINHO, Maerbal; GONÇALVES, Maria S.; KIPERSTOK, Asher. Water conservation as a tool to support sustainable practices in a Brazilian public university. *Journal of Cleaner Production*, v. 62, p. 98-106, jul. 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652613004538>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MONTEIRO, José H. P.; FIGUEIREDO, Carlos E. M.; MAGALHÃES, Antônio F.; MELO, Marco A. F.; BRITO, João C. X.; ALMEIDA, Tarquínio P. F.; MANSUR, Gilson L. *Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos*. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

PETERSEN, John E.; FRANTZ, Cynthia M.; SHAMMIN, Md R.; YANISCH, Tess M.; TINCKNELL, Evan; MYERS, Noel. Electricity and Water Conservation on College and University *Campuses* in Response to National Competitions among Dormitories: Quantifying Relationships between Behavior. *Conservation Strategies and Psychological Metrics*, v.10, n.12, p.1-41, dez. 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0144070>. Acesso em: 24 jan. 2024.

TANGWANICHAGAPONG, Siwaporn; NITIVATTANANON, Vilas; MOHANTY, Brahmanand; VISVANATHAN, C Chettiyappan. 2017. Greening of a *campus* through waste management initiatives. Experience from a higher education institution in Thailand. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 18, n. 2, p. 203-217, fev. 2017. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSHE-10-2015-0175/full/html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

VAGNONI, Emidia E.; CAVICCHI, Caterina. An exploratory study of sustainable development at Italian Universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v.16, n. 2, p. 217-236, mar. 2015. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSHE-03-2013-0028/full/html>. Acesso em: 24 jan. 2024.





Experiências e aprendizados com compostagem na universidade

Projeto de compostagem na UnB Planaltina

*Luiz Felipe Salemi
Emily Sabrine Figueiredo Maciel*

Apresentação do projeto

O Projeto de Extensão de Ação Contínua (PEAC) “Compostagem na UnB Planaltina” surgiu da iniciativa do então recém-contratado professor Luiz Felipe Salemi em 2016. Dado o contexto dos cursos de graduação da Faculdade UnB Planaltina (Gestão Ambiental, Gestão do Agronegócio, Ciências Naturais e Educação no Campo), fica evidente que um projeto que pretende tratar da destinação de resíduos orgânicos gerados no *campus* para uma possível reutilização dentro do mesmo, está em total consonância com a proposta de tais cursos.

A compostagem é aqui livremente definida como a transformação de matéria orgânica instável, cujo resultado é uma matéria orgânica mais estável do ponto de vista químico, físico e biológico que, comumente, é chamada de húmus. Essa transformação ocorre por mediação de microrganismos e organismos invertebrados que, ao se alimentarem dela, promovem uma nítida transformação.

Trata-se de um processo de compreensão e, diante disso, da aceleração da decomposição que ocorre naturalmente nos ecossistemas. Mais importante, é um processo que pode ser realizado em toda e qualquer propriedade e residência, de modo que o executor de tal prática pode observar, a olho nu, a transformação da matéria orgânica em húmus. Do ponto de vista pedagógico, tal fato é muito relevante, uma vez que os executores vivenciam as mudanças ocorridas no experimento dia após dia. Conforme será demonstrado ao

longo desse capítulo, isso pode trazer inúmeros benefícios aos participantes incluindo: (1) reconexão com a terra (Kumar, 2017); (2) confiança de aprender algo prático, ou seja, além da teoria; (3) a satisfação de ajudar na conservação ambiental e a capacitar, das mais diversas formas, pessoas de variadas idades e níveis de ensino a serem agentes de mudança ambiental (Waters, 2006).

Outro ponto relevante é o fato de que, ao trabalhar com resíduos orgânicos do *campus*, é possível demonstrar pequenos e significantes exemplos de economia circular dentro de todos os cursos de graduação referidos anteriormente. Portanto, trata-se também de exemplos aos alunos em termos de uma instituição que visa à sustentabilidade.

Como é possível perceber, a compostagem é uma atividade que pode ser abordada de muitos ângulos e percepções. Vejamos mais a seguir:

Objetivos principais

O projeto tem como objetivo principal implantar um sistema de compostagem dos resíduos orgânicos gerados no restaurante universitário e resíduos de poda de jardins do *campus* Planaltina pertencente à Universidade de Brasília. Ademais, trata-se de um sistema que os alunos podem utilizar como laboratório vivo para o aprendizado e disseminação da prática de compostagem junto à comunidade acadêmica e não acadêmica.

Diante desse contexto, o objetivo do presente capítulo é apresentar experiências e aprendizados envolvidos no projeto de compostagem na UnB Planaltina.

Público-Alvo

O projeto possui, como público-alvo, os estudantes de graduação do *campus* de Planaltina. Entretanto, todos os frequentadores do *campus*, bem como escolas de Planaltina, também podem e já se beneficiaram deste projeto, conforme será demonstrado na próxima seção. Trata-se do projeto “Laboratório Vivo”, no qual diferentes pessoas podem vivenciar o processo de compostagem e, dessa forma, passar a ser atores de disseminação de tal prática.

Histórico

Como previamente mencionado, o projeto é uma iniciativa do então recém-contratado professor Luiz Felipe Salemi. Ao abordar o tema “Cadeia de Detritos”, na disciplina “Ecossistemas Terrestres, Aquáticos e Interfaces”, a compostagem foi apresentada e, naquele ano, o professor compartilhou em sala de aula a ideia de fazer um projeto para demonstrar esse processo na prática.

Após exposição em sala de aula, dois alunos do curso de Gestão Ambiental manifestaram interesse em participar. Dessa forma, a ideia começou a somar forças para se materializar. Após discussão com professores e a direção, foi delimitado um espaço de

aproximadamente 50 m² no qual poderiam se iniciar as práticas. Todavia, também se iniciavam os desafios dos relacionamentos humanos para fazer o projeto ocorrer de fato.

Diálogos com os servidores do restaurante universitário começaram, no sentido de entender em que momento são gerados os resíduos orgânicos de tal estabelecimento. Ao mesmo tempo, houve a necessidade de diálogo com os servidores do setor de jardinagem, uma vez que ferramentas (enxadas, pás, carrinho, entre outros) se faziam necessárias para o manejo seguro e apropriado do rejeito. Também tratamos do uso de resíduos de poda do *campus* como fonte de matéria orgânica seca. Portanto, fica evidente na prática que, mais que desenvolver uma técnica de transformação de resíduos orgânicos em húmus, o projeto permitiu vivenciar a necessidade do diálogo entre todos os envolvidos, para que a ação pudesse ser efetivamente implementada. Essa foi uma experiência muito rica, profissionalmente, para todos os três participantes do projeto.

À medida que o projeto foi se desenvolvendo, houve a necessidade de expandir o grupo de alunos diretamente envolvidos. Para tanto, realizou-se um processo seletivo que resultou em um grupo de seis participantes.

Resultados e oportunidades

Os resíduos orgânicos foram coletados nas refeições de almoço do restaurante universitário. Em algumas ocasiões, cerca de 60 kg de alimentos eram direcionados ao pequeno sistema de compostagem. Estima-se que já foi compostada cerca de 1 tonelada de alimentos que seriam descartados pelo restaurante universitário.

Além disso, o presente projeto possibilita as seguintes frentes de aprendizado para todos os envolvidos:

- Proteção individual: o projeto possibilita compreender o uso de equipamentos de proteção individual de acordo com os riscos do ambiente de trabalho, uma vez que animais peçonhentos podem, eventualmente, ocorrer no resíduo.
- Gestão de resíduos: o projeto possibilita a oportunidade de vivenciar uma prática de gestão de resíduos, desde simples manejo dos materiais a serem usados na compostagem e os desafios de monitorar o material durante o processo de maturação.
- Educação ambiental: o projeto possibilita aos discentes a oportunidade de ensinar a prática de compostagem para o público acadêmico e externo, como às crianças de escolas de Planaltina. Isso ocorreu por meio de visitas dos participantes ao colégio público Pompílio Marques de Souza, localizado na região do Mestre D'Armas, e de visitas de escolas ao *campus* da Faculdade UnB Planaltina.
- Pesquisa Científica: o projeto possibilitou a confecção de trabalho de conclusão de curso, que culminou em publicação científica (Silva *et al.*, 2018). Além disso, pesquisas com insetos colonizando os resíduos foram feitas pela professora Flávia Nogueira de Sá.
- Cooperação entre professores: o projeto possibilitou a interação entre professores. O composto maduro foi, por exemplo, aplicado em um sistema agroflorestal, situado

dentro do *campus* e gerido pelo professor Flávio Costa. Como já exposto, também houve cooperação com a professora Flávia Nogueira de Sá, que realizou levantamento da entomofauna que colonizou o resíduo.

- Cooperação entre alunos: a compostagem, por se tratar de uma atividade que envolve muitos processos – como o deslocamento, alocação e manutenção do material – evidenciou a necessidade de ajuda mútua e interdependência entre os membros do projeto, para devida execução.
- Gestão de pessoas: o projeto possibilitou a percepção clara da necessidade de manter um grupo de participantes unidos e motivados em prol do tema central do projeto e do aprendizado mútuo. Aprende-se muito, também, ao realizar processos seletivos de novos integrantes; ao lidar com diferentes setores da faculdade e sua comunidade externa, com mecanismos de gestão geral do ambiente de trabalho, com a otimização do trabalho em grupo. Portanto, trata-se de uma oportunidade rica em gestão de pessoas.
- Práticas Sustentáveis: a compostagem é uma alternativa sustentável e de baixo custo de gestão de resíduos, se expandindo para além do âmbito do ensino, sendo explorada de maneira ativa na economia e cada vez mais disseminada entre os profissionais da área. Como o projeto permeia os cursos ofertados no *campus* Planaltina, permite aos membros conhecer a prática de um processo que pode estar presente no seu dia a dia profissional.

Vale acrescentar que vivências práticas, como as que o projeto possibilita, trazem conhecimento aos participantes e permitem que se tornem mais empoderados por meio das experiências. Isso possibilita mais confiança na vida profissional após o término da faculdade.

Perspectivas futuras

Diante das vivências e aprendizados contínuos, ainda se vislumbra que projeto ofereça: (1) Estágio prático contabilizando créditos aos alunos que o realizarem; (2) pesquisas envolvendo o efeito do composto sobre atributos físicos e químicos de solos; (3) aplicação do composto em jardins da faculdade, demonstrando, em algum grau, uma economia circular aos alunos; e (4) utilização dos dados gerados pelo projeto na gestão de resíduos da Faculdade UnB Planaltina.

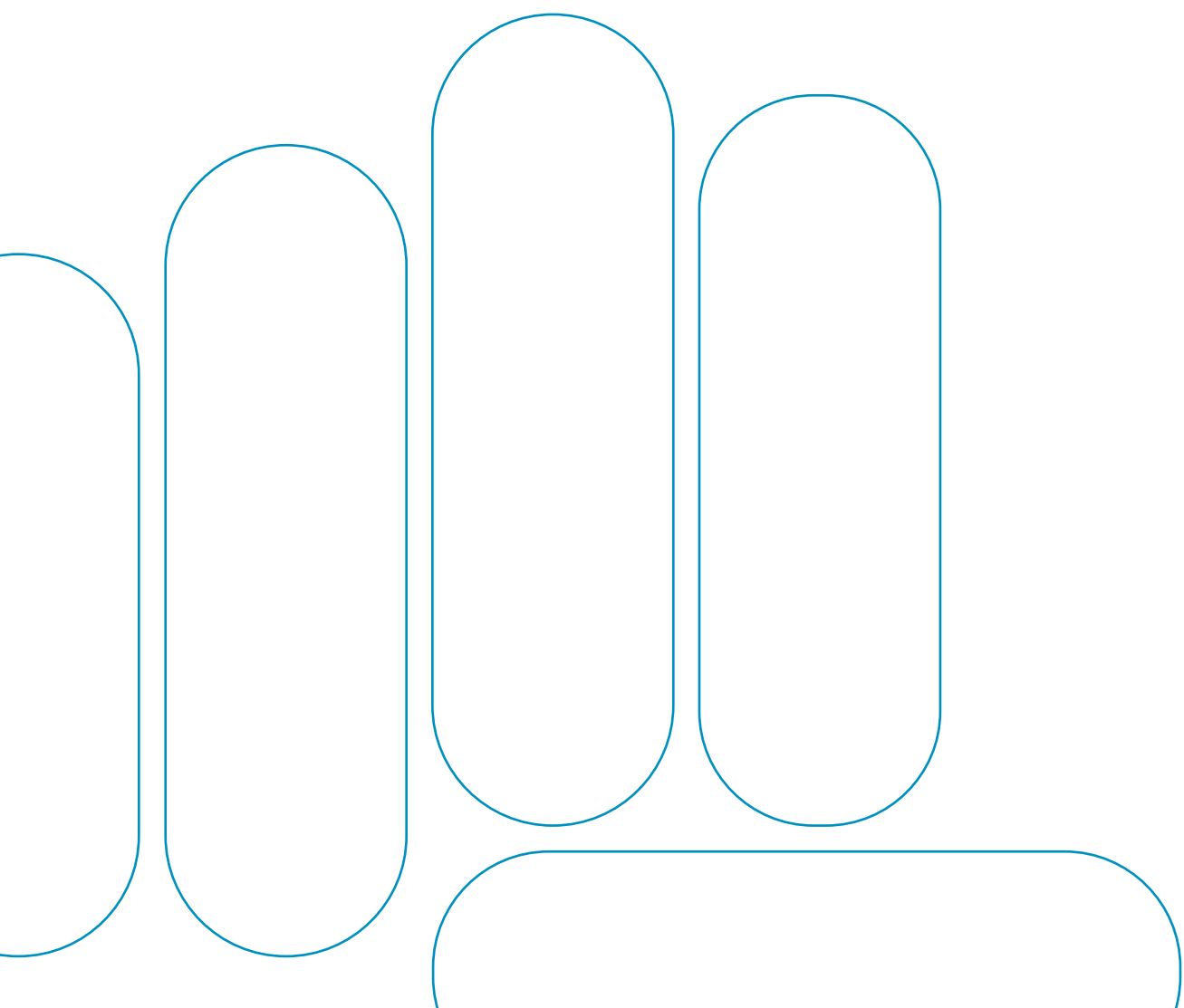
Essas são apenas algumas das inúmeras possibilidades que o projeto de compostagem da UnB potencialmente tem, visando se expandir e alcançar maior número de pessoas no futuro.


Referências

KUMAR, Satish. Solo, *Alma e Sociedade*: uma nova trindade para o nosso tempo. São Paulo: Palas Athena, 2017. 175p.


SILVA, Gilson B.; LUI, Gabriel H.; RIBEIRO, Elaine N.; CRUZ, Tania C. S.; SALEMI, Luiz F. Conhecimento de resíduos orgânicos e compostagem por uma comunidade de baixa renda de Planaltina (Distrito Federal): implicações para a compostagem em escala residencial. *Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente*, v. 7, p. 36-32, 2018. Disponível em: <https://www.revistacta.ufscar.br/index.php/revistacta/article/view/107>. Acesso em: 24 jan. 2024.

WATERS, Aldo. Os valores da fast food e os valores da slow food. In: CAPRA, Fritjof; STONE, Michael K.; BARLOW, Zemobia. *Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 79-86.





Reciclagem de óleo na comunidade: ações promovem conscientização ambiental em Planaltina e entorno



Projeto Biogama/FUP

*Priscilla Coppola de Souza Rodrigues
Otilie Eichler Vercillo*

Apresentação do projeto

As mudanças climáticas enfatizam a importância da conservação e consciência ambiental no mundo e a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento urbano. Parte do problema se deve ao descarte incorreto de resíduos (Costa *et al.*, 2015).

Estudos indicam que, no Brasil, a produção de óleos e gorduras residuais (OGR) chega a 1,2 milhão de toneladas por ano. Em alguns casos, esses óleos são reaproveitados, mas a maior parte é despejada nos esgotos (Fonseca *et al.*, 2019).

O problema causado pelo descarte incorreto do óleo residual de fritura se torna evidente devido aos diversos problemas ambientais:

- entupimento das redes de esgoto;
- contaminação direta de rios e lagos;
- desequilíbrio em ambientes aquáticos, causando morte da fauna e da flora;
- proliferação de espécies não desejadas e encarecimento dos processos nas estações de tratamento de esgoto (Naggar *et al.*, 2017; Mattsson *et al.*, 2015).

A universidade, como centro produtor e difusor de conhecimento, tem o papel de estimular mudanças de comportamento social diante dos paradigmas ambientais, utilizando

atitudes pró-ambientais que minimizem os impactos negativos causados pelas ações humanas, em especial nas cidades.

Nesse contexto, foi criado o projeto de extensão Biogama/FUP, com a finalidade de despertar a consciência ambiental da comunidade de Planaltina-DF e Entorno por meio de processos educativos, com motivação no descarte correto do óleo de cozinha usado e demonstração de reuso de resíduos, visando minimizar os impactos ambientais. Além disso, o projeto visa desenvolver tecnologias mais limpas para o desenvolvimento social e a utilização desses rejeitos na fabricação de produtos com maior valor agregado, como biodiesel, velas, sabões e derivados, gerando renda adicional no orçamento familiar da comunidade.

O projeto se apoia no conhecimento tradicional da comunidade e nas experiências científicas apresentadas com relação ao resíduo. Isso engloba desde as práticas familiares de fazer sabão, até a existência de organizações coletoras do óleo de cozinha.

Assim, o projeto visa à educação ambiental da comunidade em geral, com produção científica a partir de campanhas educativas, oficinas para reuso do óleo, minicursos e palestras. O projeto deriva das experiências no programa de extensão BioGama executado pela Faculdade do Gama (FGA), *Campus UnB- Gama*.

Objetivos principais

O objetivo geral do projeto Biogama/ FUP é promover o despertar da consciência ambiental e sustentável da comunidade de Planaltina e Entorno, principalmente nas áreas de atuação direta da UnB, a partir de um tema motivador: o descarte incorreto de óleos vegetais residuais de cozinha. Este resíduo, gerado diariamente pela população, quando despejado diretamente nas redes de esgoto, gera danos ao meio aquático, contribuindo para o problema crescente da poluição nas grandes cidades (Ghesti *et al.*, 2011).

Ao tratar este problema, o projeto visa promover a interação entre a Universidade de Brasília e a comunidade geral, por meio de ações integradas com a sociedade e com os *campi* da universidade. Tendo, assim, os seguintes objetivos específicos:

- estimular a inter-relação entre a comunidade geral e a universidade;
- estimular a cooperação técnica entre as instituições educacionais públicas de nível superior, nível médio e fundamental; e também entre os *campi* da Universidade de Brasília;
- promover o desenvolvimento sustentável no ambiente urbano do Distrito Federal, com auxílio dos *campi* da universidade;
- estimular a área de pesquisa, por meio do desenvolvimento de metodologias científicas para a obtenção de produtos mais valorizados;
- estimular a cooperação com a comunidade em geral, a fim de garantir a continuidade do projeto, tanto na parte de educação ambiental como no descarte correto de óleo de cozinha e na coleta de material;
- estimular a educação sanitária da comunidade relacionada à geração de resíduos e descarte correto;

- capacitar a comunidade geral, mediante oferta de oficinas, atividades de extensão e outras soluções de formação acadêmica na área temática do projeto;
- divulgar os resultados e experiências vivenciadas na execução do projeto de extensão.

Público-alvo

O público alvo atingido é diverso, composto por pessoas com diferentes níveis de escolaridade, bem como pelas comunidades relacionadas a esses ambientes de Planaltina e do Entorno.

O projeto possui um caráter socioambiental de desenvolvimento urbano e envolve a comunidade geral de Planaltina-DF e Entorno. Além de promover o despertar da conscientização ambiental, o projeto forma pessoal para atuar na reciclagem do óleo residual nas comunidades urbanas.

Histórico

No Distrito Federal, existem alguns programas de coleta de óleo, como por exemplo o projeto desenvolvido pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), denominado Biguá – Coleta de Óleo de Fritura Residual, que conta com 32 pontos de entrega voluntária de óleo usado.

Percebe-se que não basta coletar o óleo, é necessário promover a educação ambiental nas comunidades, a fim de que sejam tomadas atitudes corretas em relação ao descarte do óleo usado.

Com isso em mente, docentes e discentes da Faculdade do Gama – Universidade de Brasília (FGA – UnB), ao final do ano de 2010, iniciaram o então projeto BioGama, com o propósito de promover um despertar da consciência comunitária do Gama (comunidade que até então não possuía projeto de coleta) com relação ao descarte de óleo residual.

No primeiro ano de atividade, o projeto BioGama promoveu interações entre a Universidade de Brasília e a comunidade da cidade do Gama. A divulgação do projeto em setores distintos, tais como escolas, restaurantes e associações de moradores permitiu a montagem de pontos de coleta do óleo residual.

Em 2012, o projeto BioGama tornou-se um Programa de Extensão da Universidade de Brasília e, com isso, novos projetos surgiram, com o intuito de expandir a ação do programa para outras comunidades do Distrito Federal. Com o objetivo de implantar uma proposta similar para promover a conscientização ambiental da comunidade de Planaltina-DF, foi criado o projeto Biogama/FUP. Além da ampliação da atuação, o projeto visa promover uma interação entre universidade e a população de Planaltina e do Entorno. Outro ponto importante desta proposta é o desenvolvimento de novas tecnologias, a fim de permitir uma abordagem mais realista dos conceitos de reciclagem.

As receitas dos produtos foram elaboradas e testadas pelos estudantes em colaboração com a coordenação do projeto. Foram desenvolvidos pôsteres e cartazes para a divulgação

do programa e de suas ações, com informações sobre o descarte e reuso corretos do óleo de cozinha, além de receitas de sabão, sabonete e vela.

Figura 21: primeira página do material de divulgação do projeto Biogama/FUP

Universidade de Brasília

O que você gosta de comer?



Sabe como essas comidas são feitas?



Pois é, elas são feitas com óleo de cozinha. E o que as pessoas fazem com o óleo que sobra na panela?



Cada litro de óleo despejado no esgoto tem capacidade para poluir até 25 mil litros de água. (SABESP, 2014).

Universidade de Brasília



Por não se misturar com a água, a presença de óleo nos rios cria uma barreira que dificulta a entrada de luz e a oxigenação da água, comprometendo assim, a base da cadeia alimentar aquática e contribui para a ocorrência de enchentes e aquecimento do planeta (Revista Planeta Cidade, 2007).



Para evitar que o óleo de cozinha usado seja lançado na rede de esgoto, diversas são as possibilidades de reciclagem do óleo de fritura. Como por exemplo, nas figuras abaixo:



Universidade de Brasília



O programa BIOGAMA tem por objetivo conscientizar a população quanto à importância de se reutilizar o óleo de cozinha residual. E, se você quiser contribuir com o projeto e com o meio ambiente, basta doar o seu óleo de cozinha usado, em algum do ponto de coleta ou entre em contato conosco.

Como coletar o óleo de fritura?



Sabão (subproduto)
Biodiesel (subproduto)

Figura 22: segunda página do material de divulgação do projeto Biogama/FUP.

Universidade de Brasília

RECEITA DE SABÃO PARA LIMPEZA PESADA

Materiais:

- ✓ 1L de óleo
- ✓ 100 mL de água
- ✓ 100g de soda cáustica
- ✓ 5 mL álcool (duas tampinhas)

Modo de preparo:

1. Filtrar o óleo em um filtro de papel ou peneira com pano.
2. Colocar 1 L de óleo usado em um recipiente plástico.
3. Dissolver 100g de soda cáustica em 100ml de água fria.
4. Colocar, aos poucos, a solução de soda cáustica dissolvida em água no óleo e mexer vigorosamente até misturar bem.
5. Adicionar um pouco de álcool de cozinha devagar até engrossar (ponto de doce de leite). Mexer até atingir o ponto.
6. Colocar em uma forma de plástico e esperar secar por um dia.

Obs: CUIDADO! A soda cáustica queima e solta vapores tóxicos!

Universidade de Brasília

CUIDADOS IMPORTANTES

1. Medir 100 g de soda cáustica e colocar em 100 mL de água, nessa ordem. **CUIDADO**, pois pode espirrar e o frasco ficará quente.
2. Caso a água com a soda esteja muito quente, deve-se adicionar menos álcool.
3. Pode colocar corante (anilina) e essências diversas. Colocar esses produtos antes do álcool.
4. **NÃO USAR PARA HIGIENE PESSOAL** (tomar banho, lavar cabelos, etc), pois a soda pode ser prejudicial à pele.
5. Utilizar, apenas, para lavar panos de chão, tênis, calçadas, etc.

VELAS DE ÓLEO DE COZINHA USADO

Materiais:

- ✓ 30 mL de óleo usado (3 partes)
- ✓ 10 g de estearina (1 parte)
- ✓ Corante em pó ou à base de óleo
- ✓ Essência (óleo somente)
- ✓ Barbante
- ✓ Frasco para colocar a vela
- ✓ Palito ou prendedor de roupa

Universidade de Brasília

Modo de preparo:

1. Aquecer o óleo e a estearina juntos até derreter completamente. É necessário mexer. (Atenção: Mistura inflamável, aquecer com cuidado).
2. Adicionar algumas gotas do corante e da essência.
3. Retirar do aquecimento.
4. Cortar um pedaço do barbante para usar como pavio. Prenda-o em um palito ou prendedor de roupa e posicione-o no centro do frasco com o palito ou com o prendedor apoiado nas bordas.
5. Preencher o frasco pela metade com a mistura da vela. Deixar secar por 5 horas.

CONTATO:

E-mail: biogamafup@gmail.com

Instagram: @projctobiogamafup



Agradecimento: Decanato de Extensão – DEX, UnB.

Como forma de divulgação do Biogama/FUP, foi criado em 2019 um perfil em uma rede social (@projetoBiogamaFUP) em e foram confeccionados fôlderes (figuras 21 e 22) e cartazes para auxiliar na difusão do projeto.

Resultados alcançados

No decorrer dos seus dez anos, o projeto Biogama/FUP realizou diversas atividades. Os resultados são elencados a seguir:

- Preparação para os facilitadores do projeto – Sensibilização dos discentes para participarem do programa: nessa fase, os estudantes foram preparados por meio da realização de *workshops* para nivelamento, nos quais foram expostos os principais problemas ambientais atuais; os conceitos de reciclagem, reuso e reaproveitamento; como aplicar esses conceitos na temática do descarte correto do óleo de cozinha usado e como produzir produtos com maior valor agregado a partir do óleo usado. Foram realizadas oficinas de produção de sabão, sabonete e vela a partir do óleo usado. Os estudantes desenvolveram fôlderes (Figuras 1 e 2) e *banners* para a divulgação do projeto, com informações sobre o descarte correto e reuso do óleo de cozinha, além de receitas. No total, mais de 80 estudantes já participaram do projeto, sendo sete bolsistas PIBEX (Programa Institucional de Bolsas de Extensão) e quatro bolsistas dos editais da AgroBrasília do Decanato de Extensão (DEX). Também participaram do projeto dez alunos bolsistas do edital ProIC/CNPq Ensino Médio.
- A apresentação dos resultados da pesquisa foi feita por meio de trabalhos de iniciação científica, participações em eventos, realizações de oficinas e também em fôlderes e *banners* apresentados à comunidade. As atividades de divulgação do projeto e de apresentação dos resultados são elencadas abaixo:
- 2012: Oficina na *Semana Universitária da UnB* e participação no I Encontro de Iniciação Científica Júnior da UnB.
- 2013 e 2014: Participações e oficinas ministradas na X Exposição Agropecuária de Planaltina; III Circuito de Ciências de Planaltina; 10º e 11º Congressos de Iniciação Científica do DF; 19º e 20º Congressos de Iniciação Científica da UnB e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (2013 e 2014); Oficinas ministradas no Centro de Práticas Integrativas de Planaltina (2013) e no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios de Planaltina (2014).
- 2015 e 2016: Participações nos 12º e 13º Congressos de Iniciação Científica do DF e 21º e 22º Congressos de Iniciação Científica da UnB; oficinas ministradas na AgroBrasília (2015 e 2016) (Figura 23); Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (2015 e 2016) e Semana Universitária da UnB (2015 e 2016).
- 2017: Participações e oficinas ministradas na Semana Universitária da UnB e no I Seminário de Tempo Comunidade do DF e Entorno.

- 2018 e 2019: Participações e oficinas ministradas na AgroBrasília (2018 e 2019); Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2018; II e III Feira de Ciências Agroecológica da FUP; VIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Brasília (IFB); Semana Universitária da UnB (2018 e 2019); II Seminário de Educação do Campo e Memória Coletiva de Luta pela Terra em Unaí-MG (2018); Seminário de Tempo Comunidade na Comunidade Vale da Esperança (2019); e, em parceria com o Instituto Federal de Brasília, uma oficina foi realizada no acampamento 8 de Março, localizado em Planaltina-DF.
- Promoção de campanhas educativas: Durante as exposições, feiras e oficinas, os estudantes do projeto abordaram o tema da conscientização ambiental para a comunidade. Ocorreram palestras para os moradores e para a comunidade acadêmica sobre as questões ambientais e os problemas decorrentes do descarte incorreto do óleo de cozinha usado, além da demonstração do descarte e reaproveitamento destes rejeitos (fabricação de sabão, sabonete e vela). Para promover as campanhas educativas, foram também distribuídos brindes, cartilhas sobre o descarte e reuso do óleo usado de cozinha, gincanas e concursos.

Figura 23: estande do projeto Biogama/FUP na III Feira de Ciências Agroecológica da FUP, na Semana Universitária de 2019.



Fonte: SECOM/FUP (2019)

Perspectivas Futuras

O projeto Biogama/FUP tem um objetivo contínuo: promover a conscientização ambiental da comunidade de Planaltina-DF e Entorno. As perspectivas futuras são: continuar o trabalho com oficinas, participações em feiras, exposições e congressos; realizar um levantamento mais profundo do perfil de consumo de óleo da comunidade próxima à FUP; divulgar o projeto em mídias e fóruns e expor os resultados em forma de trabalhos em congressos de extensão e de artigos em periódicos indexados.

Referências

COSTA, Daniela A. *et al.* Reutilização do óleo de fritura como uma alternativa de amenizar a poluição do solo. *Revista Monografias Ambientais*, v. 14, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/20461>. Acesso em: 24 jan. 2024.

FONSECA, Jhessica. M. *et al.* Biodiesel from waste frying oils: methods of production and purification. *Energy Conversion and Management*, v. 184, p. 205- 218, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0196890419301074>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GHESTI, Grace F. *et al.* A educação ambiental na Engenharia e a reciclagem de óleo residual coletado: projeto de extensão Biogama. *Revista Participação*, v. 19, p. 29-37, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/23390>. Acesso em: 24 jan. 2024.

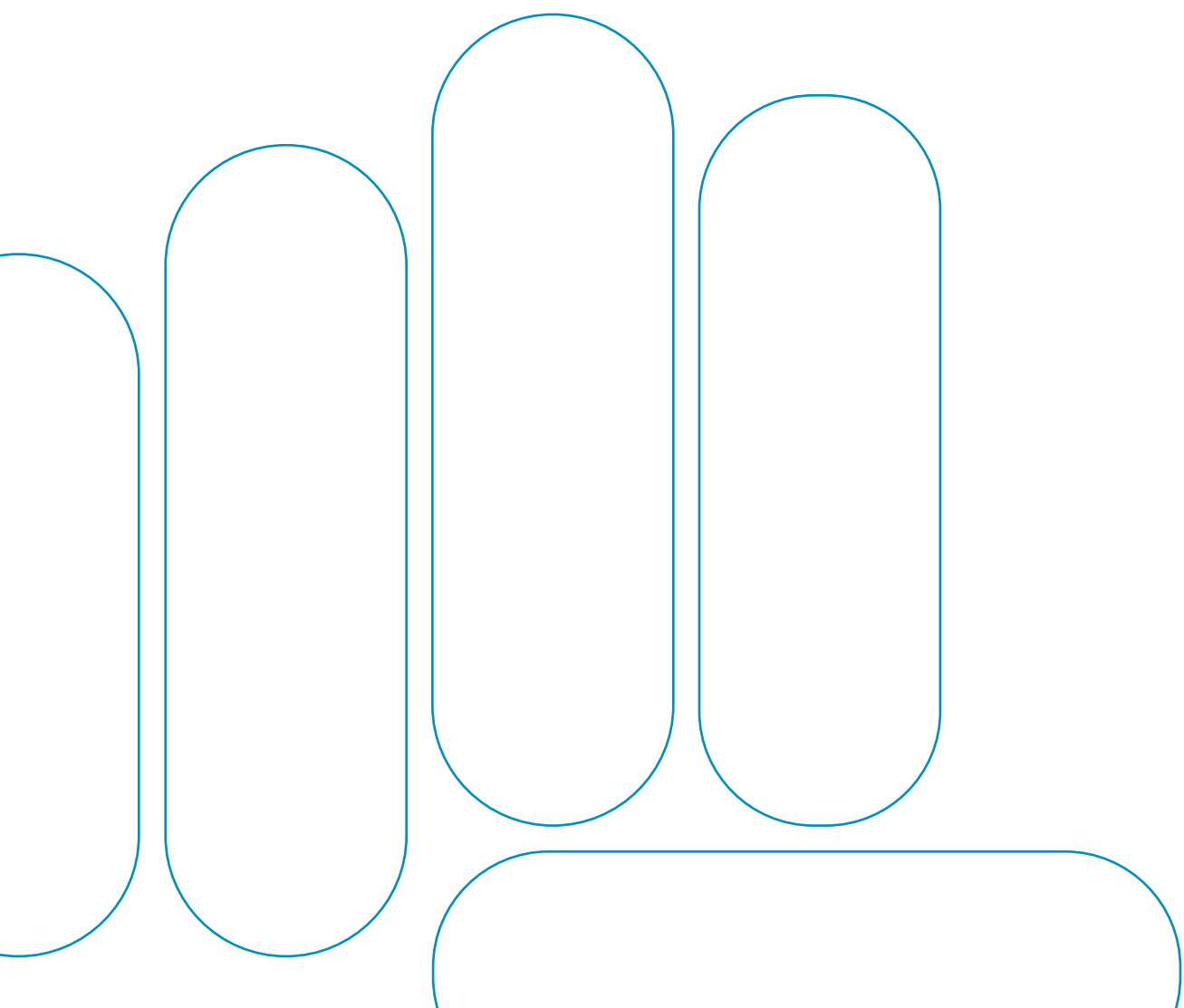
MATTSSON, Jonathan. *et al.* Impacts and managerial implications for sewer systems due to recente changes to inputs in domestic waste water - A review. *Journal of Environmental Management*, v. 161, p. 188-197, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030147971530133X>. Acesso em: 24 jan. 2024.


NAGGAR, Mohamed. M. *et al.* Production of Biodiesel from Locally Available Spent Vegetable Oils. *Journal of Renewable Energy and Sustainable Development*, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/204551507.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.




Figura 24
Fonte: Domínio Público

Diversidade, gênero e raça





Coletivo de professores negros e professoras negras da FUP: da gênese às estratégias formativas



*Elizabeth Maria Mamede da Costa
Paulo Gabriel Franco dos Santos
Thatianny Alves de Lima Silva*

Entre os caminhos: o princípio do movimento

Os diálogos em torno das ações afirmativas e sua institucionalização encontraram diferentes elementos que influenciaram no atraso da implementação dessas políticas. A constatação científica da falácia do conceito biológico de raça foi frequentemente usada para minar as reivindicações de políticas específicas para grupos racialmente discriminados (Carneiro, 2009), utilizando para tal também argumentos como o mito da democracia racial e da cultura mestiça. Acrescentamos, também, o argumento meritocrático, que atribui a origem da desigualdade racial, vivenciada enquanto pobreza e privação material, como falta de mérito dos sujeitos (Almeida, 2018).

Estes são elementos que frequentemente dificultam o debate e a implementação de ações afirmativas no sistema educacional brasileiro (Munanga, 2003). Ainda, segundo o mesmo autor, o racismo na contemporaneidade dispensa o conceito de raça enquanto uma variante biológica, pois o mesmo se reformula com base nos conceitos de diferença ou identidade cultural. Destaca-se que as violações de direitos e as iniquidades quanto à raça persistem. “O que mudou são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato” (Munanga, 2003).

Percebendo o racismo enquanto histórico e político, recorremos a Almeida (2018), quando afirma que: “[...] a luta pelos direitos civis e contra a segregação racial são exemplos de um fazer político que sendo contra as instituições, foi em alguma medida conformado pela dinâmica jurídico-estatal” (Almeida, 2018, p. 67). Tais lutas ocorrem de modo articulado e influenciado pelas ações de movimentos sociais, tal qual o movimento negro.

De acordo com Gomes (2017), é o movimento negro brasileiro que traz interpretações críticas em relação à temática racial no campo acadêmico. Portanto, não é possível falar de uma luta por direitos civis e contra a segregação racial que não considere os impactos e mudanças a partir da atuação do movimento negro.

As lutas e movimentações que aqui destacamos brevemente, sugerem um olhar para a dimensão representativa e a indispensável necessidade de modificar estruturalmente os aspectos legais, considerando para tal a importância da formação dos sujeitos e da educação.

Almeida (2018) destaca que o racismo também interfere no processo de constituição do sujeito, considerando as insistentes e diferentes imagens que corroboram com as práticas discriminatórias. O autor explicita: “Mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade [...]” (Almeida, 2018, p. 52).

A partir destas compreensões, destacamos aqui questões relevantes numa perspectiva institucional, enfatizando as estratégias políticas estabelecidas pela Universidade de Brasília (UnB). Em 2004, a UnB foi pioneira ao implementar a política de cotas raciais, um dos desdobramentos do seu Plano de Metas de Integração Social, Étnica e Racial, com o objetivo de proporcionar acesso mais igualitário para alunos/as negros/as em todos os cursos ofertados.

Em 2012, o MEC, no contexto do Programa Diversidade na Universidade, estabeleceu reserva de vagas em universidades e institutos federais, as chamadas cotas, que representam 50% do total de vagas da instituição para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Estas políticas afirmativas e de inclusão aumentaram o acesso de negras/os no ensino superior, alterando o perfil étnico racial da instituição.

Em 2018, em meio a ataques racistas às/aos discentes do *Campus Planaltina* da UnB (FUP), um grupo de professores/as foi convidado para um encontro a pedido da professora Elizabeth M. Mamede Costa. Mulher, docente e negra, Elizabeth já havia atuado na gestão do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e na Vice Direção do *campus*. Compreendeu que era chegada a hora de unir colegas para analisar e debater a questão dos ataques racistas, sob um olhar coletivo e essencialmente promovidos por negras/os.

Neste contexto, nasceu o Coletivo de Professores Negros e Professoras Negras da FUP (Coletivo), com docentes dos cursos de licenciatura em ciências naturais, licenciatura em educação do campo e gestão ambiental, mobilizados e desejosos em estabelecer espaços de acolhimento e debates. O coletivo reconhece a importância e relativa eficácia das políticas de inclusão, entendendo que o desafio da permanência dos estudantes na academia perpassa outras questões como afetividade, acolhimento e identidade. Entre desafios e desejos, há neste Coletivo de docentes a atuação renitente, em favor de contextos equânimes e justos.

Eixos fundamentais e objetivos

O Coletivo estabelece um espaço, no contexto da unidade acadêmica, de interlocução e reflexão sobre as questões étnico raciais e se realiza a partir das demandas e anseios de

seus membros e da comunidade acadêmica. Reúne professores/as com diferentes trajetórias acadêmicas e diversidade de interesses profissionais que, no entanto, compartilham percepções e sensações próprias de quem é negro e negra, de quem pertence a este grupo étnico-racial.

As ações e proposições feitas pelo coletivo têm centrado-se no âmbito do autocohecimento, do compartilhamento, da autonomia e da liberdade. De início, a proposta central era a constituição de espaços formativos para a denúncia e exposição das formas de racismo pelas quais passavam os/as alunos/as negros/as da FUP, bem como a elaboração de estratégias de fortalecimento individual e coletivo para o seu combate. No entanto, com o passar do tempo, a proposta expandiu, dando espaço para a dimensão relacional, pensando autodefinição e autocuidado como estratégia política. Os aprofundamentos teóricos também representam elemento importante, compreendendo que a percepção do que nos cerca, bem como a atuação e enfrentamento nesta luta antirracista, podem ser potencializadas a partir do envolvimento teórico.

Ao nos definirmos como docentes negros e negras da instituição, tomamos para nós a consciência e condições para explorar e buscar os nossos interesses. Audre Lorde (2019a) afirma que, quando mulheres negras, assim como homens negros, não se definem, passam a ser definidos por outros, para proveito deles e prejuízo nosso. Desta forma, legítima e necessária, o Coletivo traz visibilidade para a temática racial dentro da instituição. O grupo potencializa as discussões em nível coletivo, contribuindo inclusive para que os/as alunos/as se sintam representados e saibam que existe um espaço instituído para discutir questões vinculadas à temática étnico-racial. Portanto, o Coletivo consiste simbolicamente em um território em que é possível trocas que nos nutrem, partilha de experiências que colaboram com exercício de alteridade e percepção de si.

A percepção dos objetivos em comum, o reconhecimento e a autodefinição são possíveis mediante o estabelecimento de espaços em que é valorizada a escuta cuidadosa, afetiva e qualificada, compreendendo que perceber-se, tornar-se e reafirmar-se negro/a são movimentos repletos de demandas que decorrem do já referido histórico racismo que tão fortemente estrutura sujeitos, relações e instituições.

Quando conseguimos agregar as diferentes partes que nos constituem, é possível colaborar com uma fluidez da existência. “Só então posso unir a mim e as minhas energias num todo a serviço das lutas que abraço como parte da minha vida.” (Lorde, 2019b, p. 152). Portanto, consta, como um eixo fundamental para este Coletivo, a formação para uma escuta cuidadosa e qualificada das demandas raciais do *campus* e do entorno.

Primeiro movimento: a lida com um ato deflagrado de racismo e as origens

Em 13 de junho de 2018, ocorreu o I Fórum de Discussão sobre a Questão Negra na FUP. Diante do ataque racista aos/às discentes, surge um primeiro movimento, em caráter de denúncia e evidente importância, de criar espaços para diálogos que favoreçam aproximação entre o Coletivo e os/as discentes, especialmente negros/as, possibilitando

ambiente que contribuísse para trocas a partir da escuta, acolhimento e levantamento das demandas vinculadas ao nosso contexto. Considerando, também, como movimento importante, o reconhecimento do racismo e possibilidade de encaminhamento jurídico a partir da palestra intitulada “Limites Jurídicos da Liberdade de Expressão”, que contou com a presença de um amplo público e um debate que evidenciou tantas outras cenas de racismo dentro do contexto institucional.

Ao finalizar o encontro, foi possível perceber o quão importante e urgente era ampliar as formas de atuação, acreditando que seria relevante a construção de um núcleo de suporte jurídico, outro de acolhimento e escuta do corpo discente, ainda um núcleo que considere as questões culturais e identitárias e, por fim, outro de estudos e aprofundamentos teóricos relacionado à temática étnico-racial. Perceber a necessidade desses caminhos, desses núcleos, implica evidenciar o quão complexo é o racismo e como o mesmo se manifesta em diferentes aspectos. Portanto, também nos pareceu indispensável a articulação com outros sujeitos, incluindo docentes, discentes e colaboradores/as da circunvizinhança implicados em uma luta antirracista.

Segundo movimento: extensão das ações à comunidade de Planaltina

A II Semana da Consciência Negra na FUP: Heranças Históricas Vozes e Significações da Negritude, realizada entre 19 e 23 de novembro de 2018, é proposta pelo Coletivo e os/as estudantes da Faculdade UnB Planaltina, em parceria com a Diretoria da Diversidade da UnB; a Diretoria de Organizações Comunitárias, Cultura e Arte; dos grupos Poesia nas Quebradas, além de parceiros e colaboradores externos.

O evento, em homenagem à celebração do dia nacional da Consciência Negra (que ocorre anualmente no dia 20 de outubro), é composto por 19 atividades, que buscam evidenciar, valorizar, enaltecer e celebrar os elementos constitutivos da cultura advindos e construídos renitentemente pelo povo negro, além estreitar relações entre a universidade e a comunidade de Planaltina.

A semana contou com quatro mesas redondas; apresentações culturais, envolvendo canto, dança, exposição de *grafitti*, oficinas de turbante e *Abaoyi*; lavagem simbólica do chão da FUP, sob a responsabilidade do *Ilé Asè Eiyelé Ogè Asè Osumarè*; roda de capoeira; batalhas de rima e cine debate. As mesas redondas oportunizaram o debate mais aprofundado de ideias, porém as apresentações culturais chamaram a atenção da comunidade, tanto interna, quanto externa, para o tema central em discussão, além de atrair para os espaços institucionais jovens moradores da cidade que se sentem confraternizados, acolhidos e valorizados pelos alunos do *Campus*.

Figura 25



Terceiro movimento: a guinada formativa

Entre os dias 19 e 21 de novembro de 2019, ocorreu a “III Semana da Consciência Negra: tradições, formação e política”, neste momento em articulação com colaboradores/as e comunidade de Planaltina (DF). Nesta edição, buscamos evidenciar atividades de cunho formativo, centradas em Grupos de Trabalho (GT), com o intuito de estimular a reflexão e o debate sobre os eixos temáticos:

- narrativas do movimento negro atual: concretude, fragilidades e alcances;
- a negritude diaspórica: entre valorização/afirmação das tradições e demandas da contemporaneidade;
- políticas afirmativas: imaginários, apropriações e estratégias
- o afeto e o (auto) cuidado como política de (re) existência.

Por fim, contamos com a apresentação de uma síntese do que foi discutido em grupo, consistindo em material de estudo e pesquisa, tanto para Coletivo, quanto para comunidade da FUP e de fora dela. Durante o encerramento do evento, destacamos aspecto notoriamente positivos e desafios percebidos ao longo dos encontros. Inicialmente, falamos do impacto, ao ver um esvaziamento progressivo do auditório, tornando uma importante questão: como avaliamos o alcance do discurso e das atividades, em que medida têm promovido mobilização? Outros pontos de destaque envolveram os espaços mantenedores das tradições – terreiros e quilombos - como lugares em que podemos aprofundar reflexões sobre a dimensão ontológica.

Assim, como perceber as diferentes estratégias de luta e sobrevivência, retornando aos pertencimentos, reconhecendo a si como sujeito que possui uma história, enfatizando a dimensão ancestral, recuperando aspectos filosóficos que distanciam da lógica eurocêntrica? Destacamos importância do aquilombamento, enquanto organização viva coletiva, lugar de interrupção da lógica opressora, enquanto estratégia de resistência.

Projeções: consolidação, formalização e expansão das ações

Os movimentos realizados, os contatos estabelecidos, as pautas mobilizadas nas atividades coletivas e as avaliações posteriores têm implicado ao Coletivo reflexões sobre as próprias temáticas e os sentidos dos projetos futuros. Com a intenção de nos fortalecer institucionalmente, sermos referência para assuntos ligados às temáticas étnico-raciais, bem como ocupar um lugar de ouvidoria e observatório para os mesmos assuntos no âmbito da FUP, temos projetado:

- definições de pautas de discussão em encontros periódicos e perenes, definidas a partir de acordos coletivos, alinhadas com interesses pessoais, indicações ou temática em alta no momento histórico;
- aprofundamento em temáticas pertinentes por meio dos referidos encontros periódicos, consolidando uma agenda teórica e regulando o tom do Coletivo;
- formalização perante a instituição, bem como a formação de redes com outros segmentos, institucionais ou não, ocupados com o debate e a formação sobre questões étnico-raciais;
- produção intelectual resultante dos diálogos internos, da agenda em conformação, das interações com outros sujeitos e grupos e dos eventos realizados.

Percebemos que, para além da função acadêmica formalmente reconhecida pelas ações e produções no âmbito institucional, o Coletivo também tem se incumbido de uma função de fortalecimento das próprias identidades dos seus membros, se convertendo em um lugar para o diálogo aberto, o compartilhamento de narrativas, lembranças, casos e experiências atravessadas pela questão racial. Assim, seja pela função formativa, de acolhimento e de denúncias no âmbito institucional, seja pelo cuidado com as identidades e o mesmo acolhimento com as temáticas dos seus membros, o Coletivo segue ajustando os passos e enegrecendo os espaços da FUP, pautando e influenciando discussões sobre questões relativas ao povo negro, em diferentes espaços acadêmicos e comunitários da Universidade.

Referências

ALMEIDA, Silvio L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *A miscigenação racial no Brasil*. Portal Geledés, 18 ago. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/miscigenacao-racial-brasil/>. Acesso em: 24 jan. 2024.17

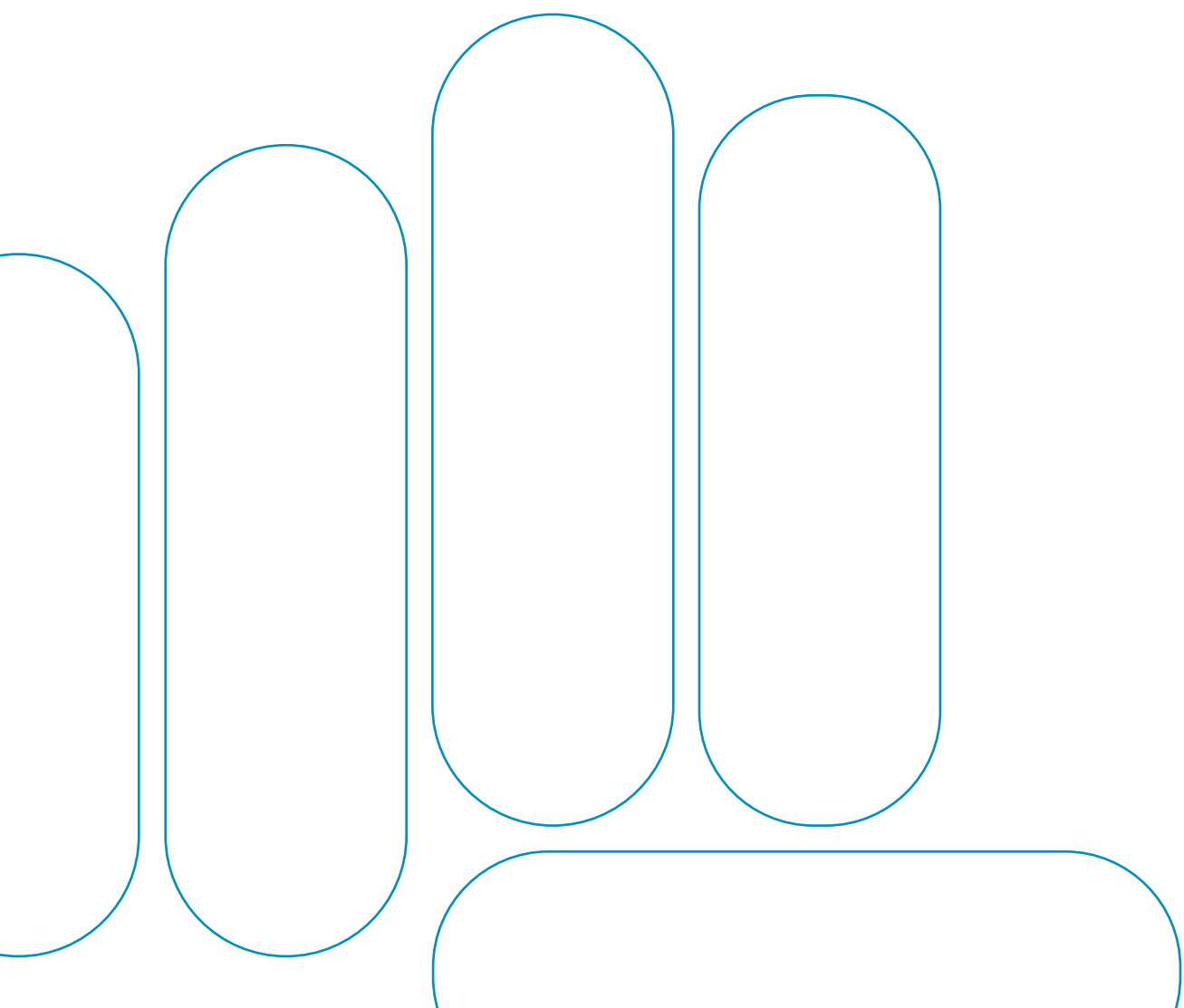
CARNEIRO, Sueli. *Negros de pele clara por Sueli Carneiro*. Portal Geledés, 29 maio 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GOMES, Nilma L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

LORDE, Audre. *Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença*. In: Irmã Outsider. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019b.

LORDE, Audre. Para começo de conversa: alguns apontamentos sobre as barreiras entre as mulheres e o amor. *The Black Scholar*, v. 9, n. 7, 1978. In: Irmã Outsider. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019a.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, PENESB-RJ, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidadee-etnia.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.





Mulheres cientistas: desafios, mitos e resistência cotidiana

Projeto mulheres cientistas



Thatianny Alves de Lima Silva
Susanne Taina Ramalho Maciel
Caroline Siqueira Gomide
Elizabeth Maria Mamede da Costa
Lyvian Cristina da Ponte e Sousa Sena
Cynara Caroline Kern
Elisabeth Andreoli de Oliveira
Debora Cynthia Alves de Souza
Lorena de Cássia Dias da Silva

Apresentação do projeto: entre motivações e objetivos

Este projeto foi gestado a partir do encontro entre mulheres que não só identificaram diferentes problemas que permeiam as suas respectivas vivências em contextos acadêmicos, como também perceberam seus desejos de atuação em busca da promoção de mudanças em dimensões formativas na FUP e circunvizinhança.

Compreendendo que a disparidade entre e intragêneros, especialmente nos cursos de ciências da natureza, é problema estrutural e demasiadamente complexo, abordaremos aqui alguns pontos: inicialmente, as evidências das desigualdades, considerando para tal as maiores discrepâncias para mulheres negras; a íntima relação com a educação incidindo nos fatores de escolha e permanência em cursos de ciências da natureza; os elementos que nos atravessam e unem, tal qual a preocupação com os aspectos representativos e formativos, acreditando na arte, principalmente teatro do oprimido e teatro épico, enquanto caminho potencialmente rico e criativo para abordar as questões acima relatadas.

É importante registrar que é preciso se deslocar um pouco do lugar habitual no que tange às relações profissionais mais íntimas e perceber um panorama mais geral em relação às mulheres cientistas. Em tempos em que comemoramos avanços na democratização do ensino, haveria ainda sentido falar nas necessidades de equiparar presenças e permanências de mulheres em carreiras científicas? Minella (2013) evidenciou que, inicialmente, as investigações sobre gênero e ciências buscavam evidenciar as disparidades entre homens e mulheres, contemplando uma análise etária e da condição socioeconômica.

As questões sobre a presença de mulheres negras na ciência somente foram elementos de investigação muito posteriormente, como confirmam as cientistas Katemari Rosa (2015) e Minella (2013). Estes são alguns dos elementos que impactam de modo desproporcional o ingresso, permanência e ascensão em carreiras científicas.

Figura 26



Fonte: Secom/FUP

Analisando o ingresso de estudantes no ensino superior, Rabelo (2017) identifica um maior percentual de homens (188%) em relação às mulheres (175%) entre 2000 e 2015. Até 2017, os principais cursos com maioria feminina eram pedagogia, serviço social, nutrição, enfermagem e psicologia. Quanto aos principais cursos escolhidos por homens, os primeiros lugares eram ocupados por engenharias, produção industrial e construção (Brasília, 2018).

Em análise realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), durante o ano de 2018, em relação ao Distrito Federal (DF), percebemos um maior ingresso em cursos de bacharelado (67,9% para mulheres e 67,6% homens) em relação às licenciaturas (16,6% das mulheres em 2018, em contraposição a 9,9% de homens) (Brasília, 2019).

Em pesquisa realizada por Barros (2015), com discentes do ensino médio em três escolas públicas de Planaltina (DF), verificou-se o baixo interesse discente em cursos na área de biológicas (4%) e exatas (15%) diante da área de humanas (46%). Existe uma

estabilização das distâncias em escolaridade entre gêneros, esse movimento pode indicar uma agudização das desigualdades entre os sujeitos (Rabelo, 2017).

A respeito do perfil de docentes no Brasil em instituições de ensino superior (IES), em 2017, constou maioria masculina (54,2%), atuante majoritariamente em cursos de bacharelado de instituições privadas com doutorado e dedicação exclusiva. Ainda que exista um aumento no número de mulheres ingressantes e matriculadas em cursos de ensino superior, ainda são majoritariamente homens que tornam-se docentes em IES. O cenário se mostra ainda mais crítico quando analisamos a intersecção gênero e raça: apenas 0,4% das doutoras que atuam nos programas de pós-graduação no Brasil são negras. (Brasília, 2019a *apud* Xavier, 2019).

A intelectual negra norte americana Bell Hooks destacou: “No patriarcado os homens sempre tiveram a liberdade de se isolar da família e da comunidade exercer trabalho autônomo e reingressar no mundo relacional quando quisessem [...]” (Hooks, 1995, p. 473). Naidek *et al.* (2020) destacaram a crescente redução do número de mulheres ao longo da trajetória acadêmica, creditando às atribuições ao papel de gênero como um dos elementos determinantes.

Diante da problemática relatada, o que poderia contribuir para a permanência? Rosa (2015), ao analisar a trajetória de algumas cientistas negras, identificou como relevante viabilizar clubes de ciências ou outros programas de pesquisa em ciências, aproximando estudantes não apenas do conteúdo, bem como dos processos relacionados à produção de conhecimento científico.

Portanto, é neste cenário, entre incômodos e desejos, nasceu este projeto reunindo mulheres tão diferentes que se aglutinam em pelo menos um aspecto: o desejo em cativar e envolver ainda mais mulheres nas ciências da natureza, no que tange ao processo social e formativo do lugar da mulher na academia. Para tal, consideramos três dimensões: *sentir*, considerando o teatro enquanto caminho transformador e criativo; o *pensar* em grupos de estudos e o *querer* a partir da realização de laboratórios de ciências.

Figura 27



O nosso intuito consiste em incitar as discentes da educação básica do Distrito Federal e ensino superior da FUP a estudarem ciências da natureza, compreendendo a correlação

entre desejo, escolha e permanência e representação de cientistas. Para tal, nossos objetivos consistem em pesquisar situações de desigualdade de gênero no meio acadêmico; montar esquetes de teatro e audiovisual para debate; realizar aulas (inclusive em laboratórios da FUP), palestras, oficinas, apresentações teatrais e exposições nas escolas parceiras; realizar pesquisa e desenvolver projetos de iniciação científica com estudantes da educação básica e divulgar o projeto em outras escolas, propiciando assim o debate.

Passos já dados: entre histórico e percepções de resultados

O projeto nasceu no fim de 2018, dentro deste período realizamos diversas atividades, tornando necessária a escolha de alguns momentos mais significantes nas percepções do grupo para destacar aqui. As nossas ações buscam a arte como elemento estruturante para construção de fazeres que englobam diferentes saberes e envolvem em complexa teia as diversidades, traçando caminhos mais sensíveis e de fato transformadores.

A primeira atividade aberta foi a exposição “Você sabe quem é?”, que descrevia em uma primeira página as descobertas feitas pela pesquisadora sem identificação e nem relação de gênero no texto, só revelando o nome das mulheres e sua imagem em página seguinte. Ficaram expostos na FUP por aproximadamente um semestre.

Em março de 2019, junto com o colegiado de extensão da FUP e com o Decanato de Extensão (DEX/UnB), participamos da construção do evento “Mulheres que Transformam”, um circuito de mesas de debates na UnB que, na FUP, recebeu as professoras Lola Aronovich (UFC) e Elisabeth Andreoli (USP/UnB) para falar sobre suas experiências enquanto mulheres e cientistas. Elisabeth Andreoli de Oliveira é professora aposentada do Instituto de Física da USP, onde atuou por 27 anos e na ocasião do encontro era professora visitante da Universidade de Brasília (FUP) e a professora Lola Aronovich, da área de Literatura na Universidade Federal do Ceará, mantém um *blog*; “Escreva, Lola, Escreva” e atualmente um canal no “Fala, Lola”. Ela se destaca como ativista feminista e na denúncia de violência contra mulheres.

A mesa redonda teve, como objetivo, abordar temas como: a relação entre mulheres e suas respectivas carreiras científicas; as múltiplas violências e o impacto nas construções subjetivas e autoestima; bem como as ciências e o processo de desconstrução de que a ciência é espaço para homens, além do reflexo das desigualdades de gênero no meio acadêmico.

Em sua apresentação, Lola destacou o processo de construção da lei que permitiu a investigação de crimes cibernéticos de misoginia. A perseverança parece ser elemento indispensável quando retratamos mulheres em carreiras científicas, segundo a professora Elisabeth. Nesta luta, é indispensável também a desconstrução acerca do discurso de que a mulher é pouco capaz de ascender nesta carreira, elemento este que pode impactar na estima e no desempenho do papel profissional. Ainda, foi destacado neste evento a necessidade em gerar visibilidade às mulheres que atuam no ramo, para que, assim, inspirem garotas que desejam trilhar essas carreiras e façam com que elas percebam que esse é um caminho possível.

Nesse contexto, a educação deve constituir um espaço que contribua para uma redução nos quadros de violência e garanta o desenvolvimento pleno – intelectual, criativo e afetivo – considerando as diferenças entre gênero, raça, etnia e classe social, não como elemento segregador e sim aglutinador, fundamental para uma sociedade mais equânime.

Em maio de 2019, durante aniversário da FUP, este projeto foi apresentado a partir de uma intervenção com teatro invisível, evidenciando em cena como homens interrompem falas das mulheres e desmerecem e/ou repetem suas falas “explicando” o que já foi dito. Esta é uma prática intitulada como “*maninterrupting*” e “*mansplaining*” (Lewis, 2014). Tais falas de interrupção também foram problematizadas pela professora Márcia Barbosa em outubro de 2019, em palestra denominada “Mulheres na Ciência: uma verdade inconveniente”.

A pesquisadora utiliza o teatro como uma de suas táticas de atuação, produzindo também um mural com as falas, problematizando-as. Marcia Barbosa é professora da UFRGS, diretora da Academia Brasileira de Ciências e membra da Academia Mundial de Ciências.

Em 2020, foi escolhida pela ONU Mulheres como 1ª entre as sete cientistas que moldaram o mundo. Em sua palestra, evidenciou diferentes trabalhos sobre questões de gênero nos ambientes acadêmicos, apresentando seus estudos e estratégias para lidar com os desafios apontados, incluindo falas misóginas de colegas de departamento.

Figura 28



Além dos eventos acima citados, as integrantes do grupo iniciaram uma potente imersão nos universos do teatro épico e do oprimido, buscando compreender e explorar técnicas para utilizar como canais de diálogo com os diferentes públicos do projeto. Em parceria com a Escola de Teatro e Vídeo Popular do DF, vinculado ao programa Terra em Cena, o grupo participou de oficina com Julian Boal, que trabalhou na França como o “*Feminisme en jeux*”

(trocadilho “feminismo em jogo”, do que está em jogo, e do que está em cena), criado pela feminista francesa Muriel Naessens. As demais oficinas foram internas e contaram com a direção da atriz, geógrafa e pedagoga Lyvian Sena (atual diretora do grupo) e orientação do professor Rafael Villas Boas.

O trabalho nas oficinas foi focado na criação de cenas curtas a partir das propostas deste projeto. Duas dessas cenas, nas quais abordávamos inquietações sobre as múltiplas funções sociais, estereótipos, preconceitos e desigualdades presentes no cotidiano da mulher cientista, foram apresentadas no auditório Augusto Boal da FUP, durante a Semana Universitária de 2019. Ainda, neste evento, realizamos uma oficina de Teatro e Feminismo aberta para o público.

Algumas semanas depois, realizamos uma oficina de teatro do oprimido com 70 estudantes de uma escola pública de ensino médio em Planaltina (DF) para apresentar o projeto e iniciar vínculo com a escola. Tais atividades representaram, aqui no projeto, a dimensão do sentir enquanto elemento transformador.

Paralelamente, seguimos em aprofundamentos teóricos no grupo de estudo, investigando nossas concepções sobre gênero e a relação com ciências. Todos esses acontecimentos destacados corroboram para as diferentes dimensões deste projeto, compreendendo que estão inteiramente relacionados.

E agora? A diante...

O grupo tem se consolidado, principalmente, como um canalizador de potências em prol da igualdade de gênero na FUP e, no momento, busca fortalecer as ações nas escolas de ensino médio próximas ao *campus*. Nesse sentido, o teatro político aparece como a ferramenta mais adequada para sistematizar as diversas violências percebidas, as angústias e vislumbrar ações transformadoras em contextos de públicos tão diversos. Pretendemos, portanto, fortalecer a vertente das oficinas teatrais, tanto nas escolas de ensino médio quanto na Universidade de Brasília.

Desde o isolamento social, em virtude da pandemia do covid-19, temos ainda percebido as potencialidades das produções audiovisuais, tanto pela versatilidade quanto pelo alcance, e este deve ser um foco de atuação futura do projeto. Pretendemos, também, nos consolidar enquanto um grupo com acúmulo teórico nas questões de raça, gênero e classe, que sirva de referência para as pessoas que desejam problematizar suas vivências na academia e evoluir na direção da construção de um ambiente acadêmico mais justo e generoso para todas as pessoas.

Referências

BARROS, Lays V. *Intenção de ingresso dos alunos do ensino médio das escolas de Planaltina no curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Faculdade UnB de Planaltina*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) – Universidade de Brasília, Planaltina, 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/7238?mode=full>. Acesso em: 24 jan. 2024.

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. Estudos feministas, n° 2, p. 464-478, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017*. Brasília: Inep, 2019b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>. Acesso em: 24 jan. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2018*. Brasília: Inep, 2019a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LEWIS, Helen. The essay that launched the term “*Mansplaining*”: Rebecca Solnit’s ‘men explain things to me’ explains this international scourge. *NEW REPUBLIC*, 4 July, 2014. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/118555/rebecca-solnits-men-explain-things-me-scourge-mansplaining>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MINELLA, Luzinete. S. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? *Cadernos Pagu*, n. 40, jan./jul. 2013, p. 95-140. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n40/03.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

NAIDEK, Naiane *et al.* Mulheres cientistas na química brasileira. *Química Nova*, São Paulo, v. 43, n. 6, p. 1-14, maio 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01000422020000600823&script=s-ci_arttext. Acesso em: 25 nov. 2020.

RABELO, Rachel P. Hiato de gênero no acesso à educação superior no Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Boletim Na Medida*, ano 6, n° 12, ago. 2017, p. 31-37.

ROSA, Katemari. A (pouca) presença de minorias étnico-raciais e mulheres na construção da ciência. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA, 21, 2015, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: SNEF, 2015.

XAVIER, Giovana. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

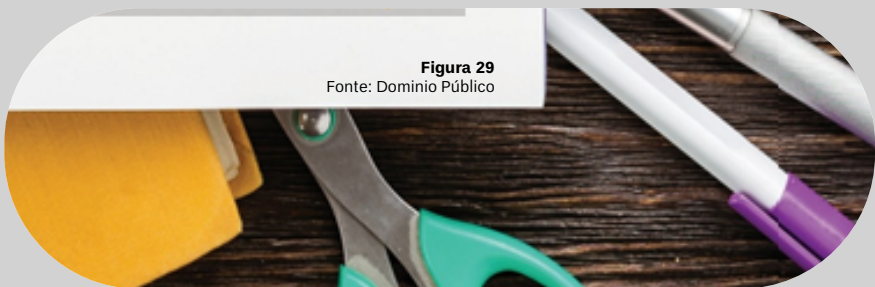
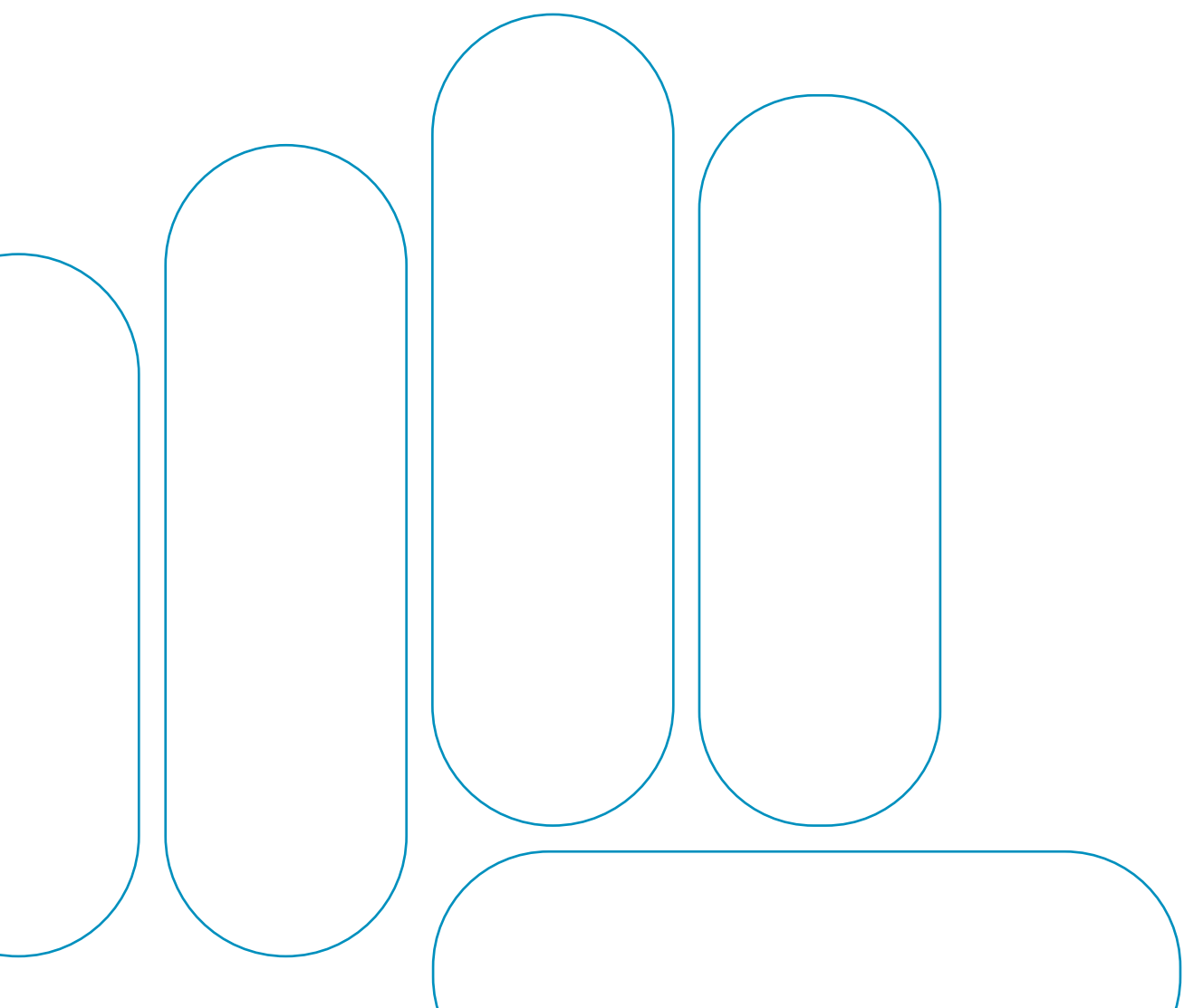


Figura 29
Fonte: Domínio Público

Educação e Sistemas Educativos Estadual, Municipal ou Federal





Projeto Socioeducação e Desenvolvimento Humano: relato de uma vivência colaborativa

Projeto Socioeducação e Desenvolvimento Humano

Cynthia Bisinoto

Sílvia Ferreira

Quezia Sabino

Victória Galeno

Apresentação

O projeto de extensão “Socioeducação e Desenvolvimento Humano” integra um conjunto de iniciativas que estão em desenvolvimento pela equipe da Faculdade UnB Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UnB) junto ao Sistema Socioeducativo. Tais iniciativas contemplam ações de extensão, pesquisa, ensino/formação inicial, formação continuada de profissionais, organização de eventos técnico-científicos, produção de conhecimento, entre outras. As iniciativas abrangem a articulação ensino–pesquisa–extensão e englobam duas importantes dimensões: o processo de escolarização dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa e o atendimento socioeducativo a eles oferecido.

As diferentes iniciativas reúnem e integram docentes, pesquisadores e discentes de diferentes departamentos e cursos da UnB, bem como profissionais vinculados à Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) e à Secretaria de Justiça e Cidadania do DF (Sejus/DF), além de outros parceiros.

Inserido nesse contexto, este projeto de extensão busca fomentar a relação universidade–sociedade a partir de uma perspectiva mutuamente transformadora, valorizando a convivência com a realidade socioeducativa, investindo na produção colaborativa

de conhecimentos, metodologias e soluções e, ao mesmo tempo, redimensionamento a função social da universidade.

Figura 30



Por meio dessa relação, busca-se alcançar avanços e conquistas no campo dos direitos dos adolescentes e jovens autores de atos infracionais que estão em cumprimento de medidas socioeducativas.

Nesse sentido, a proposta ampara-se nos princípios do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), do Sinase, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2012; Conanda, 2006) e, também, das Diretrizes Nacionais para a efetivação do direito à escolarização de adolescentes em atendimento socioeducativo (CNE, 2016), além da Constituição Federal brasileira e dos referenciais internacionais em direitos humanos.

A partir do ECA, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, em situação peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta, levando o Estatuto a ser considerado um divisor de águas na atenção à infância e juventude no Brasil. Foi também a partir do ECA que os adolescentes entre 12 e 18 anos de idade que cometeram atos infracionais deixaram de ser submetidos às decisões arbitrárias de juízes de menores e passaram a ser tratados como pessoas em condição especial de desenvolvimento.

Em consonância, o ECA estabeleceu um modelo de responsabilização para adolescentes, o qual representou um contraponto ao arbítrio do sistema menorista que existia anteriormente.

Por sua vez, a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, instituído pela Lei nº 12.594/2012, também foi uma grande conquista. O Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução das medidas socioeducativas e reafirma a prevalência do caráter pedagógico no processo socioeducativo, em

detrimento ao aspecto sancionatório, orientando-se, portanto, pela Doutrina da Proteção Integral que o ECA inaugurou. A partir dos princípios anunciados por esses marcos legais, a socioeducação corresponde a ações, serviços e programas que, norteados pela relação entre demandas sociais, práticas educativas e direitos humanos, buscam materializar intervenções consistentes e promotoras de transformações nas trajetórias de desenvolvimento dos adolescentes autores de atos infracionais (Bisinoto *et al.*, 2015).

Mais especificamente no campo da educação escolar, as Diretrizes Nacionais para a escolarização de adolescentes em atendimento socioeducativo (CNE, 2016) vieram ratificar garantias já previstas nos marcos legais. A apropriação dos conhecimentos científicos historicamente produzidos tem o potencial de transformar os sujeitos e sua capacidade de compreender, criticar, interagir e agir no mundo, justificando a necessidade de um ensino que envolva os estudantes – adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa – de modo ativo na investigação e aprendizagem das complexas relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Uma vez que a educação escolar e a qualidade do processo de ensino–aprendizagem são assumidos como dispositivos primordiais na modificação das trajetórias de envolvimento infracional, as Diretrizes estabelecem que os cursos de formação inicial e continuada de professores devem incluir conteúdos sobre direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes, direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e, também, sobre o processo de escolarização articulado ao atendimento socioeducativo.

Partindo dos princípios apresentados, nosso projeto de extensão insere-se no conjunto de atividades de formação, debate e crescente qualificação da socioeducação no Brasil, comprometendo-se com a efetiva implementação de políticas de atenção e promoção da aprendizagem e do desenvolvimento dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. No bojo desse compromisso, aposta-se no desenvolvimento profissional daqueles que trabalham na socioeducação por entender que quanto mais providos de clareza e intencionalidade na sua atuação, mais poderão influenciar o desenvolvimento dos adolescentes para uma inserção social crítica, ativa e transformadora (Bisinoto, 2017; Yokoy de Souza, 2012; Yokoy; Lopes de Oliveira, 2018).

À luz desse entendimento, o projeto de extensão “Socioeducação e Desenvolvimento Humano” almeja desenvolver, por meio de processos coletivos e dialogados, espaços de escuta qualificada, de estudo, de aprendizagem e construção coletiva de práticas de trabalho que tenham o potencial de fomentar o desenvolvimento dos profissionais que atuam com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e, igualmente, o desenvolvimento dos próprios adolescentes.

Objetivos e público-alvo

Privilegiando o processo de escolarização e o atendimento socioeducativo oferecido aos adolescentes, o objetivo do projeto é promover uma experiência colaborativa universidade–sociedade pautada na estreita articulação entre as demandas da realidade socioeducativa e os fundamentos teóricos e metodológicos capazes de promovê-las. De forma mais específica, temos proposto:

- analisar, discutir e promover a intervenção profissional na esfera das medidas socioeducativas, tanto no atendimento socioeducativo quanto na educação escolar, a partir da articulação teórico-prática e ancorada em processos reflexivos;
- criar espaços de escuta acerca das questões do cotidiano de trabalho e das relações interpessoais, incentivando o diálogo interdisciplinar e a articulação em rede, conforme preconizado pelo Sinase;
- possibilitar a apropriação de conceitos, estratégias e metodologias de intervenção que promovam a qualidade dos atendimentos socioeducativos e do processo de escolarização dos adolescentes;
- fortalecer a qualificação permanente de pessoas capazes de enfrentar de forma ética e socialmente comprometida os desafios contraditórios e complexos da sociedade contemporânea;
- oferecer aos estudantes universitários oportunidades de convívio, análise, estudo e intervenção junto à socioeducação.

Consoante a esses objetivos, o projeto direciona-se aos profissionais da socioeducação, incluindo professores e gestores escolares vinculados à Secretaria de Educação do DF, bem como servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF, como especialistas socioeducativos (assistentes sociais, pedagogos e psicólogos), agentes administrativos, agentes socioeducativos, gerentes e assessores, atuantes em qualquer medida socioeducativa, seja ela de meio aberto ou de meio fechado.

Esse projeto tem um forte componente mobilizador de reflexões, problematizações e construções teórico-práticas que oportunizem o desenvolvimento de competências profissionais necessárias à crescente melhoria do trabalho em equipe e alcance dos objetivos das medidas socioeducativas.

Histórico

A elaboração e realização do projeto “Socioeducação e Desenvolvimento Humano” guarda sintonia com a trajetória de trabalho colaborativo entre a nossa universidade e o campo socioeducativo. A parceria se iniciou há quase dez anos através do projeto de extensão “Integração Psicologia e Educação: articulações para a formação profissional”, também coordenado pela professora Cynthia Bisinoto da UnB. O projeto estava voltado

para a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola de uma unidade de internação de adolescentes do Distrito Federal.

Ao longo do processo e com o crescente envolvimento de outros interessados, as motivações foram se modificando e se diversificando, consoante às necessidades, preocupações e inquietações que emergiam do dia a dia socioeducativo. O interesse em investir no seu desenvolvimento profissional a partir da participação em espaços de estudo, reflexão e debate foi se mostrando comum a muitos profissionais da socioeducação.

Em paralelo, estudantes e docentes universitários sinalizavam interesse em enveredar pelo campo socioeducativo, um contexto ainda pouco estudado pela universidade. Dessa forma, a parceria, que teve início em uma unidade de restrição de liberdade, se expandiu e alcançou, aos poucos, as diferentes medidas socioeducativas, bem como expandiu em termos do perfil dos profissionais envolvidos e das áreas de conhecimento, diversificando e tornando o projeto essencialmente interdisciplinar.

Como desdobramento, em 2016 foi formalizado, entre a UnB e a então Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF (atualmente Sejus/DF), um Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de atividades de estudo, formação continuada e pesquisa-intervenção.

O Acordo respaldou, entre outras ações, a constituição de Grupo de Trabalho (GT) com representatividade de servidores de todas as medidas socioeducativas, unidades e cargos. Nesse processo, foi de extrema importância o reconhecimento, pela Secretaria, de que o estudo e a formação continuada inserem-se como parte da rotina de trabalho dos servidores.

Resultados alcançados

Na perspectiva da integração ensino – pesquisa – extensão, as iniciativas associadas ao projeto “Socioeducação e Desenvolvimento Humano” têm nos conduzido a algumas realizações, entre elas:

- realização de curso de formação em Socioeducação e Desenvolvimento Humano, oferecido para uma unidade socioeducativa do DF;
- assessoria técnico-pedagógica a equipes multiprofissionais;
- elaboração e execução, em conjunto com profissionais da socioeducação, do curso “O fazer socioeducativo: diálogos e reflexões”, oferecido para servidores do Sistema Socioeducativo do DF;
- inserção de estudantes-extensionistas em contexto socioeducativo de forma acompanhada e supervisionada, com observação da rotina, entrevistas com os atores escolares e socioeducativos, colaboração na realização de projeto temático da escola da unidade de internação;
- desenvolvimento de atividades pedagógicas experimentais, práticas e de modelagem em ciências, realizadas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
- estudos e pesquisas para fins de trabalho de conclusão de curso e de pós-graduação;

- realização de Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS), cadastrado e certificado no Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq;
- planejamento e realização de eventos técnico-científicos de amplitude nacional, a saber, a primeira e segunda edição do Simpósio Nacional em Socioeducação realizadas em Brasília-DF;
- participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalhos, como no Serex (Seminário Regional de Extensão Universitária), no Simpósio Nacional em Socioeducação e na Semana Universitária da UnB.

Elemento que transversaliza essas iniciativas é a convivência muito próxima com a realidade socioeducativa, a qual fortalece o trabalho pedagógico e socioeducativo e também fomenta processos formativos que transcorrem na universidade.

Perspectivas futuras

Sabe-se que a garantia de direitos no seio da sociedade capitalista é permeada por tensões e está em constante disputa em decorrência das forças sociais antagônicas que defendem diferentes projetos de sociedade, ameaçando a universalização dos direitos historicamente conquistados. A situação não é diferente no campo da política de proteção à criança e ao adolescente e, em particular, em relação aos adolescentes autores de atos infracionais.

Se, por um lado, os marcos legais como o ECA (Brasil, 1990) e o Sinase (Brasil, 2012) indicam a prevalência de ações pedagógicas e socioeducativas na atenção aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por outro, tem crescido a lógica repressiva e punitiva. Nesse contexto, a política de atendimento socioeducativo tem muitos desafios a enfrentar, e é em meio a esse complexo processo histórico e social que se insere este projeto de extensão e suas interfaces com a pesquisa e o ensino. A UnB já tem, de longa data, inserção no campo dos Direitos Humanos, de modo que este projeto de extensão soma-se ao esforço de fortalecer a Socioeducação na perspectiva dos Direitos Humanos.

No tocante à articulação com a formação dos estudantes, o projeto tem buscado propiciar situações de aprendizagem que os desafiem a construir significados sobre sua futura profissão, sobretudo por experiências de natureza articuladora entre os processos teóricos e práticos. Mais do que habilitar os alunos a exercerem com competência e sucesso sua atividade profissional, a Universidade tem como finalidade formar cidadãos conscientes do seu poder transformador no combate à exclusão, injustiças e desigualdades.

Figura 31



Nessa perspectiva, acredita-se que a inserção discente em contextos sociais, como a socioeducação, oportuniza análises críticas de conjuntura, incentiva maneiras diferenciadas de interpretar e agir sobre o mundo, incita o desenvolvimento de formas criativas de transformar a realidade e desperta potencialidades, para além da apropriação do conhecimento científico.

Referências

- BISINOTO, Cynthia. Ser professor(a) na socioeducação: rede de sentidos e significados. In: BISINOTO, Cynthia. (org.). *Docência na socioeducação: a experiência de um processo de formação continuada*. Brasília: Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2017. p. 19-53.
- BISINOTO, Cynthia *et al.* Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, v. 20, p. 575-585, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287145780007.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República, 1990.


BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Brasília: Presidência da República, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB 03/2016. *Define Diretrizes Nacionais para a efetivação do direito à escolarização e educação profissional de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2016.


CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

SOUZA, Tatiana. Y. *Processos de desenvolvimento de educadores sociais do sistema de medidas socioeducativas: indicadores de formação*. 2012. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12340>. Acesso em: 15 nov. 2020.

YOKOY, Tatiana; LOPES DE OLIVEIRA, Maria C. S. Educadores sociais do sistema de medidas socioeducativas: indicadores de formação e de desenvolvimento profissional. *In: BISINOTO, Cynthia.; RODRIGUES, Dayane S. (orgs.). Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes*. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 153-165.



A experiência do curso Escola da Terra: formação continuada de professores/ as da educação básica nas escolas do campo do Distrito Federal



Programa Escola da Terra

Eliene Novaes Rocha

Adriana Gomes Silva

Caroline Siqueira Gomide

Clarice Aparecida dos Santos

Felipe Canova Gonçalves, Nathan Carvalho Pinheiro

Rafael Litvin Villas Bôas

Rogério Ferreira

O Programa Escola da Terra é uma ação do Ministério da Educação (MEC), integrada ao Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), e tem por objetivo assegurar a formação continuada dos/as professores/as da Educação Básica que atuam nas Escolas do Campo e de comunidades Quilombolas das redes municipais e estaduais de ensino.

O Pronacampo é fruto da luta coletiva do Movimento Nacional de Educação do Campo, que aponta como desafio a consolidação de políticas públicas de educação para os povos do campo, dentre elas, constituir ações que visam repensar o contexto e a prática escolar. O desafio principal é transformar as escolas rurais, que historicamente reproduzem o processo de exclusão, em escolas que sejam efetivamente Escolas do Campo, que tenham os sujeitos como centro da construção do processo educativo, que problematizem a realidade do campo desde os projetos de campo em disputa.

Nesta esteira, vislumbra-se o papel das Instituições de Ensino Superior (IES), na perspectiva de contribuir para formação inicial e continuada de professores/as. Atenta ao seu papel social, a Universidade de Brasília (UnB), em específico, vem ao longo de quase três décadas constituindo-se como espaço importante na consolidação de políticas públicas de formação de professores/as que atuam nas escolas do campo.

Figura 32



Fonte: Secom/FUP

Na Faculdade UnB Planaltina (FUP), desde 2007, oferta-se o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDoC), com oito turmas já formadas. No âmbito da formação continuada de professores/ as do campo, está o Programa Escola da Terra, realizado a partir da extensão, dialogando com as estratégias de articulação entre Universidade e comunidade e, neste caso, com os/as docentes das escolas do campo do Distrito Federal.

São componentes do Programa Escola da Terra, conforme art. 4º da Portaria 579, de 2 de julho de 2013:

- formação continuada e acompanhada dos professores que atuam em escolas do campo, nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, compostas por estudantes de variadas idades, e em escolas de comunidades quilombolas, bem como daqueles professores responsáveis pela assessoria pedagógica a essas escolas, doravante chamados tutores;
- materiais didáticos e pedagógicos;
- monitoramento e avaliação;
- e gestão, controle e mobilização social.

No âmbito do Distrito Federal, de acordo com informações da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a rede pública de ensino conta com 667 escolas nas 14 regionais de ensino. Entre essas, 590 são urbanas e 77 são rurais. Atualmente, a SEEDF atua em toda

a Educação Básica – Ensino Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial, contando aproximadamente com 463,5 mil estudantes, 17 mil turmas, 27,6 mil docentes efetivos e 5 mil docentes com contratos temporários.

As 77 escolas localizadas na área rural são denominadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como Escolas do Campo. Destas, 11 escolas ofertam ensino médio e 66 ofertam ensino fundamental. São 2.000 professores/as atuando nestas escolas, com um total de 20.161 educandos/as envolvidos/as. A maioria dos/as professores/as possui formação em nível superior, porém ainda são muitas as demandas de formação continuada para aqueles/as que atuam nas escolas do campo.

Nesse sentido, a formação proposta pela UnB, por meio da parceria com o MEC e a Seedf, contribuiu para um amplo processo de reflexões e formulações sobre a formação dos/as professores/ as das escolas do campo no Distrito Federal, bem como para potencializar as ações nesse contexto que já vêm sendo desenvolvidas por meio da Subsecretaria de Formação dos Profissionais da Educação (Eape). É a soma dos esforços que vem se constituindo no âmbito da Educação do Campo no Distrito Federal.

O Escola da Terra coloca a extensão universitária no âmbito do engajamento da universidade e se volta, especificamente, à formação de professores/ as em exercício. Está fundamentado nos princípios político-pedagógicos da educação do campo, na perspectiva de construção de um projeto educativo para as escolas do campo do Distrito Federal.

Estas experiências de formação continuada ampliam as possibilidades de construção e reflexões sobre o fazer pedagógico nas escolas do campo. Potencializa-se, assim, a possibilidade de trocas e aprendizagens com professores/as que estão nessas escolas construindo alternativas, vivências, articulações e debates com a própria comunidade escolar e, ao mesmo tempo, construindo relação com as comunidades, com os movimentos sociais e sindicais do campo e com os coletivos que direta e indiretamente contribuem para repensar e transformar a escola.

Conforme observa Arroyo (2012, p. 361), “a concepção e a política de formação de professores do campo vão se construindo na conformação da Educação do Campo”. A formação continuada de professores/as por meio do Escola da Terra buscou assegurar os princípios estruturantes da educação do campo a partir de três eixos:

- a formação continuada na perspectiva da formação por área do conhecimento;
- a gestão de processos formativos;
- a realização de práticas pedagógicas nas escolas do campo.

Buscou-se formar professores/as com capacidade crítico-reflexiva para transformar a realidade (Arroyo, 2012) e compreender os princípios e fundamentos que permeiam as questões sobre a escola do campo. Tendo esses elementos em perspectiva, o processo metodológico da formação foi organizado de modo a proporcionar a vivência dos/as professores/as nos três eixos acima elencados.

Para fins metodológicos, a formação foi organizada em três fases. A primeira, caracterizada como Mobilização, teve mapeamento das escolas e apresentação da proposta do curso a professores/as e gestores/as das escolas do campo do DF.

Além disso, foram realizados seminários e reuniões de trabalho com as equipes da UnB e com gestores/as da Seedf, bem como foram efetivados espaços de diálogo sobre o curso e as possibilidades de construção conjunta do processo de formação.

A segunda fase consistiu na formação pedagógica em si, desenvolvida na metodologia da alternância. A carga horária de tempo escola (te) foi de 120 horas e 60 horas no tempo comunidade (TC). As estratégias e os conteúdos trabalhados foram organizados em módulos temáticos de formação, intercalados por atividades de tempo comunidade. Cada módulo temático foi organizado a partir de um plano de formação, cujos temas estavam relacionados com os fundamentos da Educação do Campo e a realidade das escolas do campo do Distrito Federal. Foram temas do primeiro Módulo Temático:

- princípios, fundamentos e políticas públicas, cujo conteúdo versou sobre educação rural e educação do campo: rupturas e construção da identidade e pertencimento;
- os projetos de desenvolvimento do campo em disputa e o papel da escola; e
- movimentos sociais do campo enquanto sujeitos coletivos protagonistas da educação do campo.

O segundo Módulo Temático trabalhou a diversidade de áreas do conhecimento e graus de complexidade na Educação do Campo. Nesse contexto, foram desenvolvidos os seguintes temas:

- os princípios e bases das escolas do campo e sua organização;
- desafios e possibilidades para as ciências da natureza e matemática na educação do campo;
- desafios e possibilidades para a educação em linguagens e humanidades na educação do campo. além disso, realizaram-se oficinas de práticas pedagógicas para diferentes áreas do conhecimento. Essas ações possibilitaram dialogar sobre processos interdisciplinares nas práticas dos/as professores/as.

No terceiro Módulo Temático, trabalharam-se os processos de sistematização e síntese de aprendizagens construídas pelos/as professores/as cursistas ao longo do processo de formação. O resultado desse trabalho foi a construção de artigos como síntese das reflexões realizadas pelos/as cursistas.

Temas geradores para a produção das sínteses de aprendizagens, elaboradas pelos/as professores/as cursistas, versaram sobre questões apontadas nos inventários da realidade; sobre a educação do campo no trabalho de base nas escolas; relação teoria e prática na formação por alternância; o uso do teatro do oprimido e da produção audiovisual na elaboração de sínteses de aprendizagem por área do conhecimento.

A terceira fase consistiu no processo de avaliação de todo o percurso construído. Entende-se que a avaliação é extremamente importante, pois, além de possibilitar a identificação de avanços, também identifica desafios postos na perspectiva de garantir

processos de formação continuada a serviço de professores/as da educação básica do campo. Fez parte desse processo de formação o Seminário de Avaliação do Curso, com a presença dos/as professores/as cursistas, que na oportunidade puderam dialogar sobre os desafios enfrentados na construção de uma escola do campo, bem como sobre os aprendizados e saberes construídos ao longo do processo de formação.

A formação por alternância, estruturante desse processo, foi importante para construir a relação permanente entre os tempos formativos. Para além da simples separação entre tempo e espaço, a alternância apresenta-se como instrumento metodológico que desafia o pensar a práxis pedagógica do/a professores/as.

Os debates e o aprofundamento que acontecem no tempo escola são colocados como desafios para pensar ou repensar a escola.

As potencialidades da pedagogia da alternância desenvolvidas no Curso Escola da Terra possibilitaram aos cursistas compreender a importância de aproximar os saberes e os fazeres das populações camponesas, no sentido de interagir com os conteúdos curriculares. Nesse sentido, os espaços e tempos do tempo comunidade contribuíram com o processo formativo dos educadores e educadoras, com a intencionalidade de não distanciar da realidade, que é tecida intrinsicamente por aspectos sociais, históricos, geográficos e culturais que constituem e interferem nas relações humanas dos sujeitos históricos dos territórios educativos camponeses (Relatório Final do Núcleo de Base/Turma 10).

Os encontros formativos do tempo escola foram construídos com o intuito de aprofundamento teórico, troca de experiências, intercâmbios, oficinas didáticas e planejamento das retomadas das atividades de tempo comunidade.

No tempo comunidade os/as cursistas, além de desenvolverem atividades de estudos e leitura complementar, foram desafiados a avançar no processo do Inventário da Realidade da comunidade e da escola. Isso ocorreu a partir de um roteiro anteriormente preparado pela equipe de professores/as formadores/as, assessores/as pedagógicos/as e pela Coordenação do Curso, tendo como base os elementos trazidos pelos/as professoras/es no primeiro encontro de TE.

O Inventário da Realidade, uma prática pedagógica já assumida como parte do processo pedagógico por muitas escolas do campo do DF, cumpriu com o objetivo de organizar as informações para servir de subsídio ao processo formativo dos/as professores/as, na perspectiva de, a partir da realidade, analisar sua prática pedagógica em relação às necessidades e questões da atualidade da comunidade em que está inserida a escola e os/as estudantes.

Além disso, o instrumento permitiu identificar práticas já realizadas nas escolas e na relação escola-comunidade do campo do DF. O objetivo do trabalho com o Inventário, utilizando ferramentas do teatro e do audiovisual, foi a geração de situações em que os/as docentes pudessem refletir sobre as relações estabelecidas na e pela escola.

Durante as etapas de tempo comunidade, foram organizados seminários, reuniões de trabalho, oficinas de aprofundamento e visitas às escolas. Essas atividades dialogaram criticamente com as questões da realidade da comunidade e da escola, problematizando os desafios do cotidiano escolar, em diversas perspectivas.

Vale ressaltar que o acompanhamento das atividades de TC foi também um tempo de aproximação dos/as professores/as com outros projetos de extensão da FUP, bem como de aproximação com as turmas da Licenciatura em Educação do Campo. A interface entre projetos de formação pedagógica, política e estética ocorreu por meio do aprendizado de métodos, técnicas e formas da Educação Do Campo. O processo de formação foi permeado pela abordagem acerca das linguagens do audiovisual e do teatro como instrumentos de aprofundamento reflexivo sobre os temas abordados no curso, como ferramentas de formação e organização social de base.

Um dos elementos primordiais das definições do trabalho no Escola da Terra foi o princípio de que todo trabalho a ser desenvolvido nas escolas passaria pela organização do coletivo de professores/as.

O desafio posto foi “reconhecer os saberes do trabalho, da terra, das experiências e das ações coletivas sociais e legitimar esses saberes como componentes teóricos dos currículos”, conforme observa Arroyo (2012, p. 363), ao tratar dos aprendizados necessários aos processos de formação de professores/ as da educação básica.

Buscou-se construir um processo de formação continuada para que sua dinâmica contribuísse para constituição de “coletivos de produtores-pesquisadores de conhecimentos sobre a própria prática de formação tanto nos cursos, nas pesquisas, no tempo comunidade e na Formação de Educadores do Campo, nos aspectos social, político, cultural e pedagógico do campo, de seus povos e dos seus movimentos” (Arroyo, 2012, p. 366–367). Assim, percebeu-se que a formação do Escola da Terra potencializou o trabalho nas escolas em que já havia uma organização do trabalho coletivo mais estruturado e, onde não havia, foi se construindo a necessidade de realizar um processo conjunto de planejamento para desenvolvimento de ações comuns.

A construção do trabalho coletivo entre os/as professores/as da mesma escola ou de escolas próximas possibilitou a articulação de ações, especialmente a ampliação das estratégias de trabalho conjunto.

O curso propiciou a aproximação entre as escolas do campo das diferentes regiões administrativas do DF, tornando-as mais fortes na luta por direitos e na garantia da Educação do Campo aos povos camponeses. A socialização das experiências e o reconhecimento das realidades diversas, assim como os debates contribuíram para ampliar a compreensão dos princípios da Educação do Campo, provocando a apropriação de estratégias para implementação da proposta nas escolas. As oficinas de audiovisual e formação por área favoreceram ressignificar as práticas desenvolvidas, abrindo possibilidades para construção do inventário. Até mesmo escolas que não tinham uma aproximação com a Educação do Campo foram beneficiadas pelas ações, tornando-se mais acessíveis ao diálogo e compreensão da proposta. Os limites encontrados no curso dizem respeito a adequação das atividades do curso à realidade específica dos tempos e espaços destinados à formação continuada dos educadores do DF. (Relatório Final do Núcleo de Base/Turma 8).

Além do desafio de o/a docente olhar sua ação cotidiana no espaço escolar, não como ação de teoria e prática em separado, mas, sim, como práxis pedagógica que dialoga com os diversos instrumentos de planejamento, ação e reflexão, também se apresentou o desafio do planejamento conjunto entre os/as professores/as cursistas.

Muitas vezes compreende-se que apenas uma ação educativa é suficiente para caracterizar o significado de Escola do Campo. O desafio foi pensar a escola do campo numa perspectiva mais ampla e transformadora, que está em construção e que se faz necessária num processo intenso de reflexões, debates e de transformação das práticas escolares para a construção da Escola do Campo.

Um processo de formação como esse, proporcionado pelo Programa Escola da Terra, evidencia que as escolas do campo estão vivas e intensamente permeadas por profissionais comprometidos com a transformação da forma escolar. Embora muitos desafios ainda precisem ser debatidos e superados, faz-se necessário reconhecer que muitos caminhos foram abertos e muitos processos em andamento foram ampliados.

Além das ações de formação colocadas em foco, vale ressaltar que muitas outras atividades de articulação das ações de formação com práticas pedagógicas na Educação do Campo foram ampliadas com o desenvolvimento do curso. Por entender que o processo de formação é contínuo e dinâmico, diversas ações foram sendo construídas durante a formação.

Destaca-se a participação dos/as professores/as cursistas do Escola da Terra na IV Mostra Terra em Cena e na Tela: produção teatral e audiovisual da Educação do Campo, realizado na Universidade Federal do Piauí, *Campus* de Bom Jesus; destaca-se também a participação dos/as professores/as cursistas no I Encontro Regional de Educação do Campo do Centro Oeste (Erecco), realizado na UnB, *Campus* Planaltina e no Intercâmbio de Escolas e estudantes da LEDoC na Semana Universitária da UnB de 2019, cujo espaço de interlocução sobre práticas da Educação do Campo proporcionou uma troca de saberes e de possibilidades de ampliação de diálogos. É importante destacar, ainda, a mobilização junto às escolas para que estudantes do ensino médio do campo do Distrito Federal pudessem participar do processo seletivo de entrada na Licenciatura em Educação do Campo da FUP/UnB.

As Escolas do Campo do DF apresentam-se como um campo vivo de possibilidades, e o Escola da Terra apresenta-se como um processo embrionário semeado num campo fértil de compromisso, responsabilidade e vontade de transformação, no qual a extensão universitária cumpre seu papel fundamental de realizar a articulação entre a formação de educadores e a escola de educação básica do campo.

Referências

ARROYO, Miguel. Formação de educadores do campo. In: CALDART, Roseli *et al.* (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 361-367.

CALDART, Roseli. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Revista Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./ jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). *Programa Escola da Terra: formação continuada de professores para as escolas do campo do Distrito Federal*. Brasília: UnB, 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). *Relatório Final do Programa Escola da Terra: formação continuada de professores para as escolas do campo do Distrito Federal*. Brasília: UnB, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB); SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDF). *Relatório Final do Escola da Terra por Núcleo de Base/ Turma 1*. Brasília: UnB; SEEDF, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB); SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDF). *Relatório Final do Escola da Terra por Núcleo de Base/ Turma 2*. Brasília: UnB; SEEDF, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB); SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDF). *Relatório Final do Escola da Terra por Núcleo de Base/ Turma 4*. Brasília: UnB; SEEDF, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB); SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDF). *Relatório Final do Escola da Terra por Núcleo de Base/ Turma 6*. Brasília: UnB; SEEDF, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB); SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDF). *Relatório Final do Escola da Terra por Núcleo de Base/ Turma 7*. Brasília: UnB; SEEDF, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB); SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDF). *Relatório Final do Escola da Terra por Núcleo de Base/ Turma 8*. Brasília: UnB; SEEDF, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB); SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDF). *Relatório Final do Escola da Terra por Núcleo de Base/ Turma 9*. Brasília: UnB; SEEDF, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB); SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDF). *Relatório Final do Escola da Terra por Núcleo de Base/ Turma 10*. Brasília: UnB; SEEDF, 2019.



Projeto EJA na Universidade

Programa de extensão Projeto EJA na Universidade

Djiby Mane

Tállyta Abrantes do Nascimento

Apresentação do projeto

De cunho inclusivo, o projeto de extensão “EJA na Universidade” surge no contexto do sistema educacional, com o intuito de ampliar as oportunidades de acesso às universidades públicas para jovens, adultos, idosos e trabalhadores que não tiveram a oportunidade de estudar na idade adequada. O projeto apresenta melhor compreensão da situação daqueles sem diploma e das medidas a serem tomadas para ajudá-los a desenvolver suas habilidades básicas no processamento de informações, em particular, nas questões de letramento e numeramento.

A caminhada do projeto EJA na Universidade teve início no final do ano de 2016 – momento em que o Brasil passava por períodos significativos e determinantes no que se refere ao âmbito da educação. Sua articulação se deu durante a ocupação do campus da Faculdade UnB Planaltina (FUP), ocorrida entre outubro e dezembro daquele ano e protagonizada por alunos da FUP e estudantes de nível médio da comunidade planaltinense. Tal ocupação possibilitou evidenciar a importância do trabalho daqueles que contribuem diariamente para o funcionamento da universidade: os colaboradores de serviços gerais.

O projeto justifica-se pela existência de considerável quantitativo de estudantes que concluem o ensino médio e buscam prontamente ingressar no ensino superior, bem como pelo fato de o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) utilizado por muitas universidades e Institutos Federais (IFs), como modalidade de processo seletivo. A oferta desse curso funciona, então, como um incentivo aos funcionários terceirizados da FUP e à comunidade de Planaltina e região a seguir estudando e a se prepararem para o ingresso na educação superior, mais especificamente na Universidade de Brasília (UnB).

Sem dúvida, o projeto de extensão EJA na Universidade é uma importante iniciativa, com o objetivo de reafirmar o papel social da UnB enquanto motor da educação inclusiva.

Assim, temos um projeto de conscientização para o ensino, pesquisa e extensão, intitulado “Abrir os Possíveis!” (OP). Para os participantes do projeto, é momento de descobrir e aprofundar seu projeto pessoal e enfrentar a realidade universitária.

Temos, portanto, o objetivo de mudar concepções equivocadas a respeito da universidade que podem ocorrer entre universitários recém-chegados, estudantes do ensino médio e a comunidade planaltinense. A preparação para a integração universitária é uma ferramenta que facilita a transição do ensino médio para o ensino superior, bem como a promoção do futuro sucesso acadêmico e profissional dos alunos. .

Objetivos

O projeto de extensão EJA na Universidade se dá no contexto do sistema educacional, no que tange à conclusão do ensino fundamental e/ou médio e à ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior. Assim, por meio de atividades de letramento e numeramento, a iniciativa consiste em levar os alunos da educação de jovens, adultos, idosos e trabalhadores (Ejait) a construir conhecimentos nas diversas disciplinas da grade curricular do ensino médio ofertadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Seedf).

No tocante aos objetivos específicos, o projeto em comento busca: ampliar o acesso de jovens, adultos, idosos e trabalhadores no ensino superior, oportunizando a revisão de conteúdos abordados no Enem e em vestibulares; desenvolver um programa de ensino que explore a curiosidade de jovens, adultos, idosos e trabalhadores e sustente suas motivações para aprender cada vez mais, no intuito de atingir o objetivo de ingressar na universidade; desenvolver atividades educativas, informativas e formativas; e possibilitar aos graduandos das diferentes áreas dos cursos da FUP e Darcy atuarem como estagiários no projeto.

Público-alvo

O projeto de extensão EJA na Universidade atende funcionários terceirizados da FUP, trabalhadores que contribuem significativamente para o funcionamento do campus. Todavia, muitos desses não concluíram todos os níveis de escolaridade a que têm direito. A universidade é um espaço onde circulam conhecimentos científicos e o desejo de acesso a tal conhecimento é diário e emergente. O livro “O Itinerário pelo Direito a uma Vida Justa”, de Arroyo (2017), ajuda na compreensão de tal realidade.

Os estudantes atendidos pelo projeto são indivíduos com uma trajetória de vida bem comum a muitos brasileiros. Por inúmeros motivos, muitos tiveram que interromper os estudos e ingressaram precocemente no mercado de trabalho. A partir dos dados levantados junto aos funcionários da faculdade em questão, é possível afirmar que a entrada precoce no mercado do trabalho é um dos fatores que mais influencia na não conclusão dos estudos (Nascimento, 2019).

Jovens, adultos, idosos e trabalhadores que se tornaram provedores do sustento de suas famílias são sujeitos que trazem experiências dignas de um espaço na universidade. Partindo da premissa de que o ambiente universitário tem grande responsabilidade social, é também um espaço de acolhimento da comunidade, que deve criar oportunidades de inclusão e equidade.

Além desses estudantes trabalhadores, o projeto em comento atende atualmente, por meio da parceria com a Coordenação Regional de Ensino (CRE) de Planaltina, vinculada à Seedf, os alunos do Centro Educacional 03 (CED 03), os alunos de outras escolas da região e os moradores da comunidade interessados em concluir seus cursos. Nesse ínterim, participam das aulas, além dos próprios funcionários terceirizados da FUP – para os quais o projeto foi criado –, estudantes da educação de jovens, adultos, idosos e trabalhadores (Ejait) e do ensino médio do CED 03, além de moradores da comunidade de Planaltina e região.

Resultados alcançados

Desde o seu início, em 2017, o projeto de extensão EJA na Universidade tem mobilizado as comunidades da FUP e de Planaltina e região. Logrou-se aí parceria com a CRE de Planaltina, vinculada à Seedf, que indicou o CED 03, que também atende à educação de jovens e adultos (EJA). Este oportunizou a matrícula dos funcionários-alunos da EJA da FUP, a fim de garantir sua certificação no nível médio, uma vez que esta não é uma habilitação UnB.

A parceria com o CED 03 abriu um horizonte para pensar em um programa que integrasse os demais projetos de extensão da FUP. Fruto do projeto de extensão “EJA na Universidade”, foi criado o Programa Imersão/FUP-Escolas, integrando 15 projetos de pesquisa que atuam em Planaltina e região.

Assim, por meio da parceria do projeto em comento com a CRE de Planaltina, foram criados: o programa imersão UnB/ FUP-Escolas (código: 59940), visando à aproximação comunidade/universidade; o Projeto Laboratório de Múltiplos Letramentos (LABMULT) (código: 60147); e o projeto Múltiplos Letramentos e a Formação Continuada de Professores (ML- FCP) (código: 61016).

Em abril de 2018, foram aprovados dois trabalhos de audiovisual no I Encontro da Rede Brasileira de Universidades Promotoras da Saúde, no III Seminário Internacional FS Promotora de Saúde e na I Mostra de Experiências Promotoras de Saúde, respectivamente – este último realizado na Faculdade de Saúde (FS), no *campus* Darcy Ribeiro. Esses trabalhos foram vídeos nos quais as funcionárias/estudantes relatam sua experiência com o projeto em comento.

Ainda, em abril de 2018, ocorreu o primeiro debate em parceria com o CED 03. Intitulado como As mina, as Mana, as Monas e os Manos Estudam na UnB, contou com a participação de alunos dos *campi* FUP e Darcy Ribeiro e apresentou a importância dos jovens trabalhadores que moram na periferia e no campo adentrarem e ocuparem seus lugares nas universidades públicas. Estavam presentes os participantes do projeto de

extensão EJA na Universidade, estudantes da EJA e de todas as turmas de ensino médio do CED 03 – cerca de 400 participantes.

A partir do projeto de extensão EJA na Universidade, outros projetos se desenvolveram em 2018, em parceria com o CED 03, quais sejam: o Projeto Cine-Escola, de ocorrência quinzenal na FUP, com a exibição de filmes seguidos de debates; o Grupo de Estudos de Matemática, às segundas-feiras; e o Grupo de Teatro EJA na UnB, com integrantes da comunidade, escola e funcionários terceirizados. Ainda, naquele ano, logrou-se a matrícula vinculada dos estudantes do projeto em comento junto ao CED 03.

É preciso salientar que, na EJA, a relação entre professores e alunos é bastante específica, uma vez que a lógica etária presente em outras modalidades de educação é invertida: educadores costumam ser mais novos que os estudantes, salvo as exceções de algumas mães jovens que abandonaram o ensino regular depois que tiveram filhos, por uma série de fatores que dificulta o acesso destas à vida escolar. Durante a consolidação do projeto, foi possível observar uma relação de amizade e cumplicidade entre extensionistas e alunos, diferentemente do que costuma ocorrer em outras modalidades de ensino. A partir daí, é possível afirmar que a epistemologia da práxis em um projeto de extensão, não é dada no fazer pedagógico, mas compreendida gradativamente em sua totalidade de processos formativos.

O projeto de extensão EJA na Universidade mudou o perfil, a necessidade e o interesse dos educandos. Atualmente, a demanda é de jovens, adultos e idosos de Planaltina e região, com trajetórias de vida fundadas no trabalho informal, desempregados, aposentados, e funcionários terceirizados da UnB, sujeitos com grandes experiências de vida. Além disso, o Projeto em comento mudou a percepção da universidade, proporcionando melhor integração entre FUP e comunidade planaltinense nos âmbitos cultural, social e acadêmico.

No tocante à equipe de professores, a empreitada conta com a participação de estudantes dos cursos de graduação da FUP, além dos estudantes dos cursos de graduação em História e Sociologia do *campus* Darcy Ribeiro. Por meio de uma articulação com os coordenadores dos diferentes cursos de graduação da FUP, esses estudantes encontraram no projeto de extensão EJA na Universidade um espaço para a realização de seus estágios curriculares. Muitos desses alunos têm recebido alguma ajuda financeira via editais do Decanato de Extensão (DEX), como o Programa Institucional de Bolsa de Extensão – Pibex e o Programa de Iniciação Científica – Proic. Além desses professores, o referido projeto tem contado com a colaboração de professores de ambos os *campi* supramencionados.

Quanto às publicações, já foram publicados um artigo de Oliveira, Freitas e Andrade (2018), intitulado Projeto EJA na Universidade e o Ensino Significativo com Base na Interdisciplinaridade, além de uma dissertação de mestrado, de Nascimento (2019), intitulada Educação de Jovens e Adultos e Extensão Universitária: a Licenciatura em Educação do Campo da UnB e a Experiência com a Educação Popular. Ainda, sobre a questão da EJA, vale destacar uma tese de doutorado e dois trabalhos de conclusão de curso (TCC) em andamento.

Como se trata de um projeto de formação daqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade adequada, já existem alunos formados, mas muitos que iniciaram o projeto estão em fase de finalização do curso. As demandas não param de aumentar a cada semestre.

Perspectivas futuras

Um projeto de extensão para a classe trabalhadora, em uma perspectiva da transformação do sistema, a partir de práticas desenvolvidas junto à escola e comunidade, é ainda um grande desafio, pois a universidade está se inserindo no modo de pensar sobre o processo formativo e educativo da comunidade.

Trabalhar e dialogar com as questões da realidade da classe trabalhadora não significa a negação dos conteúdos e teorias científicas – ferramentas essenciais para a apreensão da vida e suas contradições. Assim, constitui-se a oportunidade de experimentar uma proposta com base no trabalho interdisciplinar e coletivo, culminando em projeto destinado não somente para os trabalhadores inseridos no âmbito universitário, mas para toda a classe trabalhadora.

Nesse contexto, não há educadores ou práticas educativas neutras. As propostas pedagógicas engendram opções políticas por um trabalho comprometido com a educação como instrumento de luta, ou seja, por uma instrução como meio de adaptação de sujeitos no mundo. Nesse processo de identificação do conflito entre a reprodução e a mudança, o comprometimento político e social do/a professor/a passa a fazer parte do rol de suas preocupações profissionais, ou mais, a ser a linha mestra de suas opções pedagógicas (Fonseca *et al.*, 2011, p.12).

Diante do exposto, buscamos “recuperar o tempo perdido” dos estudantes, mas transformá-los historicamente. Para tanto, é necessário “fazer”, “refazer” e “desfazer” da lógica da escola tradicional para crianças e adolescentes, pois a EJA é feita para um público com suas especificidades, como a articulação de conhecimentos com a classe trabalhadora.

Espera-se, portanto, que o Projeto de Extensão “EJA na Universidade” possibilite a obtenção de resultados diretos e indiretos, tais como:

- publicar o desenvolvimento da pesquisa e os resultados do estudo de caso em congressos e/ou em periódico nacional;
- como forma de retribuir à parceria com a CRE de Planaltina, SEEDF, articular um projeto de mestrado profissional, buscando atender aos profissionais de educação da região;
- a partir de aulas sobre Economia Solidária, ministradas pelo professor Ricardo Néder, implantar a Cooperativa na Faculdade UnB Planaltina (COOPFUP) – iniciada após as demissões de alguns funcionários terceirizados,.

Além disso, temos o desejo de concluir a metodologia para o projeto em comento, com a perspectiva de partir sempre da epistemologia da práxis, com base nos princípios da educação popular e na educação do campo, pois, mais do que os princípios, lidamos com

a classe trabalhadora no ambiente universitário, enfrentando as contradições no processo de formação contra-hegemônico existente.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Passageiros da Noite: do trabalho para o EJA: itinerários pelo direito de uma vida justa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

FONSECA, Maria C. F. R.; PEREIRA, Julio E. D.; JANNES, Cinthia E.; SILVA, Laura P. *O significado de um projeto de extensão universitária na formação inicial de educadores de jovens e adultos*. Anped, 2011.

NASCIMENTO, Tallyta A. *Educação de jovens e adultos e extensão universitária: a Licenciatura em Educação do Campo da UnB e a experiência com a Educação Popular*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNB_df7319107fb0fcf650e-ac2ea584dbf40. Acesso em: 29 jan. 2024.

OLIVEIRA, Edeltrudes S. C.; FREITAS, Cleia C.; ANDRADE, Andreia A. *Projeto EJA na universidade e o ensino significativo com base na interdisciplinaridade*. III CONCINAT, 2018.

Mediações possíveis em tempo de inclusão¹

Projeto educação e psicologia

*Juliana Eugênia Caixeta
Maria do Amparo de Sousa
Paulo França Santos
Samuel Loubach da Cunha
Raimunda Leila José da Silva*

Figura 33



Apresentação

O projeto Educação e Psicologia: Mediações Possíveis em Tempo de Inclusão, da Faculdade UnB Planaltina (FUP), tem atuado de modo a promover a inclusão, que é a oportunidade de todas as pessoas atuarem e se sentirem pertencentes ao contexto social no qual se situam e/ou desejam se situar.

¹ Equipe do projeto: Alany Gonçalves Cardoso, Alexandre Magno Maciel Costa e Brito, Ana Clara de Moura David, Andreza Marques Rodrigues Ledoux, Bruno César Alves da Costa, Camila Lopes de Souza, Débora Cynthia Alves de Souza, Douglas da Silva Costa, Elsilene Lino Gomes, Emillya Rodrigues Façanha, Guilherme Alves Linhares, Haianne Santos Souza, Heloíza de Araújo Rocha, Jeane Carolina de Souza Ruas, Juliana Eugênia Caixeta, Lauanda Stephany Almeida Cavalcante de Souza, Maria do Amparo de Sousa, Moisés Henrique Oliveira da Silva Lima, Ilson Lopes de Oliveira, Lucas da Silva Rosa, Luciana Vieira Tomaz, Mauriceia Lopes Nascimento de Sousa, Mayra Samara Francisca Mangueira, Patrícia Monteiro Silva, Paulo França Santos, Raimunda Leila José da Silva, Ravena Carmo, Rodrigo Alves Xavier, Samuel Loubach da Cunha, Tamires Gomes Correia e Wallisson Nunes da Silva. Professoras colaboradoras: Eulla Brennequer dos Santos Alves e Leticia Almeida de Lima.

Nosso objetivo é propor mediações que estejam assentadas na ética e na moral cidadã. Neste contexto, compreendemos mediações como ações intencionalmente construídas nas interações sociais para promover a inclusão.

O nosso público-alvo é gente (Werneck, 2003). Não temos especificidade de público-alvo, apesar de nosso trabalho acontecer, com mais frequência, em espaços formais e não formais de aprendizagem. Temos atuado com crianças, adolescentes e adultos portadores ou não de deficiências e/ou transtornos e/ou altas habilidades em diferentes espaços formais de aprendizagem; crianças e adolescentes em atendimento pedagógico domiciliar; crianças, adolescentes e adultos em atendimento hospitalar; mulheres em situação de vulnerabilidade social; adolescentes em medidas socioeducativas e religiosos/as do Candomblé (Caixeta; Sousa; Santos, 2015).

Histórico

Nosso projeto foi criado a partir da demanda de estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Naturais interessados/as em atuar com pessoas portadoras de deficiências, transtornos e/ou altas habilidades.

No verão de 2010, tais estudantes haviam cursado a disciplina o Educando Com Necessidades Especiais e queriam atuar na educação inclusiva. Foi assim que começamos: por um desejo da nossa comunidade interna de se aproximar do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

A partir da participação de mais estudantes extensionistas, percebemos que nosso projeto tinha como eixo a inclusão, embora seu público-alvo não fosse composto apenas por pessoas portadoras de deficiências, transtornos e/ou altas habilidades. A primeira organização do projeto foi dividida em cinco subprojetos, direcionados ao atendimento das especificidades do público-alvo e com a utilização de ferramentas mediadoras. Eram eles:

- tecnologias de informação e comunicação (TIC);
- responsabilidade social universitária e inclusão;
- diversidade e inclusão;
- adolescência na educação de jovens e adultos;
- acompanhamento de egressos/as do curso de ciências naturais.

Com essa organização, percebemos a necessidade de flexibilização para a atuação junto à comunidade, porque estávamos empreendendo atividades coletivas e não propriamente uma aproximação da universidade.

A inclusão para todos e todas requer deslocamentos desafiadores, uma vez que as situações apresentadas e vividas em comunidade questionavam nossas concepções, percepções e práticas.

Muitas vezes, refizemos nosso planejamento ainda no ato da ação, porque as demandas do aqui-agora eram diferentes daquelas previstas na fase inicial. Com isso, entendemos que a metodologia qualitativa com delineamento de pesquisa-ação como é mais adequada

para a nossa atuação com a comunidade, porque ela apresenta a flexibilidade necessária para refletirmos e agirmos (Sousa; Caixeta; Santos, 2016a; 2016b).

Os resultados positivos dessa primeira edição do projeto foram: realização de atividades em todos os subprojetos; sistematização dos trabalhos em artigos para congressos e/ou livros; aquisição de recursos financeiros para equipar o laboratório ao qual pertencemos (Laboratório de Apoio e Pesquisa em Ensino de Ciências 2 – Lapec 2); e apoio para a apresentação de trabalhos oriundos da extensão em congressos nacionais e internacionais. Em 2011, por exemplo, nove estudantes participaram do *Congreso Iberoamericano de Extension Universitaria*, na cidade de Santa Fé, Argentina.

Na primeira renovação do projeto de extensão, em 2014, foram integrados/as, além dos/as estudantes da graduação, estudantes de pós-graduação e professores/as da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do Estado de Goiás. O objetivo geral do projeto foi ampliado, de modo a contemplar os diferentes fazeres que empreendíamos na atuação com a comunidade: “implantar um conjunto de práticas de atendimento, acompanhamento e de capacitação que viabilizem o processo de inclusão continuada de seus participantes” (Caixeta, 2014, p. 1).

Nesse momento, o projeto continuava com cinco subprojetos; no entanto, um deles havia se modificado porque era preciso contemplar os interesses dos/as novos/as estudantes e profissionais membros e, também, as novas demandas da comunidade. Assim, na nova proposta, o subprojeto TIC foi substituído por outro, vinculado às Tecnologias Assistivas, tendo como objetivo “construir recursos didáticos que possibilitem contextos educacionais inclusivos. Tais tecnologias podem ser digitais ou não” (Caixeta, 2014, p. 2).

O ano de 2014 foi especialmente importante, porque nos aproximamos da Escola Rural Flor do Cerrado, que foi o território onde atuamos por mais tempo e com mais atividades. Começamos com a festa de Natal de 2014 e seguimos com o processo de revitalização da escola em 2018 (Caixeta *et al.*, 2018).

Em 2015, publicamos nosso primeiro livro como grupo (Caixeta; Sousa; Santos, 2015). Trata-se de uma produção diversa e plural de 46 extensionistas, entre estudantes do ensino médio, graduação, pós-graduação e educadoras/es da Secretaria de Educação do Distrito Federal, do Estado de Goiás e da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

O livro recebeu o nome do projeto e contou com 15 capítulos, dos quais dois eram de autoras convidadas e 13 eram dos/as integrantes do nosso grupo. Nesse livro, apresentamos a experiência extensionista dos cinco primeiros anos do nosso projeto.

A segunda renovação do projeto foi em 2016, agora com propostas teóricas e metodológicas consolidadas sobre a atuação, integrando ensino, pesquisa e extensão. Nossas experiências com a extensão mostravam, cada vez mais, a necessidade dessa integração para uma atuação eticamente engajada e comprometida com a inclusão de todas as pessoas.

Em 2016, publicamos o texto “A Metodologia Qualitativa na Promoção de Contextos Educacionais Potencializadores de Inclusão”, que foi um marco em nossa história, haja vista a sistematização que o texto faz sobre nossos pressupostos teóricos e metodológicos (Sousa; Caixeta; Santos, 2016b).

Nessa publicação, defendemos a metodologia qualitativa de pesquisa-ação como um delineamento de pesquisa interventiva assente em conceitos e processos que, a um só tempo, favorecem refletir e agir; registrar e fazer; analisar e atuar. Isso em círculo virtuoso, envolvendo reflexão–ação–reflexão em outro patamar de complexidade. Encontrávamos, assim, formas inovadoras de atuar na educação, formal e não formal, e traduzir a experiência em conhecimento à disposição de profissionais das áreas da educação e da psicologia do desenvolvimento e de outras que poderiam se beneficiar.

Nesse momento, já compreendíamos com muita clareza que a extensão não é fazer para, mas é fazer com, numa perspectiva de colaboração, em um contexto em que conhecimentos populares e científicos se embatem e se encontram para a construção de uma atuação com sentido, ou seja, aquela na qual escolhemos o que queremos coletivamente em uma construção democrática. Foi quando, então, organizamos os pressupostos norteadores do nosso projeto em duas publicações internacionais: Sousa, Caixeta e Santos (2016a, 2016b). Sobre os pressupostos, sintetizamos:

- evitar os raciocínios de exclusão;
- empenho em compreender regiões de validade;
- ênfase na construção coletiva de conhecimentos;
- instituição de verdades locais;
- objetividade como uma conquista relacional e
- uso racional e solidário dos espaços e tempos (Sousa *et al.*, 2016b, p. 103).

Esses pressupostos são importantes, porque ampliam a heterogeneidade social e a diversidade cultural, ao orientar o grupo e cada um/a, individualmente, como extensionista, no sentido de uma atuação flexível e solidária, porque atuamos com uma diversidade que abrange desde pessoas com grave problema de saúde, até adolescentes nas medidas socioeducativas de internação, passando por mulheres em situação de vulnerabilidade e estudantes da escola pública, com ou sem deficiência e/ou altas habilidades.

Contudo, não se trata de uma atuação aleatória, mas sistematicamente estruturada de acordo com as demandas e possibilidades emergentes no processo. Trata-se de uma atuação fundamentada em conceitos explícitos de solidariedade, como reciprocidade; justiça como distribuição do poder; responsabilidade como um envolvimento consciente; ética como um engajamento reflexivo com vistas à melhor escolha, considerando o aqui-agora, o futuro e as pessoas que estão perto e longe no tempo e no espaço; e, por fim, a sustentabilidade enquanto conquista coletiva, democrática, que é para todos/as ou não é para ninguém.

Inspiradas/os nos fundamentos acima, na renovação do projeto em 2018, conseguimos sistematizar um conceito de inclusão, desenvolvido a partir de nossas experiências na Extensão Universitária:

processo de emancipação coletiva que é tecido quando um/a e outro/a tem voz e vez nas interações sociais, ou seja, tem a possibilidade de se posicionar, em ato e fala, por meio de sucessivas negociações, que consideram suas diferenças e especificidades, mas, também, suas afinidades e possibilidades, em determinado contexto social, gerando pertencimento dos/as interlocutores/as àquele contexto (Caixeta *et al.*, 2018, p. 279).

Na renovação do Projeto, em 2018, atualizamos nossos objetivos específicos e reorganizamos a estrutura, colocando como nome dos subprojetos os territórios de nossa atuação, por exemplo: Flor do Cerrado; Socioeducação; Ceam – Centro de Atendimento à Mulher. Quanto aos novos objetivos específicos, destacamos: desenvolver projetos colaborativos voltados para os públicos com os quais trabalhamos, usando a metodologia qualitativa, com delineamento da pesquisa-ação; consolidar a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e promover atividades de formação profissional (Caixeta, 2018).

Atualmente, nossa equipe é composta por 31 pessoas: treze estudantes de graduação, sete estudantes de pós-graduação e professoras/es da educação básica, oito professoras/es da educação básica, um professor hospitalar e duas professoras universitárias. Contamos, ainda, com o apoio de duas professoras colaboradoras, que têm atuado em espaços não formais de aprendizagem.

Em 2020, em nosso 10º aniversário, nosso projeto está se encaminhando para a 5ª renovação. Continuamos assumindo que incluir é abrir possibilidades, flexibilizar fronteiras, quebrar barreiras que impedem a participação de todas as pessoas na construção conjunta de si e do mundo.

Resultados alcançados

Os resultados alcançados nesse projeto são de três dimensões: teórica, metodológica e humana. Na dimensão teórica, desenvolvemos conceitos e concepções sobre inclusão e extensão, principalmente.

Na dimensão metodológica, avançamos na compreensão da metodologia qualitativa de pesquisa-ação, apresentando uma nova proposta, na qual cada etapa apresenta fronteiras flexíveis de forma que, durante a intervenção, por exemplo, eu posso voltar ao planejamento para criar, no aqui-agora, as possibilidades de atuação no tempo e espaço de que disponho. Na dimensão humana, atingimos maior consciência da incompletude e da pluridiversidade para valorizar diferentes conhecimentos construídos e suscetíveis de serem utilizados na atuação por uma escola e uma sociedade inclusivas.

No entanto, entre todas as dimensões, queremos destacar a humana. Ela tem a ver com o desenvolvimento de competências socioafetivas e ético-humanas (Marinho-Araújo; Almeida, 2016). Essas competências se relacionam às características favoráveis à interação

social em contexto plural e a uma atuação engajada na busca de possibilidades no aqui-agora e de evitação de raciocínios de exclusão.

Por fim, destacamos a extensão universitária como promotora de contextos formativos que exigem o deslocamento da pessoa de seu lugar social típico para um outro lugar, composto e constituído por diferentes sujeitos, com diferentes crenças e interesses. Portanto, as atividades extensionistas permitem que os participantes vivam a realidade concreta da vida social e se engajem em um rico processo de deslocamento de si, para contemplar o outro e a construção do possível no espaço do entre. Trata-se de trazer o outro e a relação para o primeiro plano da ação. Para isso, é preciso: evitar os raciocínios de exclusão; construir espaços de validade (o que podemos pensar e fazer juntos/as); flexibilizar os saberes populares e científicos e fazer o melhor que pudermos, juntos/as, considerando o aqui-agora.

Perspectivas futuras

A nossa expectativa é ampliar nossa coleção de “nós”, compondo uma equipe cada vez maior e interdisciplinar; estreitar cada vez mais a lacuna entre teoria e prática; intensificar a reflexão analítica sobre nossas práticas e clarificar nossa metodologia e objetivos. Com isso, temos em vista à formação técnica e ética de pessoas e profissionais, habilitados a atuar em um contexto existencial instável e desejosos para construir uma sociedade inclusiva, justa, solidária e, em última instância, sustentável.

Referências

CAIXETA, Juliana E. *Educação e Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão. Sistema de Extensão. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.*

CAIXETA, Juliana E. *Educação e Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão. Sistema de Extensão. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.*

CAIXETA, Juliana E. *et al. O que eu sou capaz de fazer por alguém que eu não conheço? Uma pesquisa sobre experiências em atuação solidária. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 7, 2018, Fortaleza.*

Anais [...]. Fortaleza: Investigação Qualitativa em Educação, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1650/1603>. Acesso em: 24 jan. 2024.

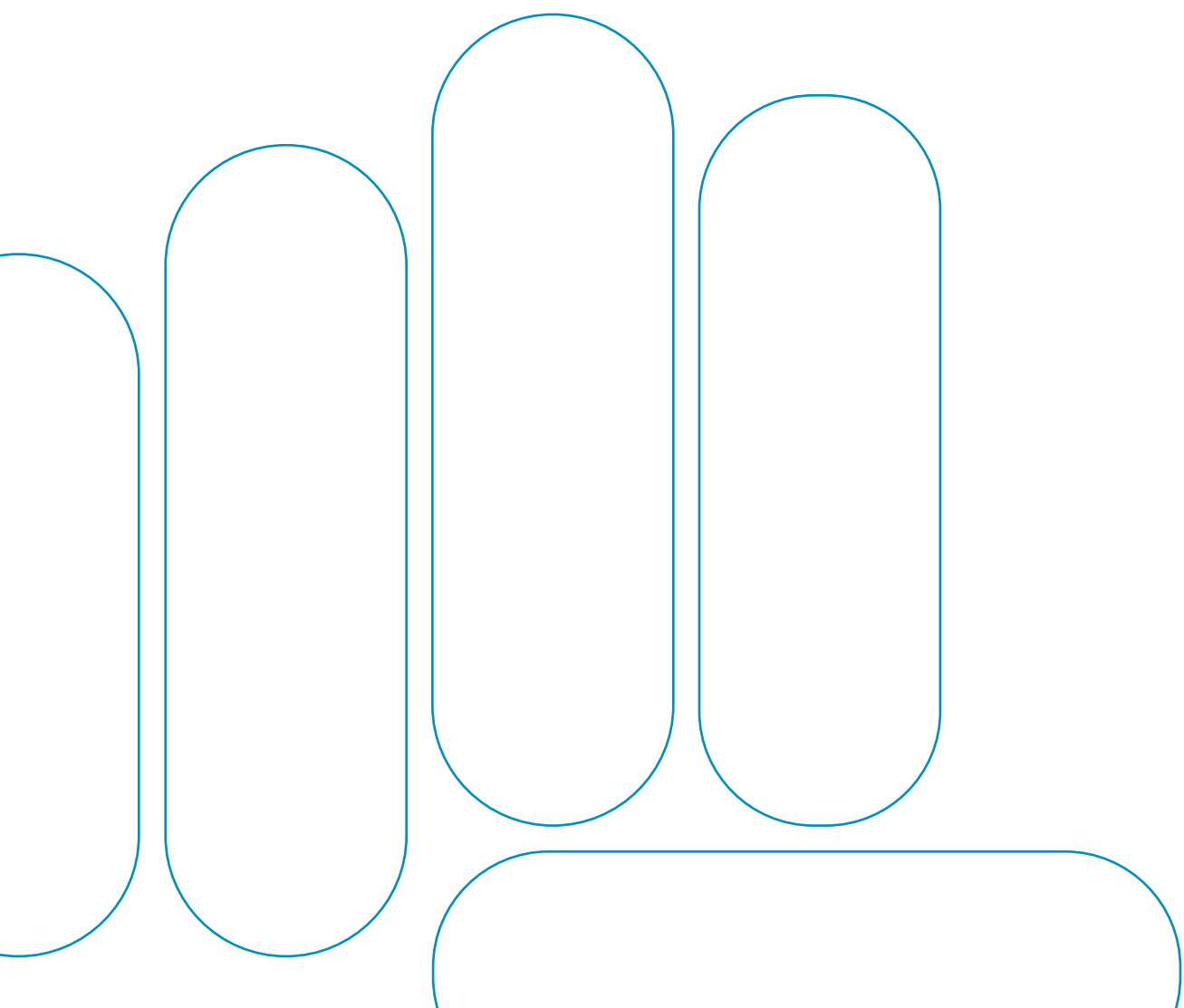
CAIXETA, Juliana. E.; SOUSA, Maria A.; SANTOS, Paulo F. *Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão. Curitiba: CRV, 2015.*

MARINHO-ARAÚJO, Claisy. M.; ALMEIDA, Leandro S. Abordagem de competências, desenvolvimento humano e educação superior. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, número especial, v. 32, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32nspe/1806-3446-ptp-32-spe-e32ne212.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SOUSA, Maria A.; CAIXETA, Juliana E.; SANTOS, Paulo F. A metodologia qualitativa na promoção de contextos educacionais potencializadores de inclusão. *IndagatioDidactica*, v. 8, n. 3, p. 94-108, 2016b. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/id/article/view/2581>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SOUSA, Maria A.; CAIXETA, Juliana E.; SANTOS, Paulo F. A metodologia qualitativa no delineamento de atuações pedagógicas inclusivas. *Atas - Investigação Qualitativa em Educação*, v. 1, p. 1034-1043, 2016a. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/700/688>. Acesso em: 24 jan. 2024.

WERNECK, Claudia. *Você é gente?* O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano. Rio de Janeiro: WVA, 2003.





Empreendedorismo e inserção profissional na comunidade

Programa de extensão Empreendedorismo e inserção profissional na comunidade

Fernanda R. Nascimento

Rafael Barcelos Santo

Cesar do Amaral

Apresentação

Considerando que a universidade tem a responsabilidade de reverter à comunidade todo o saber construído e reafirmar a importância da aproximação entre esses dois campos, este projeto tem como objetivo capacitar alunos para atender a diferentes grupos e comunidades, visando contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos participantes, permitir melhores oportunidades no mercado de trabalho, além de proporcionar ao aluno extensionista a prática em empreendedorismo, educação e gestão, permitindo aprimorar e aplicar todo seu conhecimento na identificação e solução de problemas comunitários e/ou organizacionais.

As atividades estão voltadas a todos os segmentos da comunidade; capacitação para o trabalho sustentável; elaboração de conhecimentos possibilitadores de transformação empresarial, social e treinamento de multiplicadores. Esse projeto é um campo fértil para a realização de pesquisas, estágio supervisionado obrigatório ou TCC, além de proporcionar a prática interdisciplinar entre os cursos de graduação da FUP, uma vez que desenvolve ações articuladas entre vários deles. A sua condução promove vivências que refletem no compromisso com sua formação para o mercado de trabalho.

Ao observar o contexto social do Brasil, podemos perceber o quanto pode ser difícil para alguns jovens brasileiros se inserirem no mundo do trabalho e o quanto

é importante a qualificação e a construção de um projeto profissional. Nesse sentido, os jovens dos cursos, quando instigados a refletir sobre mudança, mostraram interesse em melhorar suas condições de vida através da qualificação escolar e capacitação, porém sem se dar conta da complexidade de suas realidades. Poderá um jovem com trajetória escolar marcada por desistências projetar um futuro profissional da mesma forma que um jovem com condições de manter sua formação? Os atores sociais responsáveis por essa população podem contribuir para a modificação dessa tendência? As políticas públicas podem tornar-se uma ação de transformação social? (Mandelli *et al.*, 2011). Portanto, não cabe pensar em políticas públicas para a juventude, mas sim políticas de/para/com juventudes (Castro, 2004).

Nesse sentido, o projeto atua no fortalecimento do ensino, na aproximação e interação entre universidade e escolas de ensino médio e comunidades/instituições externas, possibilitando aos alunos e professores da FUP a realização de atividades e a interface com outros profissionais de outras realidades educacionais. Assim, acredita-se que, ao oportunizar essas capacitações, os participantes poderão se preparar melhor para o empreendedorismo e o mercado de trabalho e, em contrapartida, os multiplicadores poderão contribuir para a melhoria da qualidade da educação de maneira socialmente responsável.

Portanto, nosso compromisso social, em comum acordo com Mandelli *et al.* (2011), é sensibilizar os jovens para uma escolha profissional coerente com suas habilidades. Além disso, auxiliá-los na construção de uma identidade profissional pautada no autoconhecimento, na informação sobre o mercado de trabalho e no desenvolvimento crítico e consciente a respeito de suas escolhas e limitações.

Objetivos principais

- capacitar pessoas da comunidade através de palestras, oficinas, cursos e minicursos;
- estabelecer parcerias com instituições do DF e GO;
- proporcionar aos alunos extensionistas a experiência na prática para sua formação acadêmica;
- abordar a relação entre projeto de vida, trabalho e cidadania;
- proporcionar um espaço para o autoconhecimento e conhecimento;
- fornecer informações sobre o mercado de trabalho e o perfil profissional; e
- reforçar a importância da qualificação e da construção de um projeto de vida e um projeto profissional.

Público-alvo

O projeto visa atender aos alunos do ensino médio de escolas públicas, em vulnerabilidade social, com foco especial para abrigados em orfanatos no Distrito Federal e entorno.

Resultados alcançados

- apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho de Formosa/GO;
- apoio e participação da Coordenação, da administração, além de professores, pedagogas e cuidadoras da Casa de Acolhimento Mãe Social;
- apoio do Espaço comunitário Céu das Artes para a realização dos cursos durante o primeiro semestre de 2019;
- doação de móveis, equipamentos e computadores para a realização dos cursos na Casa de Acolhimento Mãe Social, em Formosa/GO;
- parceria com empresas da região para absorção desses jovens para o primeiro emprego, mediante demanda solicitada;
- capacitação de 20 alunos por turma, em média, nos diversos cursos oferecidos em 2019, com certificação;
- melhoria no comportamento, concentração, disciplina e interesse dos jovens nos estudos, segundo relatos das pedagogas da Casa Mãe Social, em Formosa/GO;
- melhoria na autoestima, perspectiva de futuro e sociabilidade dos jovens atendidos pelo projeto, entre outros.

A seguir, as Figuras 34, 35, 36 e 37 ilustram os momentos dos cursos realizados e das certificações em 2019.

Figura 34: apresentação do projeto à comunidade de Formosa, 2019.



Figura 35: dinâmica de grupo, 2019.



Figura 36: aulas realizadas no espaço Céu das Artes, em Formosa/GO, 2019



Figura 37: certificação dos cursos realizados, 2019.



Lembrando que, desde que começou, o projeto é realizado todo semestre, devido ao grande interesse dos alunos nas diversas capacitações ofertadas, ao apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho de Formosa/GO, da Casa de Acolhimento Mãe Social. Além do apoio da Universidade de Brasília, bolsistas, alunos voluntários e comunidade geral.

O que nos move nessa direção conjunta é acreditar que a educação é a força maior de um povo e a mola propulsora para um futuro melhor, mais justo e com oportunidades para todos.

Perspectivas futuras

A discussão hoje, principalmente após a crise vivida no ano de 2020, trata da necessidade de práticas que considerem as diversidades relacionadas aos contextos vividos pelos jovens. É preciso pensar especificamente em um projeto de vida que lhes dê suporte para a vida adulta. Além de implementar políticas públicas, deve-se ressignificar a participação desses estudantes no mercado do trabalho, a partir de uma visão mais ampla de mundo para compreender as escolhas realizadas. Daí, o papel do professor que leciona nesses cursos é pontuar junto aos jovens suas dificuldades e limitações.

Portanto, o projeto, atento a essas demandas, visa ampliar sua rede de atendimento em mais cidades, fazendo novas parcerias com empresas e instituições. Além disso, trazer oficinas, palestras e minicursos que trabalhem conteúdos complementares, lúdicos e que melhorem a autoestima, timidez, valores, entre outros; preparando os jovens para o mercado de trabalho futuro global, através de um planejamento de vida, com melhores perspectivas e orientação profissional. A iniciativa também visa transformá-los em protagonistas do seu

próprio destino, ampliando sua percepção do sujeito de si mesmo e desenvolvendo um pensamento crítico sobre suas possibilidades futuras.

Referências

BORGES, Livia O.; YAMAMOTO, Oswaldo H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, José C. et al. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Arnet, 2004.

CASTRO, Mary. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, R. (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275- 303.

GOMES, Cândido. et al. O enigma das juventudes. Boletim técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/264/247>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LOURENÇO, Cleber L. Características da inserção ocupacional de jovens no Brasil. 2002. Dissertação de Mestrado em Economia Social e do Trabalho. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285601>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MANDELLI, Maria T.; SOARES, Dulce H. P.; LISBOA, Marilu D. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. *Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 63, número especial, p. 1-104, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v63nspe/06.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MELLO, Eliana. M.; SILVA, Denise R. Q. Juventudes: identidade, educação e trabalho. *Revista Praksis*, Rio Grande do Sul, v. 2, p. 67-71, 2008. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/653/688>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOARES, Dulce H. P. *A escolha profissional do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus, 2002.

Considerações Finais

O livro apresenta reflexões e experiências, vividas até 2020, das ações de extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP), e tem como objetivo principal sistematizar essas ações, com uma visão positiva e otimista sobre as conquistas da Universidade de Brasília (UnB) no campo da extensão universitária, e destacando a importância dessas atividades para a sociedade e para a própria universidade. Nos últimos anos, a extensão da FUP foi fortalecida com o destacamento de recursos próprios e editais de extensão, e a unidade tornou-se a primeira da UnB a instalar seu próprio colegiado de extensão, sempre muito comprometido com suas ações.

A extensão exerce um papel fundamental na FUP, é essencial tanto para o desenvolvimento dos discentes quanto para o aperfeiçoamento dos docentes, na medida em que aproxima a universidade da comunidade e proporciona uma maior integração com todos os setores da sociedade. Com a criação do Colegiado de Extensão em 2017, a FUP conseguiu valorizar ainda mais suas ações de extensão, o que permite que a atividade extensionista ocupe seu devido lugar ao lado da pesquisa e do ensino.

O campus apresenta grande vocação extensionista desde sua inauguração em 2006, e vem fortalecendo essa prática nos últimos anos com importante apoio do Decanato de Extensão da UnB e da direção do *campus*. O livro apresenta apenas parte dos projetos e programas da FUP, até o ano de 2020, e espera-se poder continuar com publicações para seguir o diálogo de conhecimentos e saberes e apresentar diversos outros grandes projetos e programas que atuam na unidade. Espera-se que essa obra contribua não apenas para registro e sistematização de experiências, mas também como troca e diálogo de conhecimentos e saberes entre comunidades, universidades, escolas e movimentos sociais.

A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

EXTENSÃO, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Diálogos de conhecimentos e saberes

Este livro tem como objetivo principal sistematizar reflexões e experiências de atuação das ações de extensão realizadas pela Faculdade UnB Planaltina (FUP).

Historicamente, o campus apresenta grande vocação extensionista. Nos últimos anos, com importante apoio do Decanato de Extensão da UnB e da direção do campus, essa prática se fortalece com a ampliação das ações. Esse fortalecimento ocorre especialmente a partir de 2017, quando se configura o colegiado de extensão da FUP – o primeiro dentre todas as unidades da Universidade de Brasília (UnB), que hoje conta com colegiado em diversas unidades.

O livro apresenta parte dos programas e projetos empreendidos até o ano de 2020. Esperamos realizar novas publicações, contendo sistematizações, reflexões e experiências da extensão a fim de seguir o diálogo entre conhecimentos e saberes e apresentar diversos outros projetos e programas que atuam na unidade.

É com esse ânimo de atuação que esperamos que esse livro contribua, não apenas para registro e sistematização de experiências, mas como troca e diálogo de conhecimentos e saberes entre comunidades, universidades, escolas e movimentos sociais.

EDITORA



UnB

